

UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE – UNIPLAC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

JENNIFER DE LIMA CARDOZO DIAS

**AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES: NARRATIVAS
DAS PROFESSORAS**

Lages

2023

JENNIFER DE LIMA CARDOZO DIAS

AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES: NARRATIVAS DAS
PROFESSORAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para o Exame de Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Orientador(a): Profa. Dra. Mareli Eliane Graupe

Lages

2023

Ficha Catalográfica

D541v Dias, Jennifer de Lima Cardozo
As violências de gênero contra as mulheres : narrativas das professoras
/ Jennifer de Lima Cardozo Dias ; orientadora Prof. Dr. Mareli Eliane
Graupe. – 2023.
101 p. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Planalto Catarinense.
Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto
Catarinense. Lages, SC, 2023.

1. Educação Básica. 2. Violência Baseada em Gênero. 3. Violência
contra as Mulheres. I. Graupe, Mareli Eliane (orientadora). II.
Universidade do Planalto Catarinense. Programa de Pós-Graduação em
Educação. III. Título.

CDD 370

Catálogo na fonte – Biblioteca Central

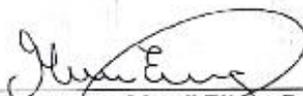
Jennifer de Lima Cardozo Dias

**“AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES: NARRATIVAS
DAS PROFESSORAS”**

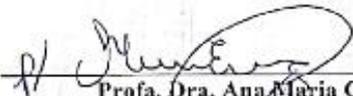
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Planalto Catarinense para a Defesa de Dissertação do Mestrado em Educação. Linha de Pesquisa: Processos Socioculturais em Educação.

Lages, 14 de Junho de 2023.

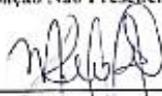
BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dra. Marceli Eliane Graupe
Orientadora e Presidente da Banca- PPGE/UNIPLAC



Prof. Dra. Ana Maria Colling
Examinadora Externa-PPGD/UFGD
Participação Não Presencial - Res. n° 432/2020



Prof. Dra. Madalena Pereira da Silva
Examinadora Interna - PPGE/UNIPLAC

Dedico meu trabalho a minha mãe, Eliane,
que sempre me guiou ao mundo dos estudos.

AGRADECIMENTOS

Costuma-se agradecer algo quando já atingimos os objetivos previstos. De fato, essa é a proposta ideal. No entanto, percebo que o processo é muito mais importante do que o resultado, e é diante desse caminho que devemos começar o movimento da gratidão. Sendo assim, inicio meu texto agradecendo a todas/os aquelas/aqueles que se fizeram presentes neste caminho árduo e também gratificante. Árduo porque seria mentira de minha parte dizer que foi fácil, não foi e ainda não é. Gratificante, por mais clichê que seja, é glorioso quando atingimos uma meta, eu escolhi percorrer a estrada da educação e carreguei muitas pessoas comigo.

Agradeço primeiramente a minha mãe, Eliane, que diante de todas as dificuldades impostas pela sociedade e também por nossa classe social, ela como professora, me impulsionou a carreira e principalmente aos livros e estudos. Me indicou, ainda quando criança, a importância da leitura e me instruiu ao mundo da educação. Sem dúvidas, a pesquisadora não se faz somente no momento de sua pesquisa, ela nasce bem antes, e certamente a família tem um papel fundamental nesse caminho.

Agradeço também ao meu esposo José Antonio, grande responsável por me apoiar em momentos difíceis. Fazer o mestrado, trabalhando e conciliando nossa vida pessoal nunca foi algo que achávamos que seria fácil, era primeiramente um desejo meu, mas que não era permitido no início, mesmo que as facilidades como uma bolsa de auxílio financeiro e também o estudo noturno facilitasse o caminho, a trajetória ainda é muito difícil, com certeza trilhar esse caminho sem a ajuda do meu amigo, companheiro e esposo não seria possível, se eu finalizei, foi porque tenho ele ao meu lado.

As escolas em que eu trabalho também foram grandes amigas na conclusão desse projeto. Com uma carga horária de 40h precisei por muitas vezes do auxílio e dispensa para concluir meu projeto e sempre fui acolhida nestas solicitações, agradeço tanto minhas colegas e amigas/os, direção e coordenações quanto as próprias unidades de ensino: EEB Rubens de Arruda Ramos e Colégio Santa Rosa de Lima.

Aos professores do Mestrado em Educação em especial professora Mareli, que desde o início me acolheu com muito carinho e me guiou a descobrir esse universo maravilhoso do feminismo e as relações de gênero, que sorte a minha poder ser orientada por uma mulher tão incrível.

Agradeço também ao UNIEDU, pois esta pesquisa foi apoiada pelo Programa do Estado de Santa Catarina.

Por último, e mais importante para mim, agradeço a minha filha Maya, que no início deste mestrado fazia apenas parte de um plano nosso, mas que no final se tornou presente e me fez refletir mais ainda sobre a mulher na sociedade. Ser sua mãe é a maior felicidade da minha vida, que bom que você chegará neste momento, pois essa é a hora certa!

DECLARAÇÃO DE ORIGINALIDADE

Declaro que os dados apresentados nesta versão da Dissertação para o Exame de Defesa de Dissertação são decorrentes de pesquisa própria e de revisão bibliográfica referenciada segundo normas científicas.

Lages, 14 de junho de 2023.

A handwritten signature in black ink that reads "Jennifer de Lima C. Dias". The signature is written in a cursive style with a large initial 'J' and a distinct 'C' at the end.

Jennifer de Lima Cardozo Dias

RESUMO

Esta dissertação possui como tema as professoras e as violências de gênero contra as mulheres. No ano de 2012, de acordo com o Mapa da Violência, a cidade de Lages foi marcada com um índice elevado de violência contra a mulher, sendo o 1º colocado em Santa Catarina e 17º no Brasil em feminicídio. Quase 11 anos após esse documento o município vem criando estratégias para amenizar ou acabar com esses números. No ano de 2021, pelos dados da Secretaria de Estado da Segurança Pública (SSP), esta posição se alterou, colocando Lages na 5ª, com maior incidência de feminicídio, sendo ainda uma referência alarmante e preocupante. Em 2022, a 2ª Vara Criminal da Comarca de Lages registrou 221 processos de Violência Doméstica, distribuídos entre janeiro a dezembro. Observando o número de escolas e professoras que atuam na região, esta pesquisa possui como problemática: Qual a narrativa das professoras sobre a Violência contra a Mulher na cidade de Lages? Utilizamos como principais referências teóricas Ana Maria Colling (2021), bell hooks (2020), Catherine Kohler Riessman (2002), Geraldo Locks (2016), Gerda Lerner (2019), Theophilos Rifiotis (2006), que dão base às categorias epistemologia feminista, gênero, violência e patriarcado. O objetivo deste trabalho é conhecer as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar e profissional em Lages- SC. O foco da pesquisa são as professoras de duas escolas da rede estadual na cidade de Lages. É uma pesquisa de abordagem qualitativa, para a qual foi encaminhado um formulário pelo *Google Forms* para as professoras da rede estadual de Lages. Com base nos dados dos 30 formulários respondidos, foram convidadas quatro professoras para participar da entrevista. As entrevistas foram transcritas e analisadas por meio da análise de narrativas de acordo com Riessman (2002). Foram elencados três temas principais: a) violência contra às mulheres; b) tipos de violências; c) violências na escola. Os resultados da pesquisa realizada via formulário pelo *Google Forms* indicaram que: a) a maioria das professoras presenciaram ou souberam de casos de violência de gênero contra as mulheres; b) as violências psicológica e a física foram mais evidentes; c) as violências de gênero contra a mulher no seu contexto familiar se apresentaram em um número menor. Os dados das entrevistas apontam que: a) algumas mulheres naturalizam as violências, preferem não denunciar o autor de violências; b) outras continuam a se questionar se elas não são culpadas pelas agressões que sofreram. Em síntese, a pesquisa aponta que é importante capacitar toda a comunidade escolar sobre as ações de prevenção e o enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres, pois as meninas e mulheres possuem o direito de viver em um mundo seguro, justo e equitativo.

Palavras-chave: Educação Básica. Violência Baseada em Gênero. Violências contra as Mulheres.

ABSTRACT

This dissertation has as its theme teachers and gender violence against women. In 2012, according to the Map of Violence, the city of Lages was marked with a high rate of violence against women, being the 1st place in Santa Catarina and 17th in Brazil in femicide. Almost 11 years after this document, the municipality has been creating strategies to ease or end these numbers. In 2021, according to data from the State Secretariat for Public Security (SSP), this position changed, placing Lages in the 5th place with the highest incidence of femicide, still being an alarming and worrying reference. In 2021, the 2nd Criminal Court of the District of Lages recorded 221 Domestic Violence cases, distributed between January and December 2023. Observing the number of schools and teachers working in the region, this research has the following problem: What is the teachers' narrative about Violence against Women in the city of Lages? We use as main theoretical references Ana Maria Colling (2021), bell hooks (2020), Catherine Kohler Riessman (2002), Geraldo Locks (2016), Gerda Lerner (2019), Theophilos Rifiotis (2006), which form the basis of the categories feminist epistemology, gender, violence and patriarchy. The objective of this work is to know the narratives of state school teachers about gender violence against women in the family and professional context in Lages-SC. The focus of the research is the teachers of two state schools in the city of Lages. It is a research with a qualitative approach, for which a form was sent through Google Forms to the teachers of the state network of Lages. Based on data from the 30 completed forms, four teachers were invited to participate in the interview. The interviews were transcribed and analyzed using narrative analysis according to Riessman (2002). Three main themes were listed: a) violence against women; b) types of violence; c) violence at school. The results of the survey carried out via a Google Forms form indicated that: a) most of the teachers witnessed or knew about cases of gender violence against women; b) psychological and physical violence were more evident; c) gender violence against women in their family context was presented in a smaller number. Data from the interviews indicate that: a) some women naturalize violence, prefer not to denounce the perpetrator of violence; b) others continue to question whether they are not to blame for the attacks they suffered. In summary, the research points out that it is important to train the entire school community on prevention actions and the confrontation of gender violence against women, as girls and women have the right to live in a safe, fair and equitable world.

Keywords: Basic Education. Gender Based Violence. Violence against Women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Representação das seções.....	51
Figura 02 - Localização de Lages no mapa de Santa Catarina.....	52
Figura 03 – Escolha da profissão docente.....	57
Figura 04 –Trabalho remunerado além da sua função enquanto professora.....	58
Figura 05 –Provedor financeiro.....	58
Figura 06 –Responsável pelos cuidados com filhas/os.....	59
Figura 07 –Atividades de prevenção da violência.....	61
Figura 08 –Tipos de violências relatadas pelas/os alunas/os.....	62
Figura 09 –Tipos de violências relatadas pelas/os colegas.....	63
Figura 10 – Tipos de violências relatadas pelas professoras.....	64
Figura 11 – Quem ajudou em situação de violência.....	65
Figura 12 – Professoras que aceitaram passar para a próxima etapa da pesquisa.....	68
Figura 13 – Representação dos blocos.....	69

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Tipos de análises de narrativas.....	20
Quadro 02 - Síntese do perfil socioeconômico das participantes.....	55
Quadro 03 - Síntese das respostas da segunda seção.....	59
Quadro 04 – Relatos de violência.....	65
Quadro 05 – Situações de violências de acordo com as participantes da pesquisa.....	66
Quadro 06 –Perfil das participantes da entrevista narrativa.....	70
Quadro 07 – Narrativas sobre violências contra a mulher.....	70
Quadro 08 – Relatos pessoais sobre violência contra a mulher.....	73
Quadro 09 – Narrativas sobre violência doméstica na escola	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP -	Comitê de Ética e Pesquisa
CEJIL -	Centro pela Justiça e o Direito Internacional
CEBELA-	Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos
CIDH/OEA -	Comissão Interamericana de Direitos Humanos/Organização dos Estados Americanos
CLADEM-	Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher
CNS/CONEP-	Conselho Nacional de Saúde/ Comissão Nacional de Ética em Pesquisa
CRE -	Coordenadoria Regional de Educação
EEB-	Escola de Educação Básica
EUA-	Estados Unidos da América
GECAL -	Grupo de Pesquisa Gênero, Educação e Cidadania na América Latina
IMP -	Instituto Maria da Penha
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LGBTQ+ -	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgênero, Queer e outros.
PIB-	Produto Interno Bruto
PPGD-	Programa de Pós-Graduação
PPGE-	Programa de Pós-Graduação em Educação
SC-	Santa Catarina
CE-	Ceará
SSP-	Secretaria de Estado de Segurança Pública
TCLE -	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TJSC-	Tribunal de Justiça de Santa Catarina
UFGD-	Universidade Federal da Grande Dourados
UNIEDU-	Programa de bolsas universitárias do Estado de Santa Catarina,
UNIPLAC-	Universidade do Planalto Catarinense

INTRODUÇÃO.....	16
1.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PESQUISA QUALITATIVA.....	20
1.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	22
2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E GÊNERO.....	24
2.1 SILENCIOSAS OU SILENCIADAS?.....	25
2.2 LUTAS FEMINISTAS	26
2.3 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS, E AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES.....	30
2.4 Os FEMINISMOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO.....	38
3 POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO	41
3.1 O PRINCÍPIO DA NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA.....	41
3.2 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES	42
3.3 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER.....	43
3.4 MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES.....	47
3.5 CICLOS DA VIOLÊNCIA	50
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA REALIZADA COM AS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE LAGES	51
4.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA DE CAMPO.....	51
4.2 PERFIL DAS PARTICIPANTES	55
4.3 SEGUNDA SEÇÃO – PERFIL PROFISSIONAL E PESSOAL	56
4.4 SEGUNDA SEÇÃO – SEMANA ESCOLAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER	59
4.5 PROFESSORAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO	62
4.6 SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS	69
4.6.1 <i>Tema 1: dados sociodemográficos</i>	70
4.6.2 <i>Tema 2: violências contra as mulheres</i>	70
4.6.3 <i>Tema 3: Tipos de violências</i>	73
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	81

REFERÊNCIAS.....	85
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	90
ANEXO B - DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL.....	92
ANEXO C - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES ENVOLVIDAS.....	ERRO! INDICADOR NÃO DEFINIDO.
APÊNDICE A - ROTEIRO DO <i>GOOGLE FORMS</i>.....	94
APÊNCIDE B - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS	100

INTRODUÇÃO

Para construir este projeto, muitas mudanças ocorreram, desde o início do Mestrado até próximo ao seu final. Desvincular a pesquisadora da sua rotina profissional e pessoal era o primeiro desafio. No início, o foco era separar a mulher, esposa, professora e mestranda em caixas distintas, no decorrer dos dias e dos anos foi se tornando evidente que seria impossível.

Sou professora há 15 anos, iniciei minha carreira na educação aos 17 no Magistério, sendo auxiliar das professoras na Educação Infantil do meu município. Com 19 anos fui contratada como Professora do Maternal e por 5 anos lecionei do berçário ao Pré-escolar. Quando me formei em Letras, no ano seguinte, trabalhei com a Língua Portuguesa no Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio, onde permaneço até hoje, tanto com a Língua Portuguesa quanto Língua Inglesa.

Conheci meu esposo, também professor, em uma das escolas que trabalhamos juntos, casamos dois anos depois, em 2017. Em 2020 ele começou o Mestrado em Educação e no próximo ano decidimos que eu iniciaria também.

Para começar o mestrado, aproveitei a oportunidade do ensino noturno e conciliei o meu trabalho com a pesquisa. Como mencionado anteriormente, a ideia de desvincular a pesquisadora da professora era a intenção, que não se concretizou por nenhum dia. Existe também, mais uma parte de mim, que não foi possível separar: a maternidade. Em nenhum momento cogitei a possibilidade de terminar o mestrado primeiro e depois pensar em ser mãe. Esse processo não se separava de mim e de nenhuma área da minha vida nem por um segundo. Sendo assim, em agosto de 2022 descobri que estava grávida e em outubro soubemos que era uma menina.

Ser mãe de uma menina me fez pensar muito mais sobre minha pesquisa e sobre como eu devo ensinar minha filha a identificar situações de violências, principalmente na cidade machista em que moramos.

Há muito tempo a temática das violências de gênero contra as mulheres me despertava interesse. Moro em Lages desde que nasci, e já presenciei e ouvi diversos relatos de violências, das mais variadas possíveis. Quando se é criada em um lugar assim, torna-se “normal” acreditar que as situações são resolvidas desta forma, ou seja, principalmente com violência física e psicológica. Caminho pela desconstrução da romantização da violência e penso que ainda é necessário muita leitura e estudo para a compreensão da gravidade deste fenômeno presente na vida de muitas mulheres lageanas.

A cidade de Lages, assim como todo o estado de Santa Catarina e o Brasil possui um nível elevado de violência doméstica e feminicídio. Dentre os fatores que podem ser causas, acredita-se que em municípios onde a cultura de fazenda¹ é mais presente, o sistema patriarcal ainda se torna forte e “normalizado” pelas pessoas.

Ao refletir sobre o passado, deparo-me com lembranças das mais variadas possíveis, de mulheres, vizinhas, amigas, parentes, sendo expostas a diversos tipos de agressões, tanto em casa, fechada e desamparada, quanto em público. Violências essas que podem ser nomeadas como física, moral, patrimonial, sexual e psicológica. Lembro-me que isso não era considerado errado, e a terrível frase, dita por várias vezes de forma irônica e até sexual: “*Em briga de marido e mulher ninguém mete a colher*”, era repetida por todos, diariamente, e ensinada às crianças em tom de ordem e brincadeira.

Felizmente, sempre fui uma menina questionadora e falante. Eu não ficava quieta e perguntava, sempre a quem podia me explicar: por que “bater” era normal se fazia chorar, se machucava? Por fim, quando visualizava qualquer situação de violência, explicava com indignação e tristeza, entretanto, nada se modificava ou resolvia-se, este é um longo processo, pois, ainda lutamos, tanto na cidade de Lages, quanto no Brasil e no mundo, para que as mulheres sejam ouvidas e respeitadas como pessoas de direitos.

Quando adulta, logo percebi que eu era, sem saber, uma pequena feminista, que já amadureceu em alguns conceitos e possui algumas percepções, mas que ainda necessita continuar explorando e estudando essa temática, a fim de contribuir com outras mulheres nesta luta de prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres. Hoje sabemos que: “*Em briga de marido e mulher se mete a colher*” e que todas, diante de situações de violência e opressão devem e podem ser denunciadoras destas violências.

Abordar a temática sobre as mulheres em situação de violências é um desafio, mas também uma necessidade. Desafio pelo fato de a pesquisa ser direcionada a um tema tão doloroso, mas significativo, pois enquanto não escancararmos estas violências de gênero, presentes na sociedade, elas continuarão sendo tratadas com certa “naturalidade” e “(in)visibilidade”. Entretanto torna-se uma necessidade tanto pessoal e profissional quanto social, pela possibilidade de aprimorar meus conhecimentos e com o apoio destas “caixas de ferramentas teóricas e práticas” motivar e engajar outras mulheres, para que elas possam

¹ Cultura é a interpretação da vida de um grupo socialmente. Da forma como as pessoas pensam, agem e interagem. De acordo com LOCKS (2016, p.27): “A cultura de fazenda persistiu e continua a orientar muitos aspectos [...]. Influenciam concepções de mundo, comportamentos sociais, interferem nas relações de poder, em estilos de vida, ritmo de trabalho.” Mais informações sobre cultura de fazenda na seção “4.1 Contextualizando a pesquisa de campo, p. 52.”

identificar situações de violências vivenciadas, principalmente as mulheres professoras, foco desta dissertação, a reconhecer o espaço que podemos e devemos ocupar na sociedade, do direito desde a vida, mas também de fala e posicionamentos.

Há algum tempo, desde que os jornais catarinenses², além de outras pesquisas, como o “Mapa da Violência”, produzido pelo Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos³ (CEBELA), em 2012, categorizaram, Lages como um município violento e com um índice elevado de violência de gênero contra as mulheres, muitas/os pesquisadoras/es têm se dedicado a compreender melhor esse fenômeno.

Entende-se que as relações de gênero desiguais são determinantes e responsáveis pela manutenção do patriarcado⁴ e da “normalização” da violência contra a mulher. Neste contexto, entendemos que a educação possui um papel fundamental na formação da cidadania, na garantia dos direitos humanos para as mulheres, pessoas LGBTQI+, e que a comunidade escolar possa se posicionar contra qualquer tipo de violência e de injustiça social.

Como professora, acredito e defendo que a escola é o espaço para pensar, refletir, se posicionar e estimar mudanças para a sociedade, porém alguns educadoras/es ainda acreditam que o espaço escolar é o lugar de somatizar informações desvinculadas da realidade vivenciada e regurgitá-las quando, e se necessário.

Partindo do tema de violências de gênero contra as mulheres e estabelecendo uma estimativa de modificação de cenário, a partir do pensamento crítico dentro da escola, a pedagogia da equidade⁵ prevê que não basta apenas inserir uma temática e deixá-la solta, é preciso planejar e organizar metodologias que assegurem a qualidade e a reflexão crítica do trabalho. Entretanto, sabemos que a cidade de Lages se encontra com um índice alarmante de

² Jornal ND+: **O ano dos feminicídios: a cada seis dias, uma mulher foi morta em SC em 2020**: em 2020 Santa Catarina registrou um feminicídio a mais do que no ano anterior os crimes mais recentes foram praticados no último dia do ano, em Lages. LUANA AMORIM (SANTA CATARINA, 2020).

³ Conforme dados publicados pelo CEBELA (no relatório "Mapa da Violência 2012: Homicídio de Mulheres no Brasil" (WAISELFISZ, 2012), uma ampla pesquisa em nível nacional, o município de Lages ocupava a 1ª posição em SC e o 17º lugar em nível de Brasil no respectivo ranking.

⁴ “Patriarcado é um sistema social exercido por homens adultos que mantêm o poder político, autoridade moral, privilégio social e o controle das propriedades. Um modelo sociopolítico, em que o gênero masculino e a heterossexualidade exercem supremacia e poder sobre os demais (COLLING, 2020, p. 173).

⁵ A implementação da pedagogia da equidade é um processo individual e coletivo, que envolve vontade política, desejo e subjetividade. As professoras além de possuírem saberes teóricos-metodológicos necessitam exercitar e construir outras competências (GRAUPE, 2014).

violência contra as mulheres e feminicídios, só no último ano (ano de 2021), no mês de junho, duas mulheres foram assassinadas por parceiros ou ex-parceiros em menos de quinze dias⁶.

Neste sentido, considero que é significativo discutir em sala de aula, as narrativas das professoras lageanas da educação básica, suas visões, opiniões e anseios acerca deste tema que está inserido há muitos anos na vida de diversas famílias. Ser mulher e trabalhar sobre violência doméstica e familiar, se torna menos difícil quando não se possui experiências e vivências violentas no seu próprio lar, mas para aquelas que sofreram e talvez ainda sofrem com isso, é muito torturante. Analisar, mas acima de tudo possibilitar que a voz dessas profissionais seja ouvida é um dos objetivos dessa dissertação. Propomos que o leitor as ouça, reflita e ao final seja um aliado na luta por essa mudança de cultura machista e sexista na nossa sociedade. Escutem e compreendam a dor e a narrativa dessas mulheres, professoras e também de todas as mulheres que falam por elas.

Sendo assim, esta dissertação, pertencente a Linha 2 do programa: Processos Socioculturais em Educação, possui como problemática: **Quais são as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar?** Neste caso, o objetivo geral concentra-se em **analisar as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar.** Como objetivos específicos são apresentados: **a) compreender a luta do movimento feminista e a história da violência contra as mulheres; b) identificar o número de professoras da rede estadual, que denunciam ou passam por violência doméstica em Lages- SC; c) discutir quais são os tipos de violências mais frequente entre as professoras.**

A pesquisa é de caráter qualitativo e contou com os seguintes direcionamentos para a sua execução: pesquisa bibliográfica e entrevistas. Como referencial teórico optamos por pesquisar e analisar desde livros e artigos sobre o tema, vídeos e podcasts, com o intuito de embasar o trabalho tanto historicamente quanto atualmente. As entrevistas serão desenvolvidas de acordo com o método de entrevista narrativa e dividiram-se em duas etapas, primeiramente foi encaminhado um formulário, pelo *Google Forms* com alguns questionamentos sobre a temática e a problemática, por fim, foi disponibilizado espaço, para aquelas que se sentissem confortáveis concedessem uma entrevista. Trinta professoras responderam ao questionário e

⁶ Dia 02 de junho de 2021, uma mulher de 24 anos, moradora do bairro Habitação, em Lages, foi morta a golpes de faca pelo ex-namorado, de 23 anos. No mesmo mês, dia 16 de junho, uma jovem de 19 anos foi morta, após o disparo de dois tiros, pelo ex-namorado, na frente de seu apartamento, no centro da cidade (SANTA CATARINA, 2021).

seis se disponibilizaram e concordaram em oferecer uma entrevista, sobre suas histórias acerca do tema em suas vidas particulares e também profissionais.

Na sequência apresentamos os procedimentos teórico-metodológicos utilizados na elaboração e execução da pesquisa de campo.

1.1 PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS PESQUISA QUALITATIVA

Procurando compreender os processos que envolvem o fenômeno da violência de gênero em Lages- SC adotamos nesta pesquisa a abordagem qualitativa, realizamos entrevistas narrativas e análises de narrativas. Compreender uma narrativa é entender os seus diversos significados, tanto como abordagem metodológica quanto como lente teórica.

A entrevista narrativa trata-se de um plano de investigação qualitativo. Essa metodologia visa recolher os dados necessários para que o pesquisador consiga especificar os eventos. Inicialmente realiza-se uma pergunta inicial, o participante conta a sua história e o entrevistador utiliza desta história para construir o modelo interpretativo dos acontecimentos narrados (RIESSMAN, 2002).

É importante esclarecer, que as narrativas não podem ser julgadas, como verdadeiras ou falsas, as respostas não devem ser interrompidas pelo entrevistador, para discussões ou debates, pois elas visam a compreensão individual de um acontecimento de forma particular (RIESSMAN, 2002).

De acordo com Riessman (2002), para realizar a análise e transcrição das entrevistas é necessário um processo de interpretação das informações obtidas. Inicialmente todas as narrativas devem ser escritas fielmente ao vocabulário e expressões das entrevistadas, e após isso os apontamentos, a partir da organização dos temas, irão atribuir as conclusões.

Riessman (2002) aponta três métodos para a análise de narrativas: a análise temática, a estrutural, e a dialógica/performativa. As diferenças de cada uma serão apresentadas no quadro a seguir:

Quadro 01 – Tipos de análises de narrativas

Análise narrativa:	Temática	Estrutural	Dialógica
Foco	Experiência do narrador.	Narrativa em si mesma.	Experiência em si e o evento dialógico.
O que se busca no texto?	O que é dito?	De que maneira é dito?	Para quem é dito? Quando? Com qual intenção ou por quê?

Fonte: Adaptado de Riessman (2008)

Optamos por desenvolver apenas a análise temática, pois ela permite um método mais flexível, trabalhando com o que foi dito, e não com a maneira de se dizer, reduz o texto narrativo pelas palavras-chave e organiza, posteriormente, em categorias, permitindo reunir as informações de forma esquemática e relacionando os acontecimentos de maneira ordenada.

O delineamento considerado dar-se-á, primeiramente, por meio de levantamento teórico e estudo exploratório das referências bibliográficas, principalmente de livros e artigos científicos. Neste estudo, também utilizamos alguns textos de Flick (2009), Gil (2002), Riessman (2008), Gibbs, (2009). Denzin (2001) e Bruner (1991), que consideramos essenciais para o desenvolvimento da pesquisa qualitativa e análise de narrativas, seguindo as orientações dos caminhos, relacionados à natureza, à abordagem, aos objetivos e aos procedimentos técnicos para a realização da interpretação dos dados.

Realizamos a pesquisa de campo, solicitando, primeiramente uma autorização à Coordenadoria Regional de Educação de Lages-7ª CRE, respeitando os aspectos éticos, em conformidade com Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense (UNIPLAC), após a aprovação, iniciamos a parte empírica da pesquisa por meio de questionários via *Google Forms* com professoras da rede de Educação de Lages, a fim de investigar, se elas vivenciam ou já vivenciaram situações de violências no contexto familiar e profissional.

Após o envio do formulário, a partir do consentimento dos envolvidos, foi realizada uma entrevista narrativa que consistia em analisar todas as formas de discurso, como crônicas, relatos, argumentos e troca de perguntas e respostas, pois de acordo com Riessman (2008, p. 3) “a narrativa está em todos os lugares”. O roteiro pré-elaborado (ver Apêndice A), foi utilizado como um recurso para a entrevistada manter o foco da pesquisa (FLICK, 2009). Essa técnica consiste em não confrontar o entrevistado com perguntas de acordo com padrões, normas e modelos e sim direcionar a conversa para que ele se sinta estimulado e confortável para falar livremente, dessa forma o entrevistador não interfere durante o relato, ao menos que se perca o foco da entrevista.

As narrativas produzidas serão interpretadas, examinadas e descritas por meio do método da análise de narrativas, com a técnica temática, orientadas principalmente por Riessman (2008, p.11). “Analistas de narrativas questionam a intenção e a linguagem como e por que os incidentes são narrados e não simplesmente o conteúdo ao qual a linguagem se refere”.

Foram selecionadas duas escolas da rede estadual, da cidade de Lages -SC. Optou-se por determinar as instituições de ensino mais acessíveis para a pesquisadora. Foram incluídas no estudo:

- Todas as professoras mulheres;
- Todas as professoras atuantes sendo efetivas ou contratadas;
- Todas as professoras que concordem em participar da pesquisa por livre e espontânea vontade;
- Todas as professoras que concordem em assinar o termo de Consentimento livre e esclarecido.

1.2 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Primeiramente o projeto foi submetido previamente a avaliação pelo Comitê de Ética em Pesquisa em seres humanos da Universidade do Planalto Catarinense-UNIPLAC e segue os pressupostos previstos na Resolução 510/2016 CNS/CONEP do Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Foi aprovado no dia 25 de outubro de 2021, sob o número 5.059.279. Por questão de ética os nomes das entrevistadas não serão revelados, as professoras serão identificadas a partir de pseudônimos escolhidos pela pesquisadora.

Na sequência, foi realizado contato com as escolas selecionadas, apresentando o projeto de pesquisa, sua justificativa, objetivo e processos. Desta forma, com a autorização da Coordenadoria Regional de Educação de Lages, 7ª CRE e apoio da Direção escolar das instituições, coletamos os contatos de todas as professoras pertencentes a Unidade de Ensino.

Foi encaminhado um formulário pelo *Google Forms*, para as professoras da rede estadual de Lages, das escolas selecionadas nos meses abril e maio do ano 2022 (essa parte da pesquisa já havia sido realizada nos meses de outubro e novembro de 2021, porém a Universidade perdeu todos os dados do drive, sendo então, este trabalho refeito no ano de 2022).

O procedimento adotado, para coletar as respostas, foi escolhido devido a facilidade de acesso pelas participantes da pesquisa. Visto que, se torna mais conveniente para que as professoras preencham o formulário no momento que considerarem mais apropriado e seguro. Após o envio do questionário, foi realizada uma entrevista narrativa com quatro professoras que registraram no formulário o interesse de participação.

As participantes da pesquisa foram convidadas a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no momento em que acessaram o formulário respondendo a

pesquisa via *Google Forms* (o TCLE foi anexado no formulário) e também, as quatro participantes da entrevista narrativa assinaram o TCLE. Este documento visa informar as participantes da pesquisa sobre o objetivo, a justificativa, a metodologia, os riscos e os benefícios da pesquisa, garantindo o compromisso com a ética de manter o anonimato das professoras. Após a leitura do TCLE e os esclarecimentos acerca da Pesquisa, o pesquisado fez a opção de participar ou não.

A seguir é descrito de forma detalhada os instrumentos que foram utilizados para a coleta de dados do presente estudo:

- ✓ *Google Forms*: O formulário foi enviado dia 09 de abril de 2022 via plataformas digitais para as (32) trinta e duas professoras que fazem parte das escolas selecionadas e estão dentro do perfil das participantes. Até o dia 20 de setembro de 2022, trinta professoras haviam respondido. As trinta respostas foram analisadas de acordo com a metodologia prevista no projeto. As professoras que demonstraram interesse seguiram para a próxima etapa da pesquisa. Esse documento com os dados do *Google Forms* ficará arquivado pelo período de cinco anos sob responsabilidade da pesquisadora.
- ✓ *Entrevista narrativa*: Esta etapa foi realizada entre os meses de dezembro (2022) e janeiro de (2023). A proposta visava entrevistar todas as professoras que demonstraram interesse na etapa anterior da pesquisa. De acordo com as possibilidades das entrevistadas realizamos as entrevistas, em local planejado, com distanciamento social e seguindo as normas da vigilância sanitária. A pesquisadora informou sobre a gravação do material, responsabilidade ética, o sigilo e confidencialidade das informações. Estes materiais ficarão arquivados sob a responsabilidade da pesquisadora pelo período de (5) cinco anos. Foram entrevistadas (4) quatro professoras e todas assinaram o TCLE.

Para compreender melhor os casos de violência familiar com as professoras lageanas, o método escolhido foi a análise de narrativas contemplando os dados do formulário e das entrevistas.

A dissertação é composta de quatro seções. Sendo a primeira seção composta pela introdução. A segunda seção apresenta a contextualização histórica do feminismo, suas ondas, principais representantes e literaturas históricas, reivindicações e conquistas. Além de descrever as concepções do movimento feminista e seus debates na luta contra o sexismo, a misoginia, o machismo, o conservadorismo, o patriarcado e o capitalismo. Ainda nessa seção é apresentado

algumas ideias das autoras/es: Ana Maria Colling (2021), Angela Davis (2016), bell hooks⁷ (2020), Gerda Lerner (2019), dentre outros.

A terceira seção aborda os conceitos de violência a partir de uma análise filosófica e contextualizando com as principais políticas públicas de enfrentamento ao combate às violências de gênero contra as mulheres, dando um destaque maior a Lei Maria da Penha, que é muito importante na defesa dos direitos das mulheres brasileiras, representando um importante marco jurídico, e trazendo como símbolo de luta Maria da Penha Fernandes.

A quarta seção será direcionada à apresentação e à discussão dos resultados da pesquisa, compreensão das respostas do formulário, contextualizando a profissão e o lugar em que essas professoras estão inseridas, direcionando para o estudo de aspectos socioculturais do município de Lages. Por fim, abordaremos a análise das entrevistas realizadas com as professoras que aceitaram participar da pesquisa. Finalizamos o trabalho com as considerações finais, relacionado com os aspectos mais importantes e consideráveis explorados neste trabalho.

2 MOVIMENTOS FEMINISTAS E GÊNERO

Nessa seção, abordaremos sobre a história do movimento feminista. Inicialmente, com a apresentação do questionamento, sobre se de fato, as mulheres foram silenciadas a não contribuírem com a história ou se agiam silenciosamente. Sendo assim, como todos são sujeitos históricos, compreende-se que é necessário analisarmos o contexto, desde o possível princípio, para então, dialogarmos com o presente.

À vista disso, nas subseções que seguem, apresentaremos algumas ideias sobre feminismo e as relações de gênero, destacando algumas mulheres que fizeram e fazem história na formação dos movimentos e das ondas feministas.

A partir destas análises buscamos, além de destacar alguns conceitos, pertencentes ao estudo do feminismo, dialogar com os autores como: bell hooks (2020), Gerda Lerner (2019), Judith Butler (2021), Angela Davis, (2016), além de outras autoras conceituadas e importantes para esta análise, que estudam e contribuem, desde muito tempo para o entendimento das temáticas sobre feminismo e gênero.

⁷ Pseudônimo de Gloria Watkins, bell hooks (nome de sua bisavó materna, Bell Blair Hooks) é grafado com letras minúsculas como desejo e característica de escrita pela autora. A justificativa se deve pelo fato de que a escritora queria deslocar o foco da figura autoral para suas ideias.

2.1 SILENCIOSAS OU SILENCIADAS?

A história foi por muito tempo construída com base na perspectiva masculina. Sendo assim, sabemos que quem dispõe do uso da palavra significa que detém poder. As histórias são registradas e trazem a visão, particular, a partir da concepção daqueles que a escreveram. Assim, muitos registros foram gerados parcialmente e interpretados com um único ponto de vista, o da metade da humanidade.

Visto isso, é necessário que percebamos que todos os trajetos históricos percorridos são gerados a partir de diferentes concepções. Por muitos anos as mulheres foram impedidas de contribuir com a história, apesar de serem a maioria são sempre inseridas como se fossem a minoria. Entretanto, assim como os homens elas são e sempre foram sujeitos da história (LERNER, 2019).

[...] as mulheres são essenciais e peças centrais para criar a sociedade. São e sempre foram sujeitos e agentes da história. As mulheres “fizeram história”, mesmo sendo impedidas de conhecer a própria História e de interpretar a história, seja a delas mesmas ou a dos homens (LERNER, 2019, p. 29).

Nesse sentido, em determinados momentos históricos, certas de que precisavam ser incluídas no sistema, a fim de colaborarem na criação de leis justas e igualitárias para todas, participar da formação de filosofias, ciências e teorias, as mulheres foram impulsionadas a refletirem sobre o seu papel na sociedade, tomando consciência e adquirindo força, em grupos, com o intuito de mudarem a sua própria condição e começar a escreverem, contarem e modificarem suas próprias histórias.

Essa seção é dedicada a explorar, brevemente, como as palavras vem dando poder as mulheres e fazendo justiça, pois a partir do momento que a chama feminista se acendeu elas se uniram e formaram uma grande aliança contra o patriarcado. Não com o propósito de estimular uma guerra entre os sexos, mas sim de saírem de uma escuridão onde estavam invisíveis, escondidas, oprimidas e silenciadas.

Para que isso acontecesse as mulheres se expuseram contra o sistema, muitas delas, senão todas, são e vêm sendo penalizadas por isso até hoje. Porém, mesmo assim, elas não desistiram de suas ideias e com o intuito de serem ouvidas criaram uma grande potência, o qual chamamos de Feminismo. O nascimento deste movimento foi primordial, pois, pretendia acima de tudo garantir um mundo livre, justo e igualitário, para que todos pudessem ser o que quisessem e tenham condições para isso. Esse movimento criado por mulheres é forte e ensurdecedor. Vocês conseguem nos ouvir?

2.2 LUTAS FEMINISTAS

*“Feministas são formadas,
não nascem feministas (hooks, 2020, p. 25)”*

Começamos, por acreditar, que não seria necessária uma luta para garantir direitos se estes já fossem determinados e possíveis. Entretanto, desde muito tempo, dentro da nossa sociedade, as organizações existentes servem justamente para referir-se ao contrário, delimitar leis que favorecem apenas algumas pessoas, classes e grupos, oprimindo e repreendendo os que não se encaixam neste sistema. Sendo assim, a única possibilidade de mudança, é a união e principalmente a revolução!

Vários movimentos existem e coexistem dentro desse sistema, lutando por ideais democráticos e pela liberdade. Nosso propósito de estudo é compreender, por meio de pesquisa bibliográfica a luta do movimento feminista. Mas afinal de contas, o que é feminismo?

Antes de responder a esse questionamento é importante contextualizarmos esse conceito com o fato de existir uma ordem histórica patriarcal⁸, embasada no androcentrismo⁹ em que as visões de mundo são estritamente masculinas com seus valores e ordens de dominação, apoiados em um controle social que oprime e marginaliza as mulheres, se estendendo também pelas diferentes dimensões das relações sociais.

De acordo com Lerner (2019) patriarcado se refere a um sistema em que o homem tem total poder legal e econômico sobre seus familiares.

Patriarcado, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que os homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder (LERNER, 2019, p. 290).

Sendo assim, patriarcado é o vocábulo destinado a um sistema que se baseia no determinismo biológico, obrigando uns se submeterem a outros, devido um esquema de superioridade e inferioridade, fundamentado em uma ordem de gênero, mas também em classe.

⁸A palavra patriarcado se origina da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arkhe* (origem e comando). A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder (LIMA; SOUZA, 2019, p. 578).

⁹De acordo com o Houaiss (2001), há duas definições possíveis para a palavra androcentrismo. A primeira delas, antropológica define como: “Tendência para colocar o masculino como sendo o único paradigma de representação coletiva, estando o pensamento masculino acima de todos os outros.”, a segunda de caráter popular indica: “Tendência para supervalorizar os pensamentos e ideias masculinas, especialmente as conservadoras, moralistas e machistas, que não levam em conta a busca pela igualdade de direitos das mulheres.”

É impossível crer, que uma organização que traz privilégios para determinadas pessoas seja questionada por elas mesmas. Nesse sentido, é possível ainda verificar que esses mesmos sujeitos foram criados dentro deste sistema e acreditam na sua eficácia, desta forma, até os que são prejudicados por essa ordem acabam considerando ser o correto e normal.

De acordo com o fenômeno histórico e temporal, a família patriarcal não é representada em um único modelo, ela sofre variações, entretanto a mesma superioridade do patriarca em relação aos outros membros da família continua igual, não se limitando somente ao espaço doméstico, mas sim a todas as esferas organizacionais da sociedade. Não somente no Brasil como no mundo todo, o modelo patriarcal ainda desempenha um grande papel nas relações conjugais, legitimando a desigualdade entre homens e mulheres. Se valendo de um modelo ideológico e social e naturalizando ações de dominação masculina sobre esposas e filhas, permitindo em muitos países a violência física como forma de punição (LIMA; SOUZA, 2019, p.578).

A partir das definições apresentadas é possível destacar o conceito do nosso foco, feminismo¹⁰.

O feminismo é o maior movimento social e político do mundo. Ele caracteriza um grupo de pessoas que lutam por direitos iguais. Seus fundamentos são coletivos, não objetiva priorizar nenhuma classe social, nem de prover privilégios particulares às mulheres em detrimento aos homens, ele é justamente o contrário disso, acabar com as diferenças, promover a igualdade, combater o imperialismo, racismo e o classicismo (HOOKS, 2019).

A luta feminista ocorre a qualquer época em que uma mulher ou um homem se erga contra o sexismo. Este movimento busca transformar a vida de todas aquelas que são prejudicadas e sofrem diariamente, ele é necessário e vital! Essa potência transformadora possui o poder de nos libertar das opressões geradas pelo capitalismo, que agressivamente trituram aqueles que não se encaixam em um padrão social, conservador e patriarca (HOOKS, 2019).

¹⁰ Fenômeno social, cultural que assume feições específicas de acordo com o lugar e os sujeitos que dele ou nele falam. [...] São evidências da atuação das mulheres e da sociedade organizada em suas lutas pelos direitos trabalhistas, reprodutivos, pelos direitos à contracepção e ao aborto, no combate aos crimes de assédio sexual, estupro e as formas cotidianas mais ou menos explícitas da violência [...] tornando visível a presença e a contribuição das mulheres na vida, na política, na produção de leitura do mundo social.[...] os feminismos atuam e buscam desconstruir as identidades e representações do feminino e do masculino, mostrando que o discurso fundado no biológico ou na natureza dos sexos é um mecanismo do poder do patriarcado em operação, marcado de historicidade (CARNEIRO, 2019 , p. 251, 253, 254).

Não é possível crer em um movimento feminista só, e, para mulheres, jamais vamos conseguir combater o sexismo travando uma luta discriminatória. Incentivar a todas, *todes*¹¹ e todos a aderirem a prática feminista, é permitir a reflexão da luta pela liberdade e desejo de democracia.

Ainda que possamos pensar que somos livres, é importante analisar o feminismo de forma ampla, nem todos possuem a mesma realidade, sendo assim, a autocrítica é necessária quando nos nomeamos feministas, pois o sistema e as grandes mídias têm se aproveitado de diversas pautas a fim de lucrar em cima de um movimento tão importante (BRUM, 2020).

Com isso, há pessoas que não se sentem representadas nem acolhidas, quando questionadas sobre serem feministas, pois acreditam que é uma luta elitista e exclusivista. É fundamental, que vejamos esse movimento da forma mais coletiva possível, não basta compreender e estudar o feminismo, temos que ensiná-lo e praticá-lo sempre visando melhorias para toda a comunidade (BRUM, 2020).

É comum, em livros de histórias, identificarem o feminismo com um movimento, organizado por mulheres a fim de garantirem direitos igualitários, estabelecendo o século XIX como marco inicial. Sabemos que não é o vocábulo que move a luta, visto que, a palavra feminismo¹² foi utilizada apenas em meados deste mesmo século, entretanto, o despertar consciente das mulheres contra a opressão sexista é bem mais antiga.

Toda história, seja ela de opressão ou não, está situada dentro de um tempo e espaço. À vista disso, as pessoas que fizeram parte deste momento, não podem ser entendidas/julgadas com os mesmos parâmetros e perspectivas atuais, posto que todos são sujeitos e agentes da história.

Sendo assim, com a finalidade de compreender o contexto histórico do feminismo, e expor os fatos que levaram as mulheres a questionarem e lutarem por igualdade, seguiremos uma breve linha histórica.

No século IV a.C. persistia um pensamento essencialista sobre “características femininas e características masculinas”, ao homem adjetivos como agressividade e

¹¹ Na Língua Portuguesa não existe um pronome que defina um gênero neutro, entretanto faz-se necessário compreender que existem pessoas que não se identificam pelo uso do gênero masculino e feminino. Como não há uma definição única para determinar o gênero não-binário, alguns utilizam no lugar dos artigos “a” e “o” a consoante “x” (todxs), o símbolo “@” (tod@s) ou a vogal “e” (todes).

¹²De acordo com a Professora Joana Maria Pedro, as palavras têm histórias e épocas. Há uma disputa pelo termo feminismo em vários grupos, sendo reivindicado desde mulheres da elite branca e conservadora, até movimentos revolucionários. Por vezes, o termo é rejeitado, como em alguns grupos de mulheres negras (HISTÓRIA FM 025, 19 jun. 2021. *Podcast*).

racionalidade, para a mulher gentileza e sensibilidade. Padrões típicos da época. Essa ideia repercutiu por muito tempo sendo determinada como natural e imutável. (JENAINATI; GROVES, 2020). Não obstante, o movimento feminista luta até hoje contra essas predeterminações de comportamentos e padrões atribuídos a mulher como únicos e permanentes.

Continuamos o percurso desta trajetória na Idade Moderna, a sociedade se baseava em autoridades masculinas: o Monarca é o chefe do Estado, Jesus é chefe da Igreja portanto o pai é o chefe da família. Neste sentido, tanto as mulheres quanto seus filhos pertenciam inteiramente ao homem, responsável por elas, seja ele pai, esposo, avô ou irmão, até o corpo da mulher era governado por seu responsável. Nessa época a mulher era considerada fraca e irracional, por este motivo não podiam ser livres e deveriam permanecer controladas por homens. Porém, nesta fase com a ascensão da Rainha Elizabeth I ao trono (1568) e seu reinado como mulher solteira, mostrou ser possível desafiar o sistema patriarcal (JENAINATI; GROVES, 2020).

À vista disso, no século XVI começaram a circular textos bíblicos que indagavam sobre o ideal de mulher para a sociedade, sendo ela: “casta, calada e obediente”. (JENAINATI; GROVES, p. 10, 2020).

Sendo assim, em 1642, algumas mulheres se revoltaram e marcharam até Londres exigindo leis que a reconhecessem como indivíduos. De acordo com Jenainati e Groves (2020), 400 mulheres atacaram e quebraram o centro do duque Richmond, depois que este as recebeu com sarcasmo. As feministas não precisam de um nome em uma faixa gigante para apresentar o grupo, como já dito anteriormente, a determinação dessas mulheres por direitos e combate a leis injustas já as apresentavam como Feministas.

O século XVIII e início do XIX é marcado com notáveis mulheres, baseadas nos propósitos iluministas, redigiram textos sobre a liberdade, como consequência destas reflexões vemos no século XX se desenvolver com mais força os movimentos feministas. Com base nesta década inicial, a historiografia consta a existência de três ondas feministas.

É importante destacar que estas não representam momentos parados, os fluxos e refluxos de cada onda indicam os desdobramentos do movimento com suas fases e concepções diferentes. Assim, como todo processo histórico, classificar o movimento feminista em ondas não significa reduzir a um só relato, ele é composto de várias movimentações e experiências. Neste caso, ressalta-se também, que a denominação por ondas não é bem aceita por algumas estudiosas e dependendo do referencial bibliográfico outros vocábulos podem ser encontrados referindo-se a mesma trajetória.

Entretanto, para que didaticamente consigamos compreender o desenvolvimento histórico feminista, é importante situar a leitura em um tempo e espaço, não focando apenas nas denominações e disputas por vocábulos e sim ao movimento feminista e as reivindicações das mulheres em cada período.

2.3 OS MOVIMENTOS FEMINISTAS, E AS REIVINDICAÇÕES DAS MULHERES

“Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; (BUTLER, 2021, p.21)”

Ao estudarmos o Feminismo é comum identificarmos o termo “ondas”. Essa denominação é utilizada para classificar, organizar os conhecimentos produzidos e se referir de forma didática às lutas das mulheres em cada época. Cada um desses períodos tem pautas e problemáticas bem particulares, assim como as mulheres protagonistas, vão direcionar os seus estudos e análises bem distintas em certos pontos (SILVA, 2019). Entretanto, as compreensões dos feminismos por ondas não são acordadas por algumas teóricas. Mesmo assim, apesar de as diferentes teorias serem difíceis de definir e de demarcar, é necessário empregá-las para se esclarecer e ordenar diversas posições (NOGUEIRA, 2017).

Assim, identificamos como três ou quatro (por algumas autoras) ondas feministas. Antes de analisarmos historicamente a primeira delas, devemos perceber, como já mencionado, que bem antes do século que inicia este marco, as mulheres já reivindicavam direitos. A diferença deste período para os que o sucedem, é que não houve uma organização em grupos com finalidades que rejeitavam as injustiças que sofriam (SILVA, 2019).

Em meados do século XIX até parte do século XX, surgiu inicialmente no Reino Unido e nos Estados Unidos a denominada primeira onda feminista. Concentrada na emancipação das mulheres e na luta por direitos democráticos especialmente civil e político. As principais ativistas deste período, as sufragistas, foram conhecidas, especialmente, pelas suas reivindicações e manifestações públicas (FARIAS MONTEIRO; GRUBBA, 2017; SILVA, 2019).

Nesta época o ideal de mulher era aquele concentrado dentro de casa, no lar, na família e nas atividades que lhe competiam, domésticas e culinárias. Visto isso, a problematização deste conceito e imposição de submissão e passividade são determinados a todas (SILVA, 2019).

Tantos nos países europeus quanto no Estados Unidos o feminismo que mais chamou a atenção das pessoas e da mídia em geral foi o reformista, identificado por mulheres brancas e burguesas adotando duas linhas de pensamento, segundo Ribeiro (2021):

- 1) Igualdade de direitos entre homens e mulheres – além do aspecto político e educacional, reivindicavam a utilização de roupas semelhantes às dos homens.
- 2) Maternal ou social – voltado para o aspecto da diferença entre os sexos- esta problemática seguia mais especificamente aos sofrimentos particulares femininos.
- 3) As feministas desta época ganham destaque em produções literárias e movimentos por direitos igualitários, Abigail Adams,¹³ Mary Wollstonecraft¹⁴, Angelina Grimké¹⁵, Harriet Taylor Mill¹⁶, Virginia Woolf,¹⁷ entre outras, escreveram e contribuíram com algumas conquistas para mulheres, como: acesso ao ensino

¹³ Abigail Adams (1744- 1818). Em suas cartas ao marido John Adams (segundo presidente dos Estados Unidos), ela menciona por várias vezes o acesso à educação das mulheres: “Se tem queixas de negligência na educação dos filhos, o que direi em relação às filhas?”. Ela escrevia para seu marido regularmente e insistia para que ele sempre “pensasse nas damas”. Suas cartas foram reunidas e publicadas por seu neto alguns anos após sua morte (JENAINATI; GROVES, 2020).

¹⁴ “Considerada uma das matrizes do feminismo, Mary Wollstonecraft (1759-1797), escritora renomada, suas críticas para defender seus ideais de gênero atingiram proporções notáveis. Ela defendia que a mulher era mais que esposa, podendo fazer uma reflexão sobre qualquer assunto sejam eles políticos, culturais ou econômicos. Escreveu diversos livros, aos 19 anos publicou *Thoughts on the Education of Daughters* (Pensamentos sobre a Educação das filhas, 1787), no qual afirmava que as mulheres deveriam ser criaturas autônomas e determinar os seus próprios destinos. Sua obra mais citada e conhecida intitula-se *A Vindication of the Rights of Woman* (1792), na qual ela argumenta que a falta de educação para as mulheres que as deixam suscetíveis de parecerem inferiores aos homens” (PAZ; SOARES, 2019, p.740 a 742).

¹⁵ Angelina Grimké (1805-1879), foi palestrante e porta-voz dos direitos das mulheres. Primeira mulher a se manifestar publicamente nos Estados Unidos. Solicitava que outras mulheres escrevessem petições ao congresso para que fossem ouvidas também. Em 1838 conseguiu permissão para se dirigir a um órgão legislador. (JENAINATI; GROVES, 2020).

¹⁶ Harriet Taylor Mill (1807- 1858) Uma das principais autoras sobre a emancipação sexual da mulher, escreveu livros como: “A emancipação das mulheres”, (1851), e “Sobre a sujeição das mulheres”. Seu companheiro J.S.Mill, membro do Parlamento Britânico, apresentou uma emenda à Lei da Reforma de 1867, que visava a substituição da palavra, de forma oficial, “homem” por “pessoa”, essa proposta foi rejeitada e provocou um processo estabelecendo que palavras do gênero masculino deveriam incluir mulheres (1869) (JENAINATI; GROVES, 2020).

¹⁷ “Virginia Woolf (1882-1941). Sendo impossibilitada de frequentar a escola, por ser mulher, e ter um ensino convencional, a escritora foi educada por seu pai que a estimulava e procurava orientar seu apetite voraz por leitura. No seu livro ensaístico *Um teto todo seu*, a autora tece comentários sobre a educação de mulheres e homens. Metaforicamente ela afirma que a estrutura cultural e social abre espaços para muitos Shakespeare, mas jamais “para uma possível irmã de Shakespeare”. Virgínia é considerada uma das precursoras do feminismo moderno, pois tanto em suas obras de ficção quanto em seus ensaios críticos, a escritora busca desconstruir valores e preconceitos estabelecidos a respeito das mulheres e tidos como verdade absoluta universal” (JUNIOR; SANTOS, 2019, p. 736 a 740).

superior e a aprovação da Lei de Propriedade para Mulheres Casadas, em 1870 (JENAINATI; GROVES, 2020).

Estas mulheres reivindicavam o direito de votarem e serem votadas, poderem administrar seus patrimônios e, principalmente participarem ativamente da vida política e econômica da sociedade, todos estes já eram garantidos aos homens há muito tempo e negados para todas elas (SILVA, 2019).

O direito ao voto¹⁸, faz parte das principais reivindicações desta fase, marcado e liderado por grandes mulheres, como Marie Gouze¹⁹ que escreveu *Déclaration des droits de la femme et de la citoyenne* (Declaração dos direitos da mulher e da cidadã).

[...] A Declaração, um ato de fé na razão e na verdade, continha as seguintes reivindicações: direito ao trabalho nas oficinas de confecções e têxteis, direito à instrução e acesso a todas as carreiras, legislação melhorada para as mulheres abandonadas e mães solteiras, direito das mulheres disporem dos seus bens sem dar conta aos maridos. Pregava o divórcio e a igualdade cívica, dando às mulheres o direito de estarem representadas nos Estados Gerais (COLLING, 2021, p. 76).

Algumas sufragistas utilizaram de diversos meios, a fim de chamar a atenção por leis mais justas e igualitárias. Perceberam que as atitudes mais levianas e pacíficas não tinham impacto socialmente, por tanto adotaram uma outra forma de abordagem e inevitavelmente foram condenadas por isso.

Com o lema *Deeds not words – Ações e não palavras*, as militantes aplicavam todos os métodos ao seu alcance para obter alguma vitória, desde passeatas até o uso da violência e da intimidação. Entre as táticas empregadas por esse grupo destacaram-se: atear fogo a caixas de correio, quebrar vidraças de lojas e casas, acorrentar-se a portões de prédios públicos e interromper os discursos dos políticos. O resultado de tais ações foi que muitas dessas militantes foram presas por perturbação da ordem pública e desrespeito à autoridade (KARAWJCZYK, 2019, p. 678).

O movimento sufragista tinha o intuito de garantir melhorias na condição de vida das mulheres, direitos sociais e trabalho. A conquista da mulher pelo direito ao voto, foi um processo lento e árduo, porém uma das maiores vitórias, se tornando um marco na história de todas as mulheres. Em 1980, quase em todo mundo as mulheres já podiam votar (JENAINATI; GROVES, 2020).

¹⁸ “O sufragismo foi um movimento em prol da extensão do voto, sem nenhum tipo de restrição, a todas as pessoas de uma mesma comunidade. Durante muito tempo, o direito de votar foi entendido como um privilégio de poucos, e estes poucos sendo exclusivamente do gênero masculino, brancos e possuidores de bens” (KARAWJCZYK, 2019, p. 676).

¹⁹ Conhecida pelo seu pseudônimo Olympe de Gouges (1748-1793). Defensora dos direitos das mulheres, se opõe ao patriarcado determinado na Revolução Francesa, sob o lema *Liberdade Igualdade e Fraternidade*—Em 1793 escreveu a peça *Les trois urnes, ou le salut de la Patrie, para um voyageur aérien*, que propunha três formas potenciais de governo. À vista disso, Robespierre, conhecido como “o incorruptível”, não disposto a tolerar a ousadia da ativista, sem direito a advogado foi condenada à morte por violar “valores republicanos”. No dia 3 de novembro de 1793, em Paris, condenaram Olympe de Gouges à guilhotina (GELEDÉS, 2016).

Focadas no liberalismo, o movimento defendia que homens e mulheres são iguais, moral e intelectualmente, neste caso, tanto podem quanto devem ter oportunidades iguais politicamente e educacional. Facilmente notável, a primeira onda feminista era dirigida por mulheres brancas que embora subordinadas aos seus maridos não eram de propriedade deles (SILVA, 2019).

Visivelmente as lutas se tornavam distintas dependendo da cor e classe, as mulheres negras lutavam para serem reconhecidas como seres humanos. E por mais que não seja algo tão mencionado historicamente, existiram muitas mulheres negras feministas desde a primeira onda. Além disso, mulheres de classes mais baixas, trabalhadoras das fábricas ou do campo, ficavam no meio deste processo, não eram nem consideradas ricas nem escravas, portanto tentavam garantir direitos reclamados pelos dois grupos (SILVA, 2019).

Esta primeira onda foi de suma importância para todas aquelas que iniciaram uma luta por liberdade. Este movimento se estendeu como marco até metade do século XX, ou seja, até a época da Segunda Guerra Mundial, (1939-1945), após isso começamos uma nova fase para o feminismo.

A segunda onda do feminismo, que ocorreu entre as décadas de 60 até cerca dos anos 80 do século XX, segue com Movimentos de Direito e Libertação das Mulheres. Suas inferências são voltadas para a raiz da dominação masculina, concentrada no patriarcado, e todo o sistema de dominação social enraizando nas definições de sexo. Sendo assim, o controle dos corpos femininos direcionados principalmente a maternidade e sexualidade, alcançam esferas políticas, econômicas e jurídicas (MARTINEZ, 13° CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM) & FAZENDO GÊNERO 11, 2017).

O objetivo desta fase do movimento feminista era conscientizar o caráter coletivo e expor o funcionamento do patriarcado além das opressões vividas diariamente pelas mulheres. A transformação aconteceria a partir do rompimento do sistema patriarcal (MARTINEZ, 13° CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM) & FAZENDO GÊNERO 11, 2017). Consagramos, neste período, escritoras que são fundamentais até hoje para o entendimento e o estudo do feminismo como Simone de Beauvoir²⁰, por exemplo.

²⁰ Escritora, feminista e professora de filosofia aos 21 anos. Em 1949 Simone aparece ao público como uma pensadora original, a partir da publicação da sua obra: O Segundo Sexo. O livro vendeu mais de um milhão e meio de cópias, marcou o pensamento do século XX, influenciando gerações posteriores, principalmente aquelas vinculadas à intelectualidade feminista. “No campo dos estudos feministas, talvez a mais relevante contribuição de Beauvoir tenha sido transportar o debate sobre as hierarquias entre os sexos - antes centrado na biologia- para a arena da história. É, portanto, através do estudo das sociedades que a filósofa se propôs a compreender o modo como as mulheres foram historicamente associadas à fragilidade e à inferioridade” (DALMÁS, MÉNDEZ, 2019, p. 68 a 74).

O Segundo Sexo, da Simone de Beauvoir é considerado como um marco inicial deste período, iniciando debates entre sexo e gênero, afirmando “que ninguém nasce mulher: torna-se mulher”, construída e definida pela sociedade, estabelecendo papéis impostos às pessoas quando nascem homens ou mulheres (SILVA, 2019).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico, define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado, que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Nesta segunda onda, algumas teorias eclodiram e se tornaram bem conhecidas e referidas. Elas têm como vetores a causa da opressão das mulheres, porém suas diferenças são fundamentais para o entendimento de cada uma. Podemos citar: o Feminismo liberal²¹, o Feminismo marxista²², Feminismo radical²³ e o Feminismo Cultural²⁴ (NOGUEIRA, 2017).

O que as feministas deste período questionavam era a compreensão da condição da mulher na sociedade, elas queriam compreender por que eram discriminadas e oprimidas, por que eram consideradas como o sexo frágil? Uma ideia de união de coletividade com o intuito de garantir força e possibilitar reflexões reais eclodiu neste período. Partindo da frase “Sisterhood is powerful” (A sororidade/ irmandade é poderosa) as mulheres se reuniam em atividades coletivas, e tentando convencer mais e mais pessoas que se conscientizassem (SILVA, 2019).

Antes de partirmos para a terceira onda é importante destacar algumas filósofas, nestes períodos, que não se denominavam feministas pertencentes a segunda onda, por não se encaixarem no sistema de reivindicações e principalmente por não se sentirem representadas.

No início da década de 20 nos EUA, surge um Movimento Feminista Negro, conhecido como *Black Feminism*, sua crítica se volta, de forma radical contra o feminismo branco a homogeneidade da categoria mulher (DAVIS, 2016). A justificativa, é o fato de os movimentos feministas serem considerados, pelas mulheres negras, uma luta da classe média branca e heteronormativa, sendo baseadas nas necessidades de mulheres que não as representavam (MARTINEZ, 13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM) & FAZENDO GÊNERO

²¹ Centrado na emancipação, elas acreditavam que alterando as leis seria possível alcançar uma mudança social de libertação das mulheres (NOGUEIRA, 2017).

²² O Feminismo socialista, indica que o principal problema da opressão das mulheres está no capitalismo e uma mudança só seria possível com o fim desse sistema (NOGUEIRA, 2017).

²³ Centra sua atenção na sexualidade e em todas as relações com os homens e o patriarcado (NOGUEIRA, 2017).

²⁴ Compreende a diferença de homens e mulheres, mas defende a ideias de que o sexo feminino é superior (NOGUEIRA, 2017).

11, 2017). Os pressupostos do *Black Feminism* eram voltados para o fato da mulher negra sofrer diversas opressões, tanto de gênero, quanto de raça e classe social.

Para tentar explicar um pouco da condição de luta das mulheres negras, retornaremos à primeira onda e às sufragistas. O feminismo liberal²⁵ especialmente composto por mulheres brancas não levava em consideração os desafios e as pautas das mulheres negras. Neste caso, a fim de garantir o direito ao voto para todas as mulheres da classe média, um dos argumentos foi “solucionar o problema dos negros”. Visto que, a população negra era a maioria, e tentavam reivindicar direitos que não eram bem-vistos pelos brancos. A sugestão das feministas, foi condicionar o direito ao voto à alfabetização formal. Apenas pessoas que sabiam ler e escrever poderiam votar. A supremacia branca ficaria intacta, considerando que o número de mulheres brancas, relativamente grande, eram alfabetizadas (DAVIS, 2016).

Nem um mínimo de sororidade poderia ser detectado aqui, e não houve nenhuma palavra sobre a derrota da supremacia masculina ou sobre as mulheres finalmente conquistando sua independência. Não eram os direitos das mulheres ou a igualdade política das mulheres que tinham que ser preservados a qualquer custo, e sim a superioridade racial reinante da população branca. (DAVIS, 2016, p. 131)

Estas primeiras feministas ignoraram o fato de que existiam diferentes mulheres que viviam em circunstâncias opostas a muitas outras situadas dentro do movimento. A posição das mulheres negras em se opor ao Feminismo “branco”, segue pelo fato de que a “sororidade”²⁶ não era para e por todas, ela correspondia apenas às classes privilegiadas. No entanto, a posição dessas mulheres dá luz às diversidades e pluralidades nos discursos e nas lutas feministas. Sendo assim, na segunda onda o Movimento Negro criticou a luta feminista, pois excluía, por completo as experiências das mulheres negras.

Neste contexto é possível observar que as categorias de classe e raça foram utilizadas pelas mulheres para dominar outras. É possível alcançar a autorrealização e o sucesso sem dominar umas às outras, a sororidade é uma possibilidade concreta e poderosa (HOOKS, 2020).

²⁵ O feminismo liberal lutava por causas como a emancipação feminina, o direito à propriedade, a educação e a emancipação política. Entretanto, visava direitos individuais e não coletivos. Esta corrente propõe uma visão de igualdade baseada na meritocracia. Aquelas que possuem “talentos” sobem ao sótão, as outras, continuam no porão. (ARRUZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2019).

²⁶ Há críticas entre autoras sobre a palavra “sororidade” - seu conceito é relação de irmandade e união entre as mulheres, baseada na empatia e companheirismo. Porém, assim como outros termos são apropriados por grupos e utilizados fora de seu contexto original, algumas feministas acreditam que esta expressão se refere apenas a uma parte das mulheres, que desconhece (ou não valida) a dor de outras. Neste caso optaram pelo termo “dororidade” - a dor que une as mulheres diante de uma sociedade que as violenta. A autora Piedade defende o termo dororidade ao invés de sororidade. Segundo Piedade: “Assim como o barulho contém o silêncio. Dororidade, pois contém as sombras, o vazio, a ausência, a fala silenciada, a dor causada pelo Racismo. E essa Dor é preta” (PIEADADE, 2019, p. 16). Mais informações ver: PIEADADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

Podemos mencionar como autoras significativas para o Feminismo negro: bell hooks²⁷, Angela Davis,²⁸ e no Brasil: Sueli Carneiro²⁹, Lélia Gonzalez,³⁰ Djamila Ribeiro³¹.

A terceira onda teve início no final dos anos 80 do século XX. Algumas escritoras designam este período de diversas formas: como pós-feminismo, feministas-modernas, pós-estruturalistas. Sugere a ideia de fim, porém consideramos que esta teoria é a que inaugura alguns debates de conflitos. Entretanto, suas principais características não são consensuais (NOGUEIRA, 2017).

Esta fase do movimento feminista tem se destacado pelas críticas epistemológicas da segunda onda, enfatizando problematizações nas desconstruções e na fragmentação identitária (NOGUEIRA, 2017). Para as feministas pós-modernas as linguagens e as relações sociais são centrais para a produção de conhecimentos. Prezando pela contextualização de gênero e de como este afeta a vida das pessoas em geral, visto que muitas mulheres se encontram em circunstâncias diferentes umas das outras (SILVA, 2018).

As feministas da terceira onda questionavam o sentido de mulher levantado nos discursos da onda feminista que lhes procedeu, uma noção de mulher universal e indiscriminada, resumida essencialmente no seu sexo. A terceira onda buscou que fossem reconhecidas e consideradas as diversas identidades femininas (SILVA, 2019, p. 17).

Os estereótipos de feminilidade impostos não eram previstos para todas as mulheres, a mulher negra questionava o direito de poder ser delicada e doce, pois, os atributos a elas destinados era somente de hostilidade. Outras mulheres, que foram proibidas por pais ou irmãos, lutavam para poder se depilar, usar maquiagem e passar batom. Todo grande ato se

²⁷ Uma das escritoras e pensadoras feministas mais importantes na literatura. bell hooks aos 19 anos começou a escrever seu primeiro livro: Não sou eu uma mulher? Publicado em 1981 a obra foi resultado de oito anos de pesquisa e revisões, explorando os grandes temas feministas: direitos civis, movimento sufragista, impacto negativo do racismo e machismo sobre a psique das mulheres negras (BARCELLA; LOPES, 2018).

²⁸ Poderosa ativista do movimento *Black Power* dos anos 60 e 70. Em 1991 publicou sua obra clássica “Mulheres, Raça e Classe” em que conecta o movimento feminista, a luta de classe e os direitos das mulheres negras e trabalhadoras. A autora atenta para o fato de que só existe feminismo se ele for antirracista (BARCELLA; LOPES, 2018).

²⁹ Referência do movimento feminismo negro no Brasil. Sueli é Doutora em Filosofia pela USP e fundadora, em 1980, do grupo Geledés Instituto da Mulher Negra, organização feminista e antirracista (GELEDÉS, 2022).

³⁰ Filósofa e ativista do feminismo negro no Brasil. Lélia, fundou em 1978, o Movimento Negro Unificado (MNU). GELEDÉS, 2022)

³¹ Autora do livro: Quem tem medo do feminismo negro? (2018). Essa obra relata reflexões antirracistas baseadas nas experiências de Djamila como mulher e acadêmica negra. (GELEDÉS, 2022)

tornava revolucionário. A terceira onda, portanto, girava em torno de diferentes mulheres com experiências distintas, neste caso era fundamental reconhecer essa diversidade (SILVA, 2018).

A ideia de interseccionalidade³², presente na obra de Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe*, em 1981, ganhou destaque nesse cenário, pelo fato de trazer para debate diversos conceitos importantes. Com isso, o movimento negro se fortaleceu como uma vertente independente

Durante essas três ondas feministas o movimento dependia das organizações presenciais das mulheres e grupos de apoiadores³³, com o avanço da internet uma nova fase se consagrou na reprodução de conhecimento e união dos grupos.

Sabe-se que o avanço da internet tem dado destaque para grandes revoluções. De forma que as pessoas passaram a ter mais contato com outras, tanto diretamente por *chats* e mensagens de texto (*whatsapp*), quanto indiretamente, acompanhando a vida de muitos (que às vezes nem se conhecem pessoalmente) por fotos, vídeos e hoje fortemente em danças, com a inserção de novos aplicativos que viraram “febre” entre todos, independentemente da idade.

Certamente, pautas feministas têm se destacado com força nestes ambientes digitais. Visto isso, é possível encontrar autoras que inserem uma quarta onda feminista, representando esta era da comunicação rápida e principalmente das redes sociais. Dentro do cenário digital conseguimos identificar muitos desafios, sendo assim, novas práticas feministas surgiram (SILVA, 2019). Visto isso, a quarta onda feminista é diretamente relacionada com o espaço digital. Pessoas que antes nunca tiveram lugar para se manifestarem ou nem sabiam como fazê-lo encontraram por meio das tecnologias digitais formas de ler, aprender e articular junto à luta feminista.

Iniciado por volta de 2012 e associado a todas as plataformas digitais de grande destaque (*Facebook, Twitter, Instagram, Youtube, Tiktok* e etc), a quarta onda tem o objetivo de promover o diálogo e arremessar as informações, a fim de contestar a misoginia, o sexismo, a LGBTfobia, dentre outras desigualdades na sociedade e violências de gênero (SILVA, 2019). Diante desta nova era, a humanidade tem experimentado muitos choques de identidade, alteridades e diversidades. E também, devido a maior distribuição de conhecimento pelas mídias e tecnologias digitais, a adesão dos jovens pela pauta feminista têm aumentado.

³² Kimberlé Crenshaw quem nomeou este termo em 1989 e posteriormente quem desenvolveu as elaborações teóricas sobre esse conceito. A interseccionalidade é compreendida como uma abordagem analítica, capaz de abranger múltiplas formas de opressão de maneira simultânea através dessa perspectiva, as manifestações discriminatórias não são examinadas de forma isolada, tampouco são meramente somadas, mas sim, é reconhecida a intrincada interligação entre diferentes formas de discriminação (KYRILLOS, 2020).

³³ O Movimento feminista tem por objetivo acabar com a opressão sexista, neste caso é permitido a participação de todos e todas na reconstrução de uma sociedade mais justa e igualitária.

Nota-se, pois, que são questões da quarta onda do feminismo a “liberdade” e o “respeito às diversidades”, em busca de alcançá-las até os limites. Reconhecendo que as diversidades humanas são muitíssimo amplas e que nossas vivências influenciam nossos pensamentos de maneira direta [...] (SILVA, 2019, p. 34 e 35).

Não há como negar que o capitalismo tem se aproveitado disso também, e assim como é um espaço de aprendizado também tem se tornado lugar de dor. Com a velocidade das informações todos querem um momento, de venda, de consumo, de política e exposição. Assim, como encontramos uma nova forma de reivindicar há a necessidade de filtrar as referências que surgem. As *Fake News* assim determinadas na atualidade, estão cada dia mais fortes no ambiente digital, elas englobam desde conhecimentos falsos, até padrões sociais e classistas, impostos de forma avassaladora. Não podemos fingir cegueira diante desta nova realidade, mas necessitamos agir com cuidado.

Todas as ondas trazem uma história particular de cada período, marcado por mulheres extraordinárias. Porém, enfrentar um sistema capitalista e patriarcal não é uma tarefa fácil, haja vista que muitas mulheres têm pagado por essas manifestações, consideradas inapropriadas, com a própria vida. Neste caso, um dos principais focos de todos os movimentos e ondas feministas tem sido a violência de gênero contra a mulher.

2.4 OS FEMINISMOS E AS RELAÇÕES DE GÊNERO

É comum relacionarmos gênero e sexo como se fossem sinônimos um do outro, fomos ensinados que existem apenas o sexo feminino e o masculino e também fomos ensinados que existe apenas o gênero masculino e feminino. As definições de sexo e gênero dentro desses discursos, tornam por base apenas o fator biológico que distingue o homem de uma mulher, ou seja, seus órgãos sexuais.

De acordo com Bortolini (2020), gênero não é uma ideologia, muito menos um movimento partidário³⁴. Sua origem é determinada na Antropologia do século XX. Até essa época, o pouco que se sabia sobre gênero era determinado pela biologia e principalmente pela religião. Todas as definições somente atribuídas ao comportamento e as funções do corpo.

Para a autora Joan Scott, que é referência internacional nos estudos de gênero, a definição abrange duas partes distintas, que se interrelacionam e, ao mesmo tempo, se integram. “[...] A primeira delas conceitua gênero em um elemento constitutivo de relações sociais

³⁴ Falar sobre gênero sempre tem efeitos políticos, pois está inserido nas relações sociais, entretanto isso não o reduz a uma “ideologia”.

baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e a segunda determina que gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86)

Miriam Grossi (1994), conceitua gênero como tudo que serve para determinar o que é social, cultural e historicamente determinado. Desde que nascemos interagimos em diversas relações sociais, sempre que nos referimos ao sexo agimos de acordo com o gênero associado aquele indivíduo. Neste caso os papéis associados ao homem “masculino” e a mulher “feminino” mudam de acordo com a cultura.

A filósofa Judith Butler (2021) problematiza o conceito sexo e também o conceito de gênero. Ela questiona as construções tradicionais de feminino e masculino, atribuindo as “genitálias” características comportamentais diante da sociedade. Há um-problema nisso, pois, essas categorias reforçam estereótipos que não devem ser aceitos na sociedade, obrigando as pessoas a se encaixarem em padrões e os punindo caso não consigam. Sendo assim, dependendo do sexo biológico das pessoas, diferentes comportamentos são exigidos e estimulados.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos (BUTLER, 2021, p. 26).

A identidade de gênero³⁵ segundo Butler é estabelecida através da repetição de atos performativos, ou seja, a cultura impõe práticas femininas ou masculinas, o que ela denomina como “performatividade”, excluindo quem não se enquadra na “heteronormatividade”³⁶. São atos, gestos e atuações que sugerem status ontológico separado de vários atos que constituem a realidade (BUTLER, 2021).

Após e durante as grandes reivindicações do movimento feminista, outra luta começou a ser travada, a de gênero. As pessoas alegavam que mulheres que insistiam nas participações políticas, eram marcadas por algum problema em sua sexualidade. Sendo considerado como um comportamento homossexual e completamente inaceitável aos padrões morais. Mulheres feministas então, são consideradas “masculinas” e lésbicas.

A correlação entre feminismo e lesbianidade tinha o objetivo de assustar as mulheres e afastá-las do movimento. Elas eram alertadas de que se matricular em faculdades que enfatizassem o atletismo e oferecessem “cursos feministas” asseguraria a “homossexualidade vitalícia” (JENAINATI; GROVES, 2020, p.75).

³⁵ Livro: BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

³⁶ “A heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, familiar e reprodutivo. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero” (MISKOLCI, 2012, p. 676 a 680).

Esse se torna o objetivo da grande mídia, afastar a mulher de comportamentos que se assemelham aos determinados apenas aos homens. Um período de insistência ao retorno da esposa aos lares iniciara, em 1949 as revistas publicavam títulos como: “*A feminilidade começa no lar*” e “*As mulheres precisam falar tanto?*” (JENAINATI; GROVES, 2020).

Era de interesse da indústria da moda, capitalista e patriarcal, trazer as noções sexistas de beleza para dentro da grande mídia: filmes, anúncios públicos, imagens de mulheres magras e loiras (padrão europeu), tornaram-se frequentes e abundantes dentro do sistema (HOOKS, 2020).

Investidores capitalistas da indústria de cosméticos e moda temiam que feministas fossem destruir seus negócios. Financiaram campanhas na mídia de massa que banalizava a libertação da mulher, criando imagens que sugeriam que feministas eram grandes, hiper masculinas, simples, velhas e feias (HOOKS, 2020, p.58)

O patriarcado sempre esteve presente, sustentado pela mídia e pelo capitalismo. Quando questionadas de sua feminilidade e seus comportamentos como esposa e mãe, as mulheres não compreendiam como se sentiam diante desses pensamentos sexistas. Desafiar a indústria da beleza, que era completamente dominada por homens, e estabelecer uma revolução no vestuário, também não foi uma tarefa fácil (HOOKS, 2020).

“Mulheres se despiando de roupas desconfortáveis, limitativas e que não eram saudáveis – sutiãs, cintas, espartilho, cinta-liga etc.” (HOOKS, 2020, p. 57). Vestimentas que fazem parte desta conquista feminista, uma glória pela saúde do corpo feminino. (HOOKS, 2020). Entretanto as determinações de gênero vão além deste fragmento histórico das vestimentas.

Estes papéis representam indiretamente as diferenças sexuais que são estereotipadas dentro do sistema de opressão. Infelizmente houve e ainda há diversos estigmas sobre o que é ser mulher e o que é ser homem. Porém, questionar essas relações e predeterminações da sociedade é uma atividade reflexiva.

É importante questionar essas representações estereotipadas de gênero, como por exemplo, a mulher é sensível, cuidadora, naturalmente disposta a afetos, atividades domésticas, além de outras que exijam atenção e concentração. Ao homem características físicas e racionais, fortes, inteligentes.

Podemos estabelecer que uma das grandes lutas feministas é essa desconstrução de papéis na sociedade e desnaturalização de comportamentos opressores sexistas e machistas. Entretanto, em um mundo repleto de diversidades, como é possível defender gênero sem oprimir o outro?

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO

Durante 322 anos o Brasil organizou suas leis em torno de um código machista, preconceituoso e extremamente desigual. O Código Napoleônico, citado nessa seção, é a ordenação responsável por esses preceitos, infelizmente muitos anos foram necessários para que essas determinações sofressem modificações significativas e justas. A violência contra a mulher era estimulada e devido a essa “naturalização”, principalmente do feminicídio, o Código Filipino foi responsável por normatizar culturalmente a violência de gênero.

Compreender que a violência é um fenômeno constituído de informações e carregado de significados, esta seção busca entender o conceito desse vocábulo, contextualizando com as informações históricas de violência contra a mulher.

Por fim, faz-se um levantamento sobre as políticas públicas de enfrentamento à violência de gênero contra a mulher e suas estratégias legais diante a este problema social. Dando destaque a lei Maria da Penha, que foi um marco na história do Brasil, expondo uma situação que muitas mulheres passavam (e passam ainda) e não tinham vez nem voz para garantir sua proteção.

3.1 O PRINCÍPIO DA NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Por ter sido colonizado por portugueses, o Brasil herdou não somente as representações artísticas e literárias da Europa, mas também uma série de leis. Dentre elas as conhecidas Ordenações Filipinas³⁷. Esse código, publicado em 1603, permitia direitos e discursos aos homens que os possibilitavam, inclusive, de tirar a vida de suas esposas, sem qualquer problema.

Durante quase 322 anos o Brasil viveu sobre esse regime e a história da violência contra a mulher foi marcada por essa lei. Castigos físicos a esposa, filhos ou escravos eram permitidos com o intuito de educar, desde que não utilizassem armas. Entretanto, se ele suspeitasse de adultério, por parte de sua esposa, poderia matá-la. A honra do homem devia ser preservada a qualquer custo.

Achando o homem casado sua mulher em adultério, lícitamente poderá matar assim a ela, como o adúltero [...], mas ainda, poderá lícitamente matar, sendo certo que lhe cometeram adultério[...] provando depois o adultério. E, declaramos, que no caso, em

³⁷ Leis editadas pela Coroa Portuguesa, que vigoraram de 1603 até 1830.

que o marido pode matar sua mulher, ou o adúltero, como acima dissemos, poderá levar consigo as pessoas, que quiser (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1451, p. 1189)³⁸

Ao analisar estes fragmentos do Livro V das Ordenações, contata-se duas situações, primeiramente que poderá o homem matar sua esposa, autorizado assim por lei, em situação de adultério, tanto ela quanto quem está com ela. Entretanto, caso ele suspeite que, futuramente, poderá haver um adultério, também poderá matá-la, podendo provar depois. Seguindo este mesmo trecho ainda é possível ler que, caso ele não prove a culpabilidade da esposa, se livrará da penalização se casando novamente. E por último, não bastando, poderá levar pessoas para ajudá-lo na execução, desde que não sejam inimigas das vítimas. A violência contra a mulher era estimulada e naturalizada pelo Código Filipino.

Em 1917 foi implementado o Código Civil de 1916 que previa a incapacidade feminina, subordinação e crimes em defesa da honra masculina. O Código Penal de 1890 os crimes contra a honra continuam a penalizar mulheres, pelo art. 279, ela permaneceria sendo punida com pena de um a três anos de prisão, caso cometesse adultério. Crimes como estupro só foram considerados hediondos em 1990. Contudo, somente em 2015 que crimes contra a mulher começaram a fazer parte do código penal. Sabemos que o tempo passa, as coisas mudam, porém a mentalidade, dentro destes contextos antigos ainda se perpetuam. Pois, foi por causas destes pareceres jurídicos que a mulher segue sendo violentada.

3.2 VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES

Para iniciarmos a reflexão de um fenômeno, é importante conceituá-lo. Haja vista, que as pessoas caracterizam a violência como uma atitude agressiva, pessoal e individual. Torna-se necessário indicar que a violência é um grande problema, mas identificado como um problema social. Sendo assim, deve ser refletido, e articulado por toda uma nação.

A violência constitui um fenômeno social, que dentre suas múltiplas formas pode ser representada como uma crise da modernidade. O ser humano é marcado por uma série de relações sociais e tais relações resultam em comportamentos, muitas vezes, movidos pelo meio, em outras pelo instinto.

A violência pode ser considerada uma tentativa de assegurar algum tipo de supremacia, hierarquia de poder. Vemos esse fenômeno em todos os lugares, no nosso cotidiano, no esporte, trânsito, ruas, prisões, precárias condições de vida, fome, criminalidade, violência contra a

³⁸ Livro V - Título XXXVIII: Do que matou sua mulher, por a achar em adultério.

mulher, criança, física e psicológica. Uma série de relações e situações que desencadeiam um conflito geral (RIFIOTIS, 2006).

Um fantasma gerador de caos, sem hora nem lugar, se tornando a falta do limite, o imprevisível. Este objeto de estudo por muitos pesquisadores, torna-se de fato um dos aspectos instaurador de identidades sociais, locais, éticas e culturais (RIFIOTIS, 2006).

A violência é uma objetivação, uma espécie de significante sempre aberto para receber significados, e não uma invariante, um objeto natural. Ao invés de acreditar que existe algo como “a violência” em relação à qual “agressores” e “vítimas” se comportam, deveríamos procurar ver como as coisas acontecem concretamente. Seria interessante identificar quais práticas e discursos estão sendo postos em jogo, pois é a partir deles que é construída a nossa própria imagem do campo da violência (RIFIOTIS, 2006, p.10).

Neste sentido estamos diante de um objeto que resulta em um conjunto de práticas determinadas de um meio social. Portanto, devemos refletir que ao invés de negarmos a violência, precisamos tentar compreendê-la. Essa atitude, de maior entendimento desse fenômeno, pode contribuir para o conhecimento da sociedade e também da própria dinâmica da violência (RIFIOTIS, 1998).

Sendo considerada uma questão de saúde pública, a violência possui uma natureza complexa e multicausal. Precisamos entender, de forma mais profunda, como elas se apresentam na sociedade, o que motiva e como afetam as pessoas. Desse modo, conhecer as narrativas de como a violência ocorre na vida de grupos específicos, nos permite maior entendimento, a partir de procedimentos legais.

3.3 POLÍTICAS DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO CONTRA A MULHER

De norte a sul, de leste a oeste, do barraco ao castelo, o aumento da violência contra a mulher tem assombrado a todos, parecendo fazer parte da paisagem natural[...]
(COLLING, 2020, p. 172)

Refletir sobre as políticas públicas significa buscar estratégias legais de enfrentamento a um problema social. Os ciclos de conferências internacionais foram regidos pelas Nações Unidas, fortalecendo os movimentos sociais. Tais eventos, de acordo com as Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência (2014) foram: Em 1993 – Conferência de Viena – que enfatizou a violência contra a mulher como violação dos direitos humanos. No Cairo em 1994 –

Conferência sobre População e Desenvolvimento - destaca os direitos produtivos, das mulheres como direitos humanos e reconhece as desigualdades sociais. Enfatizando o conceito de gênero por base, em 1995 a IV Conferência da Mulher em Beijing traz o foco a violência contra a mulher (COELHO, 2014).

No Brasil, a Constituição de 1988 é um marco significativo em relação aos direitos das mulheres e à ampliação da cidadania. A partir desse documento, de caráter jurídico e político, ficou estabelecido a necessidade da sociedade e do Estado brasileiro garantirem a promoção de políticas públicas, temporárias ou permanentes, que promovam a igualdade entre os gêneros e a mitigação da violência e discriminação (FARIA; MELO, 1996).

Ao mesmo tempo, os direitos constitucionais não excluem a adesão brasileira de tratados internacionais que tem como tema específico os direitos das mulheres. Além dos tratados mencionados anteriormente, estão a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, ratificada pelo Brasil em 1984, que debate e formaliza o compromisso em combater qualquer forma de discriminação e violência contra as mulheres, e que possui caráter vinculante por parte de seus signatários. E a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, ratificada em 1995, que trouxe proteção jurídica para a mulher no âmbito da Organização dos Estados Americanos (OEA). Isso fez com que o país criasse obrigações perante a Comunidade Internacional (FARIA; MELO, 1996).

É importante destacar que no período de 1992 a 2012 as Políticas Públicas no Brasil sofreram diversos avanços e muitas alterações. As principais legislações políticas, de enfrentamento à violência iniciam no ano de 2004.

No Brasil, dispomos de alguns planos que são primordiais para o enfrentamento a violência de gênero contra a mulher. Sendo eles o **Plano Nacional de Política para as mulheres**- criado em março de 2003, o programa visa o diálogo e a construção coletiva com os movimentos feministas e demais movimentos sociais, modificando lógicas desiguais presentes em nossa sociedade. O objetivo é garantir autonomia para todas as mulheres, buscando a igualdade em todos os espaços sociais, públicos ou privados. O documento é dividido em dez capítulos, cada um deles com um tema de grande importância e direcionando objetivos, metas e ações para resolvê-los na sociedade.

O Ministério da Saúde, em 2004 implantou o **Núcleo de Prevenção a Violência Contra a Mulher**. Quando uma mulher se dirigia ao atendimento, devido a algum tipo de violência, o atendente deveria emitir uma notificação ao Serviço de Vigilância Epidemiológica, ou outro, da Secretaria Municipal de Saúde. Resultando assim em dados para pesquisa, traçando perfis e

considerando aspectos que contribuiriam para o entendimento do problema e resultariam para a criação de políticas públicas direcionadas e eficazes voltadas para as mulheres. Ainda em 2004 a criação da **Lei 10.886/04**³⁹, em 17 de junho de 2004, tornando lesão corporal como violência doméstica, atribuindo pena de 6 meses a 1 ano. Essas alterações deram visibilidade ao crime de violência de gênero contra a mulher.

A partir dessas legislações temos em 2006 um marco na história das Políticas Públicas com a criação da Lei da Maria da Penha.

Só para lembrar: a Lei n. 11.340/2006 leva o nome de Maria da Penha como uma forma de reparação simbólica depois de tantos anos de omissão do Estado brasileiro e de impunidade do seu agressor. Ela também representa o acesso à justiça e foi criada para garantir os direitos de milhares de mulheres vítimas de violência no País. (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2009).

Essa lei criou mecanismos tanto de prevenção e amparo à violência doméstica quanto a promoção da igualdade de gênero e visibilidade para a vulnerabilidade social das mulheres (Políticas Públicas no Enfrentamento da Violência, 2014).

A Lei Maria da Penha dispõe como violência contra a mulher:

[...] configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral e patrimonial:
I – no âmbito da unidade doméstica, compreendida como espaço de convívio permanente de pessoas [...];
II – no âmbito da família [...];
III – em qualquer relação íntima de afeto independente da orientação sexual” (BRASIL, 2006, art. 5).

Seguindo ainda as orientações da legislação, caracteriza no Art. 7º como formas de violências contra a mulher:

I- Violência Física: caracterizada como uma ação, por meio físico ou utilizando algum tipo de arma que agride a integridade ou saúde corporal de outro, tanto externa quanto internamente;

II- Violência Psicológica: compreendida como um comportamento ofensivo que possa interferir na autoestima, identidade pessoal ou agrida o desenvolvimento individual, degradando ou controlando comportamentos e ações, a partir de humilhações, perseguições, insultos, chantagens, ridicularizações, ameaças, manipulações e vigilâncias constantes a fim de explorar e limitar os direitos humanos de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo a saúde psicológica;

³⁹ Esta lei acrescenta parágrafos ao art. 129 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, criando o tipo especial denominado "Violência Doméstica". Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.886.htm . Acesso: 13/06/2022.

III- Violência Sexual: entendida como uma conduta que possa constranger, subornar ou manipular sexualmente outra, por meio de força física ou intimidação psicológica, com o intuito de conduzir, comercializar e utilizar a sexualidade de outra pessoa. Caracteriza-se também como violência sexual, impedir a mulher de utilizar medicamentos contraceptivos forçando gravidez, matrimônios, abortos ou prostituição. Sendo dividido de acordo com o Ministério da Saúde (2009) em:

- a) **Abuso incestuoso** - consiste na relação sexual familiar, sendo pais, avós, tios ou irmãos. Geralmente tais atos são escondidos da sociedade por serem considerados como aberrações familiares. Os incestos geralmente ocorrem a partir de uma manifestação de poder de algum indivíduo sobre outro, fazendo com que o familiar tenha relações sem seu consentimento.
- b) **Atentado violento ao pudor** - homens ou mulheres que forem submetidos a carícias íntimas, masturbação ou alguma ação de caráter sexual sem seu consentimento.
- c) **Estupro** - relação sexual, com utilização de violência sem o consentimento da mulher, podendo ser tanto pelo parceiro ou desconhecidos.
- d) **Assédio Sexual** - constitui em constranger alguém com objetivo de conseguir vantagem ou favorecimento sexual. O assédio sexual inclui ameaças, sussurros e olhares, utilizando de sua condição de superioridade hierárquica no trabalho ou função.
- e) **Exploração Sexual** - utilização indevida de qualquer pessoa para fins sexuais, sendo relações ou fotos, vídeos, filmes, etc.
- f) **Pornografia Infantil** - qualquer divulgação em meios de comunicação envolvendo crianças, contendo imagens ou vídeos pornográficos de exploração sexual.
- g) **Pedofilia** - quando um adulto mantém relações sexuais com menores de idade.
- h) **Voyeurismo** - consiste em um transtorno de personalidade sexual, com o intuito de observar pessoas, tocar e excitar-se sem a autorização do outro e principalmente sem que a pessoa saiba.

IV- Violência Patrimonial: configura a retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V- Violência Moral: representado por comportamentos que configuram calúnia ou difamação. (BRASIL, 2009).

A Lei Maria da Penha foi um marco na história do feminismo e no enfrentamento à violência de gênero contra a mulher, sendo considerada umas das principais políticas públicas

no Brasil relacionada a violência doméstica, pois só em 2013 ocorriam 13 feminicídios diários no país (WAISELFISZ, 2015).

A Lei Maria da Penha é considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) uma das três mais avançadas do mundo. Uma das principais inovações trazidas pela lei são as medidas protetivas de urgência para as vítimas. Além disso, ela prevê a criação de equipamentos indispensáveis à sua efetividade: Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, Casas-abrigo, Centros de Referência da Mulher e Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, entre outros (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2009).

Fortalecendo o enfrentamento diante da violência contra a mulher, no ano de 2015, no dia 09 de março, entrava em vigor a lei do feminicídio (Lei 13.104/15). Modificando a lei de Crimes Hediondos⁴⁰ e o Código Penal, incluindo como homicídio qualificado de 12 a 30 anos de prisão (Lei 8.072/90). Sabemos que estas leis são fundamentais, entretanto é visto que sozinhas elas dão conta, enquanto os discursos comportamentais sociais não se modificarem.

Neste sentido não há como falar em feminismo no país e violência contra mulher sem mencionar em Maria da Penha Maia Fernandes, símbolo de uma luta por uma vida livre de violência, sua história significa muito mais do que um caso isolado no Brasil, trata-se da história e da voz de muitas outras mulheres silenciadas tanto pelo sistema patriarcal quanto pelo sistema jurídico. Conhecer a história de quem carrega o nome de uma lei tão importante é fundamental e obrigatória em uma luta feminista brasileira.

3.4 MARIA DA PENHA MAIA FERNANDES

Esta seção é direcionada a contar um pouco da história de Maria da Penha Maia Fernandes, traçando uma linha cronológica, histórica e resumida até o surgimento da Lei n. 11.340/2006 que leva seu nome. Toda narrativa que aqui se encontra foi retirada do livro *Sobrevivi...Posso contar* (2014), escrito pela própria Maria, e também do site IMP- Instituto Maria da Penha.

Maria Fernandes é a filha primogênita de José da Penha Fernandes (dentista) e Maria Lery Maia Fernandes (professora). Aos 17 anos passou no vestibular para cursar a faculdade de farmácia, após a graduação, entre 1973 e 1977 ficou em São Paulo com o intuito de fazer seu mestrado. Relata em seu livro “*Sobrevivi*”, que esta era uma época agradável e feliz rodeada de amigos.

⁴⁰Crimes considerados hediondos, são aqueles inafiançáveis, sendo assim, de extrema gravidade. Diante disso, precisam receber tratamentos considerados pela justiça, mais severos que outros, e não podem ter a pena reduzida. (COLLING, 2020)

Foi casada por cinco anos, separando-se antes da ida para a capital. Durante sua fase em São Paulo, em 1974 mais precisamente, foi apresentada, por amigos em comum, ao colombiano Marco Antonio, por quem apaixonou-se. Namoraram por um período, o qual o rapaz demonstrava-se sempre atencioso e prestativo. Casaram-se em 1976 na Bolívia sem festa ou lua de mel. Após o nascimento da primeira filha decidiram mudar-se para Fortaleza – CE onde nasceu a outra filha do casal e foi a partir desse momento que a história mudou.

Quando Marco conseguiu cidadania brasileira e se estabilizou no país profissionalmente e economicamente, um ciclo de violência⁴¹ familiar iniciou-se, tanto com a esposa quanto com as filhas.

Nada satisfazia Marco, nada o agradava. Eu vivia tensa, procurando evitar que as crianças quebrassem algum brinquedo, fizessem alguma traquinagem ou descumprissem alguma ordem do pai. Ele não suportava o choro das filhas e usava de violência quando isso acontecia. Era comum, à sua aproximação, elas “engolirem” o choro. Um simples olhar dele já as intimidava (PENHA, 2014, p. 22)

Comportamentos intolerantes, agressivos, atitudes violentas e explosivas se tornaram constantes. Na tentativa “de salvar o casamento”, o casal teve a terceira filha.

A violência contra a mulher obedece a um ciclo, devidamente comprovado, que se caracteriza pelo “pedido de perdão” que o agressor faz à vítima, prometendo que nunca mais aquilo vai acontecer. Nessa fase, a mulher é mimoseada pelo companheiro e passa a acreditar que violências não irão mais acontecer. Foi num desses instantes de esperança que engravidei, mais uma vez. (PENHA, 2014, p. 25)

Exatamente no ano de 1983 Maria da Penha sofreu uma dupla tentativa de homicídio. Enquanto dormia, seu marido deu dois tiros em suas costas, deixando-a paraplégica, ainda durante a sua recuperação, quatro meses depois ele a manteve em cárcere privado durante 15 dias e tentou eletrocutá-la durante o banho.

Acordei de repente com um forte estampido dentro do quarto. Abri os olhos. Não vi ninguém. Tentei mexer-me, mas não consegui. Imediatamente fechei os olhos e um só pensamento me ocorreu: “Meu Deus, o Marco me matou com um tiro” [...] Isso me fez permanecer com os olhos fechados, fingindo-me de morta, pois temia que Marco me desse um segundo tiro. [...] Paralisada, mas vivamente alerta, à espreita do pior, escutei, nítido e seco outro tiro (PENHA, 2014, p. 32).

Na tentativa de escapar da suspeita, Marco inventou um assalto, perda de um automóvel, fez Maria assinar documentos que o autorizava agir em seu nome e por fim a família descobriu uma amante. Diante do que já havia acontecido e estava acontecendo, amigos e familiares intervieram retirando Maria da Penha e as filhas de casa.

As próximas violências que Maria sofreu foram por parte da justiça brasileira. O primeiro julgamento ocorreu somente após oito anos do crime e o agressor conseguiu sair do

⁴¹ A próxima seção explicará como funciona este ciclo.

fórum em liberdade. Aclamando por justiça, em 1994 foi publicado o livro Sobrevivi...Posso contar, escrito pela própria Maria da Penha relatando toda a sua história de violências praticadas pelo ex-marido. Em 1996, um novo julgamento foi realizado, alegando irregularidades processuais por parte dos advogados de defesa de Marco, este saiu em liberdade novamente.

O ano de 1998 foi significativo para o caso, ganhando atenção internacional o Centro para a Justiça e o Direito Internacional (CEJIL) e o Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (CLADEM) denunciaram o caso para a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA). Mesmo assim, o estado brasileiro permaneceu omissivo e não se pronunciou.

Em 2001 a Comissão Interamericana de direitos humanos alegou irresponsabilidade e negligência do Brasil diante do caso, responsabilizando o país por omissão em relação da violência de gênero contra a mulher. Após isso, foram direcionadas quatro recomendações ao estado brasileiro referente a este fenômeno:

- 1) Efetivar o processo penal contra agressão e tentativa de homicídio a Maria da Penha Maia Fernandes;
- 2) Realizar investigação séria, imparcial, rápida e efetiva referente aos atrasos dos procedimentos legais e tomar as medidas correspondentes;
- 3) Reparar e indenizar a vítima pelo atraso por mais de 15 anos;
- 4) Intensificar e reformar os processos evitando a violência contra as mulheres no país.

Diante destas recomendações, o estado do Ceará indenizou a vítima de forma material e simbolicamente. Com o tempo e as modificações nas Políticas Públicas no Brasil, no dia 07 de agosto de 2006 o presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva, sancionou a Lei 11.340, conhecida como Lei da Maria Penha.

Hoje, Maria Fernandes é reconhecida nacional e internacionalmente como símbolo de luta no enfrentamento à violência doméstica, ela concede palestras e atua diariamente para a divulgação da lei, a fim de ajudar outras mulheres e possibilitar o acesso à informação na garantia dos direitos. Em 2009, fundou o IMP-Instituto Maria da Penha, em Fortaleza, uma organização não governamental e sem fins lucrativos que tem por objetivo promover e apoiar ações que monitorem o desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, promovendo a construção de uma sociedade sem violências familiares.

3.5 CICLOS DA VIOLÊNCIA

No site do Instituto Maria da Penha-IMP há várias informações ajudando outras mulheres a identificarem se estão em uma situação de violência familiar. Dentre elas os ciclos violentos, atuando em três fases de acordo com a psicóloga norte-americana Lenore Walker:

- 1- **AUMENTO DA TENSÃO:** acessos de raiva, quebra de objetos, humilhando ou fazendo ameaças à vítima. Essa tensão pode durar dias ou anos.
- 2- **ATO DE VIOLÊNCIA:** Explosão, falta de controle e atos violentos. Toda tensão acumulada na fase 1 se materializa em algum tipo de violência na fase 2, podendo ser: verbal, física, psicológica, patrimonial ou moral. Geralmente as pessoas que sofrem severamente com esses atos têm perda de peso, insônia, fadiga, ansiedade etc. Além de sentir muita ansiedade, vergonha, confusão mental e medo constante. É neste momento também que a pessoa agredida vai tentar pedir ajuda, esconder-se, separar-se ou tentar suicídio.
- 3- **ARREPENDIMENTO E COMPORTAMENTO CARINHOSO:** Chamada também de “lua de mel”, essa é a fase carinhosa em que o agressor apresenta arrependimento de seus atos, e então mantém atitudes amáveis, prometendo uma mudança significativa de comportamentos. A mulher fica extremamente confusa e acredita nitidamente nesta reconciliação. Entretanto esse momento “calmo”, não dura muito tempo e eles acabam retornando para a fase 1 (INSTITUTO MARIA DA PENHA, 2009)

Percebe-se que a denúncia de casos de violência contra a mulher se tornou mais presente na sociedade após uma delas ter quase sua vida e sua dignidade perdida. Mesmo assim, sabemos que existe também a subnotificação dos números de violências, pois muitas mulheres não identificam algumas situações devido a “naturalização da violência doméstica” construída historicamente, conhecida pelo chavão “em briga de marido e mulher não se coloca a colher”, naturalizando a violência entre marido e mulher é aceitável. (Após a promulgação da Lei Maria da Penha, em briga de marido e mulher, devemos sim, meter a colher).

Quando se trata violência intrafamiliar ou doméstica, o Estado faz coro, frequentemente, com o refrão popular: “em briga de marido e mulher não se mete a colher”. Não raro, assistem-se cenas de violência do marido contra a mulher na rua, sem que a polícia, também plateia, interfira (SAFFIOTI, 2002, p. 10).

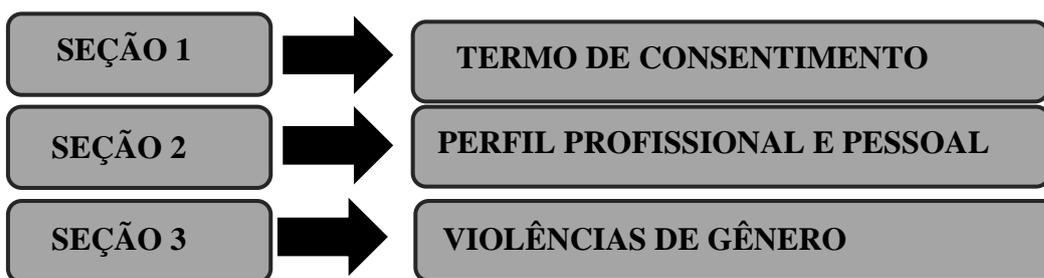
É importante que fiquemos atentos aos sinais, em todos os espaços públicos e privados também, pois a violência doméstica se desenvolve em forma de espiral evoluindo rapidamente do espancamento para o feminicídio (SAFFIOTI, 2002).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA REALIZADA COM AS PROFESSORAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE LAGES

Nesta seção, apresentaremos os resultados e discussões acerca das narrativas das professoras da rede pública estadual de Lages. Primeiramente, apresentaremos alguns dados da primeira etapa da pesquisa, que foi realizada e recolhida por meio de formulário pelo *Google Forms*.

O roteiro desenvolvido encontra-se no “Apêndice A” dividido em três seções, para uma melhor compreensão das professoras e organização dos objetivos da pesquisa, conforme apresentados na figura 02.

Figura 01 – Representação das seções



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

Caracterizada como qualitativa, os procedimentos metodológicos utilizados para a análise dos dados do formulário seguem a análise narrativa, com a técnica temática segundo Riessman (2008).

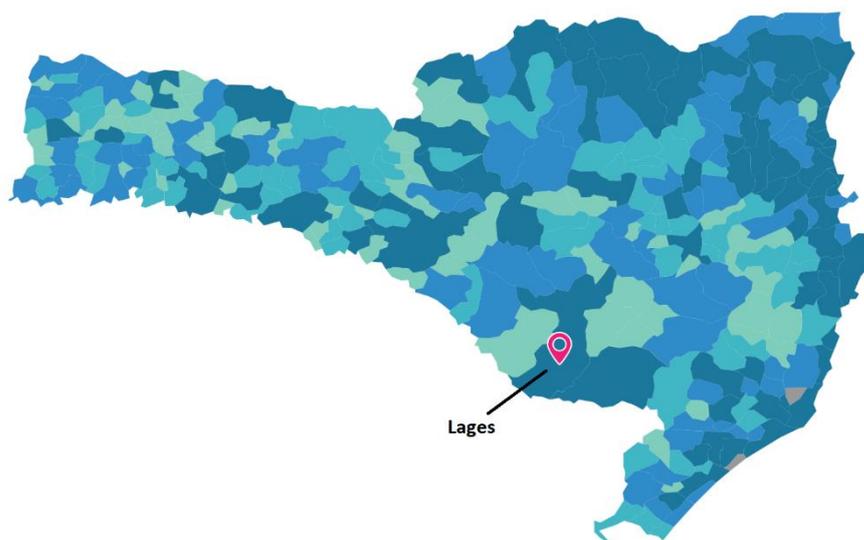
4.1 CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA DE CAMPO

O município de Lages possui a maior extensão territorial de Santa Catarina, ocupando uma área de 2.637,660 km². Com uma população estimada em mais de 157 mil pessoas, oitava maior da unidade federativa, seu centro urbano é um pólo de referência em prestação de serviços para os demais municípios da Mesorregião Serrana do estado.

Os últimos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020) apontam que o Produto Interno Bruto (PIB) per capita é R\$ 37.369,21. Colocando a cidade de Lages, em relação aos demais 294 municípios do estado, em 148º nesse indicador (IBGE, 2020).

Em relação ao salário médio mensal dos trabalhadores formais, o município ocupa o 116º lugar em Santa Catarina, sendo Florianópolis, a capital, a primeira do *ranking*. Na alfabetização, Lages ocupa a 230ª posição (IBGE, 2010). Os dados de mortalidade infantil são de 14,45 óbitos por mil nascidos, sendo o 79º município. Em uma breve e superficial análise, podemos perceber uma discrepância significativa entre as posições que o município ocupa nos indicadores de tamanho territorial e populacional, comparado com o de produção e distribuição de riqueza entre a sua população. Condição que pode refletir na falta de qualidade de vida para parte significativa da população e demonstrar em certa medida a base material desigual na qual se estrutura a sociedade lageana.

Figura 02 – Localização de Lages no mapa de Santa Catarina



Fonte: IBGE, 2023.

A região serrana de Santa Catarina se estruturou como periferia do desenvolvimento econômico brasileiro, desde o período colonial no século XVIII no fornecimento de gado criado, passando pela derrubada da mata de araucárias, para fornecer madeira, em meados do século XX, no crescimento da industrialização do país, sendo que a atividade industrial nessa região, nesse período se restringiu às madeireiras de maneira geral. Nas últimas décadas do século XX até o presente, as atividades econômicas mais proeminentes na região ainda se caracterizam pelo caráter extrativista, de baixo valor agregado, como o uso da água, a plantação de *pinus* e eucalipto, a pecuária extensiva e o plantio da soja.

A propriedade dos meios de produção ainda se concentra, em grande medida, em posse da mesma elite que atravessa os mais de dois séculos de colonização da região. Durante muito

tempo se evitou o parcelamento da terra, vendia-se o gado, os pinheirais, mas não se desfazia das terras. Assim, houve a manutenção da propriedade como principal meio de produção em poucas famílias. O que se viu na região, foi o desenvolvimento de um extrativismo que extrapolou o período da colonização, e que, de certa forma, se sedimentou das relações socioeconômicas (LOCKS, 2016).

Não por coincidência, a elite econômica se constitui como elite política na região. Com membros das famílias mais abastadas ocupando cargos nos poderes eletivos (vereadores, prefeitos, deputados e governadores), além de ingressarem nos serviços públicos de alto escalão. O controle sobre os meios de informações e notícias (jornais e emissoras de rádio e televisão) foi garantido pela propriedade deles, por integrantes dessa mesma elite local, formando uma rede proteção e legitimação, ideológica e material, da forma como a sociedade local se organizou.

O espaço geográfico produto e produtor da “conformação social” lageana é incorporado pela intersubjetividade dos sujeitos, sejam eles/as da elite ou da classe das/os trabalhadoras/es, o que podemos chamar de cultura de fazenda. Ela é oriunda da estruturação econômica que ocorreu na região serrana de Santa Catarina. A chegada dos paulistas-portugueses ou descendentes destes, no século XVIII é acompanhada de afro-brasileiros escravizados. O contato dos descendentes de portugueses com os indígenas locais dá origem ao ramo luso-brasileiro, também chamado de “caboclo”. A diversidade resultante desse processo não encontra reflexo na propriedade das terras. Os paulistas-portugueses colonizadores tomam posse, formando fazendas, enquanto aos demais cabe a servidão, o extermínio ou ser incorporado como parte de uma espécie de família expandida dos fazendeiros.

No cotidiano do trabalho da fazenda, a família proprietária e os empregados compartilhavam as atividades, dividiam espaços, de maneira amistosa. Mas atividades mais pesadas ficavam a cargo dos escravizados e dos agregados. Esses trabalhadores agregados moravam ao redor da casa dos proprietários, seus filhos brincavam e cresciam juntos. Porém essa aparente harmonia esconde o conflito entre os interesses das classes. De forma geral, só os filhos dos fazendeiros tinham acesso aos estudos. Além disso, se os agregados compartilhavam das situações difíceis com os seus senhores, o mesmo não se poderia afirmar sobre as posses dos bens da fazenda.

Estabelece-se assim uma hierarquia social, como escreve Locks (2016, p. 31):

Compunha-se basicamente do fazendeiro, grande proprietário de terras, [...] com inúmeros agregados [...]. abaixo do fazendeiro encontrava-se o criador. [...] com dois ou três peões trabalhando ou só com o auxílio da família. Depois o agregado, podendo receber ou retribuir em espécie o pagamento pelo seu trabalho e finalmente o peão,

basicamente assalariado [...]. Mais abaixo da hierarquia social residem os pequenos agricultores, meeiros, arrendeiros, [...] mantidos pela agricultura de subsistência.

Essa hierarquia se manifesta nas relações sociais. Seja no fatalismo do “é assim mesmo”, no “presidencialismo” esperando que alguém, com algum tipo de poder resolva os problemas e na resignação do “manda quem pode, obedece quem precisa”.

Como consequência, os efeitos da cultura de fazenda dificultariam de maneira significativa que os trabalhadores adquirissem os meios de produção. E isso influenciou diretamente os baixos indicadores sociais da região serrana de Santa Catarina. Condição que afeta os descendentes dos caboclos e afro-brasileiros, constatação que pode ser feita empiricamente no cotidiano dos municípios da região, ou observando os dados de desenvolvimento socioeconômico na comparação com outras regiões do estado. (LOCKS, 2016).

É evidente a presença exógena do capital na região, diante da integração dos mercados, a nível nacional e internacional, ao longo do século XX. Mas, de modo geral, a produção de valor é apropriada por uma parcela ínfima da população, a favor da elite local e dos capitalistas de outras regiões.

A ideologia dominante é a ideologia da classe dominante. O aforismo de Marx-Manuscritos Econômicos-filosóficos pode ressoar na constituição das relações sociais de Lages. O patriarcalismo⁴² da região, presente na estrutura familiar dos grandes proprietários, é reproduzido pelas/os trabalhadoras/es agregadas/os.

É importante salientar que essa forma de desenvolvimento socioeconômico se valeu, de maneira geral, da mão de obra escravizada e do trabalho de agregadas/os, em sua maioria “caboclos”, que residiam nas terras dos grandes fazendeiros, mas não tinham a posse da terra e o lucro da produção.

No que se refere ao gênero, havia uma divisão sexual do trabalho. O homem como mantenedor e proprietário da família enquanto à mulher, caberiam as tarefas domésticas e de cuidado com as/os filhas/os.

Assim, o patriarcado que se observava na elite, se reproduzia nos outros estamentos sociais. a ideia do homem como dono da família, permeava o corpo social da região serrana de Santa Catarina. Esse fenômeno não é exclusivo dessa região, mas o patriarcado estrutural da sociedade capitalista ganha características particulares na cultura de fazenda.

⁴² Entendemos que patriarcalismo é a forma social na qual uma sociedade estruturada a partir do patriarcado se apresenta. E que o recorte espaço-temporal desse trabalho é condicionado por esse processo.

4.2 PERFIL DAS PARTICIPANTES

Professoras mulheres, residentes em Lages-SC e atuando na rede pública estadual do município citado. As trinta participantes aceitaram fazer parte da primeira fase da pesquisa, respondendo ao questionário disponibilizado. O nome delas não será informado, para isso descreveremos como nome de estrelas e constelações⁴³.

No Quadro 02 consta uma síntese do perfil socioeconômico das participantes, com as principais informações que constavam na seção 2 da pesquisa- Perfil profissional e pessoal. Outras perguntas que compõem essa primeira parte serão apresentadas nas gravuras seguintes.

Quadro 02 - Síntese do Perfil socioeconômico das participantes

NOME		IDADE	COR	Nº FILHOS	FORMAÇÃO	CARGA HORÁRIA	TEMPO DE MAGISTÉRIO
SOL		36	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	20h	6 a 9 anos
SIRIUS		35	BRANCA	0	MESTRADO	+ de 40h	10 a 20 anos
BELLATRIX		50	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	40h	+20 anos
NAIR		40	BRANCA	1	MESTRADO	20h	1 ano ou menos
VEJA		47	BRANCA	2	DOCTORADO	30h	10 a 20 anos
CARINA		44	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	40h	2 a 5 anos
MAIA		56	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	20h	+ de 20 anos
MIRA		29	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	40h	6 a 9 anos
ADHARA		38	AMARELA	2	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	10 a 20 anos
MIZAR		32	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	20h	2 a 5 anos
SAIPH		49	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	40h	10 a 20 anos
AYLA		54	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	10h	+ de 20 anos
TALITA		29	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	20h	2 a 5 anos
LIRA		45	BRANCA	0	DOCTORADO	30h	2 a 5 anos
IZAR		33	BRANCA	0	MESTRADO	+ de 40h	6 a 9 anos
FÊNIX		42	BRANCA	+ de 3	ESPECIALIZAÇÃO	40h	10 a 20 anos
ADHARA		30	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	10 a 20 anos
ALNAIR		42	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	40h	+ de 20 anos
ANKAA		34	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	10 a 20 anos
ENIF		54	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	40h	+ de 20 anos
CISNE		26	BRANCA	0	GRADUAÇÃO	20h	2 a 5 anos

⁴³ A decisão por estrelas e constelações foi desejo da pesquisadora, a fim de que a luz dessas mulheres nunca se apague independente do que elas já tenham passado. Que brilhem em meio a escuridão e não esqueçam da força que sua luminosidade tem no mundo.

MERAK		22	BRANCA	0	GRADUAÇÃO	20h	1 ano ou menos
ORION		43	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	10 a 20 anos
CAPH		24	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	2 a 5 anos
TIAKI		45	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	40h	10 a 20 anos
NUNKI		49	BRANCA	0	ESPECIALIZAÇÃO	40h	+ de 20 anos
HADAR		29	BRANCA	1	ESPECIALIZAÇÃO	40h	10 a 20 anos
ÁGUIA		53	BRANCA	2	ESPECIALIZAÇÃO	40h	+ de 20 anos
ATRIA		49	PARDO	2	ESPECIALIZAÇÃO	+ de 40h	+ de 20 anos
SHEDAR		26	BRANCA	0	GRADUAÇÃO	40h	2 a 5 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Neste contexto, observa-se claramente que, dentre as 30 participantes, 28 identificaram-se como brancas, representando a maioria. Além disso, é notável que todas as participantes possuem formação universitária, com 22 delas possuindo especialização na área, três titulando-se como mestres e duas como doutoras. Estes dados nos conduzem a questionar preconceitos arraigados, desmistificando a ideia equivocada de que apenas mulheres negras, de baixa renda e com nível educacional limitado são afetadas pela violência contra a mulher.

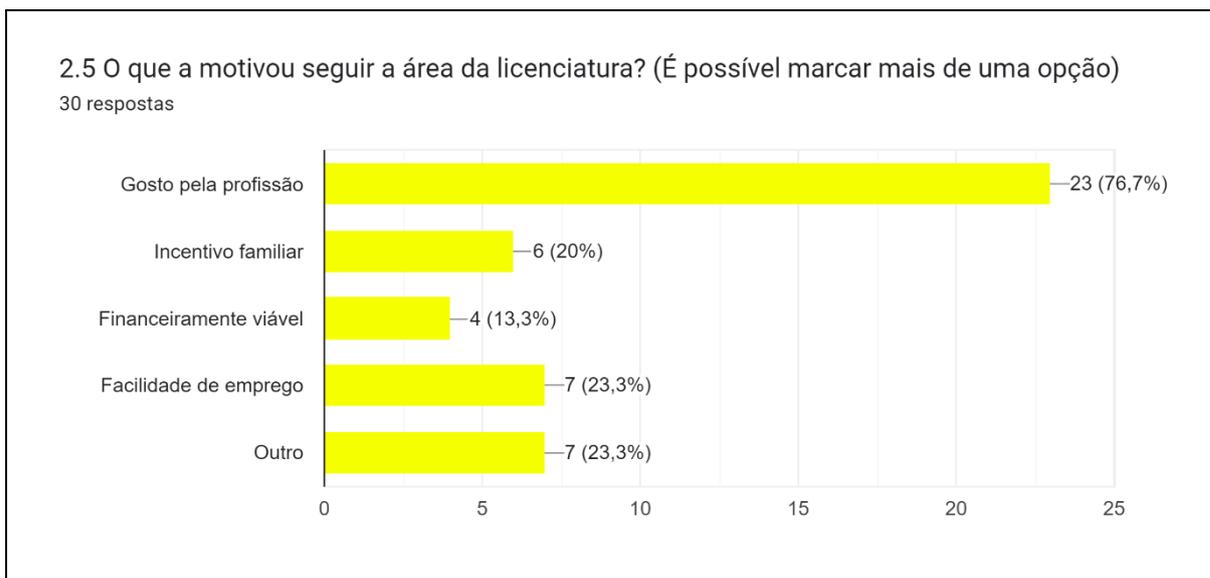
A questão não está distante. Quando se trata de discutir a violência contra as mulheres, não é necessário olharmos para países que ainda validam. A realidade é que a violência contra as mulheres, em suas diversas formas, está próxima, muitas vezes, exatamente ao nosso lado. Às vezes, essa realidade se encontra até dentro dos nossos lares (MANUS, 2022).

Embora nem todas as participantes tenham se declarado vítimas de violência doméstica e familiar nas perguntas subsequentes, é notável a presença significativa desse problema em suas vidas, revelando a complexidade desse cenário.

4.3 SEGUNDA SEÇÃO – PERFIL PROFISSIONAL E PESSOAL

Na pergunta “2.5 O que a motivou seguir a área da licenciatura?”, observamos que a maioria das professoras seguiram a carreira da docência “por gosto pela educação” e não por necessidade, entretanto os cursos de licenciatura são financeiramente viável e também possibilitam uma maior facilidade de emprego.

Figura 03 – Escolha da profissão docente



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

A segunda análise é referente a pergunta “2.6 *Você possui outro trabalho com remuneração além da sua função enquanto professora?*” Esse é um questionamento, que nos faz refletir não somente focalizado na independência financeira da mulher, mas na necessidade de completar sua renda para garantir uma melhor qualidade de vida. Porém, nas análises futuras, nosso foco central é identificar quais mulheres não dependem de seus companheiros, entretanto mesmo com a violência de gênero presente, continuam conectadas a eles.

Fazendo uma síntese das respostas, apenas (6) seis (dentre estas, apenas uma possui carga horária inferior a 40h) participantes do total de 30 afirmaram possuir um outro trabalho que auxilie sua renda familiar. A maioria das professoras indicou apenas à docência como sua principal renda, conforme podemos observar na figura abaixo.

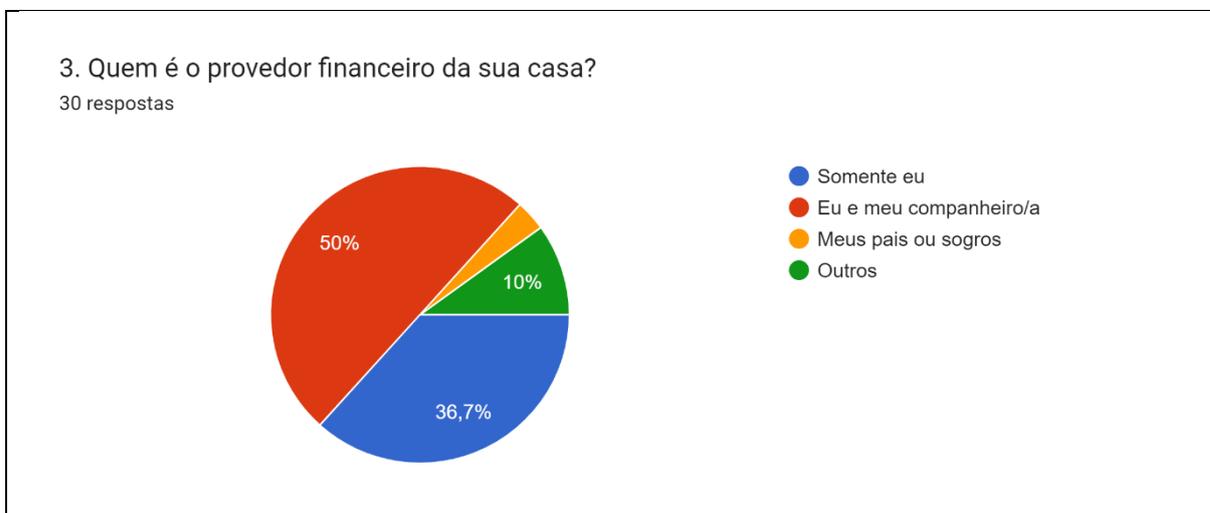
Figura 04 – Trabalho remunerado além da sua função enquanto professora



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

Conectado a esse questionamento, a pergunta “3. *Quem é o provedor financeiro da sua casa?*”, (15) quinze participantes indicaram uma divisão entre elas e seus companheiros, entretanto outras (11) onze professoras selecionaram a opção que somente elas são responsáveis por seus sustentos e de suas famílias. (Figura 05).

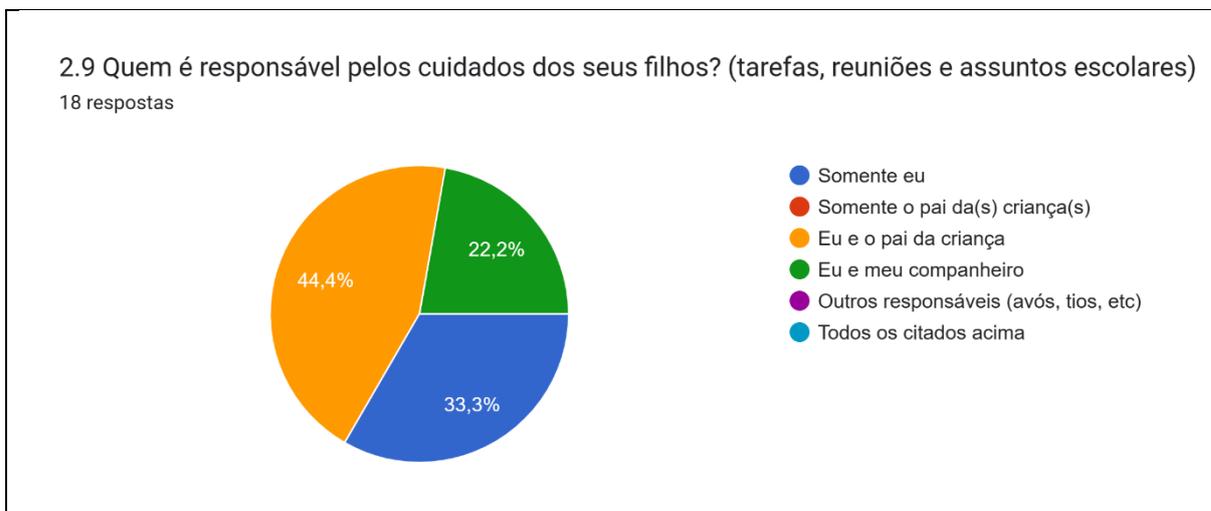
Figura 05 – Provedor financeiro



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

A última pergunta que compõe essa seção sobre **Perfil profissional e pessoal**: “2.9 *Quem é responsável pelos cuidados dos seus filhos? (tarefas, reuniões e assuntos escolares)*”, corresponde a apenas uma parte das participantes, visto que (18) dezoito professoras afirmaram terem filhos. De acordo com os dados verifica-se que 33,3% (seis professoras) delas indicaram cuidar dos seus filhos inteiramente sozinhas, entretanto percebe-se no gráfico que 44,4% (oito professoras) afirmaram dividir as tarefas com o pai da criança. (Figura 06).

Figura 06 –Responsável pelos cuidados com filhas/os



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

4.4 SEGUNDA SEÇÃO – SEMANA ESCOLAR DE COMBATE À VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

A segunda parte do formulário nomeada “Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”⁴⁴, visa conhecer as ações desenvolvidas pelas escolas sobre a violência de gênero dentro e fora da escola. Esta etapa é composta por 15 perguntas, sendo algumas vinculadas as respostas anteriores e outras não.

Para analisar a tabela a seguir segue as orientações referente a numeração das perguntas:

- 3.1- “*Você já presenciou algum tipo de violência de gênero na escola?*”
- 3.2- “*Você considera importante trabalhar com os alunos a violência de gênero?*”
- 3.4- “*Alguma ALUNA/O já relatou para você ter sofrido algum tipo de violência de gênero no contexto familiar?*”
- 3.6- “*Alguma COLEGA sua já relatou sofrer de violência doméstica?*”
- 3.8- “*VOCE já sofreu algum tipo de violência de doméstica?*”
- 4.1- “*Atualmente você ainda sofre alguma situação de violência?*”

Quadro 03 - Síntese das respostas da segunda seção

NOMES	3.1	3.2	3.4	3.6	3.8	4.1
SOL	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO

⁴⁴ Como descrição desta seção inserimos a informação referente a lei Nº. 14.164 de 10 de junho de 2021. Essa lei altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher.

SIRIUS	SIM	SIM ⁴⁵	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
BELLATRIX	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
NAIR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
VEJA	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	-
CARINA	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
MAIA	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	-
MIRA	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
ADHARA	NÃO	SIM	SIM	SIM	NÃO	-
MIZAR	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
SAIPH	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
AYLA	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
TALITA	NÃO	SIM ⁴⁶	NÃO	NÃO	NÃO	-
LIRA	NÃO	SIM	NÃO	SIM	SIM	NÃO
IZAR	SIM	SIM ⁴⁷	SIM	SIM	SIM	SIM
FÊNIX	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
ADHARA	NÃO	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	-
ALNAIR	NÃO	SIM	NÃO	SIM	NÃO	-
ANKAA	SIM	SIM ⁴⁸	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ENIF	SIM	SIM ⁴⁹	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
CISNE	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
MERAK	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ORION	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
CAPH	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO
TIAKI	NÃO	SIM ⁵⁰	SIM	SIM	NÃO	NÃO
NUNKI	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM	SIM
HADAR	SIM	SIM	SIM	NÃO	SIM	NÃO
ÁGUIA	NÃO	SIM	SIM	NÃO	NÃO	NÃO
ATRIA	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	NÃO
SHEDAR	SIM	SIM	SIM	SIM	NÃO	-

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023).

Realizamos a síntese das questões para um melhor entendimento e também compreensão dos próximos dados, referentes as outras perguntas, vinculadas a esta seção. A partir das respostas coletadas na pergunta: “3. *Você já presenciou algum tipo de violência de gênero na escola?*”, conseguimos identificar que (19) dezenove professoras falaram já ter presenciado violência de gênero no espaço escolar e todas elas sinalizaram achar importante

⁴⁵ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

⁴⁶ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

⁴⁷ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

⁴⁸ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

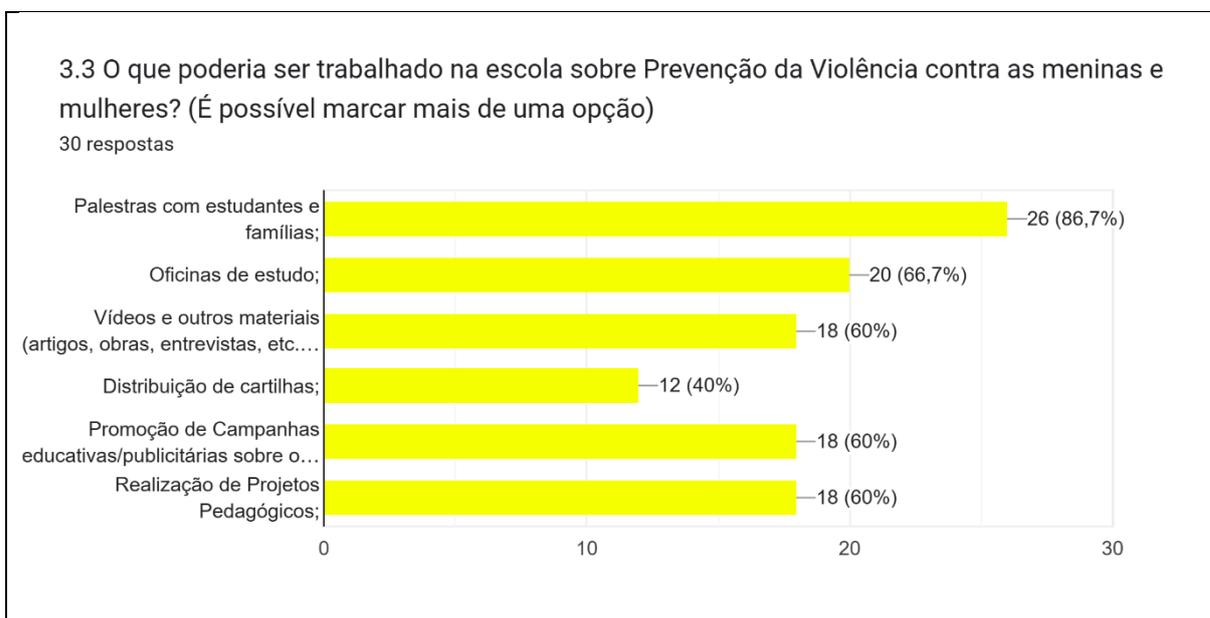
⁴⁹ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

⁵⁰ A participante assinalou a opção que considera importante o trabalho sobre violência de gênero na escola, mas não se sente preparada para desenvolvê-lo.

trabalhar este tema com as/os estudantes, entretanto (6) seis indicaram que não se sentem capacitadas para desenvolver este assunto.

Por conseguinte, estas participantes foram direcionadas para a pergunta: “3.3 O que poderia ser trabalhado na escola sobre Prevenção da Violência contra as meninas e mulheres?”, como essa questão permitia assinalar mais de uma resposta. Percebemos que palestras com estudantes e familiares segue em destaque entre as afirmativas. Como pode ser visto na figura a seguir.

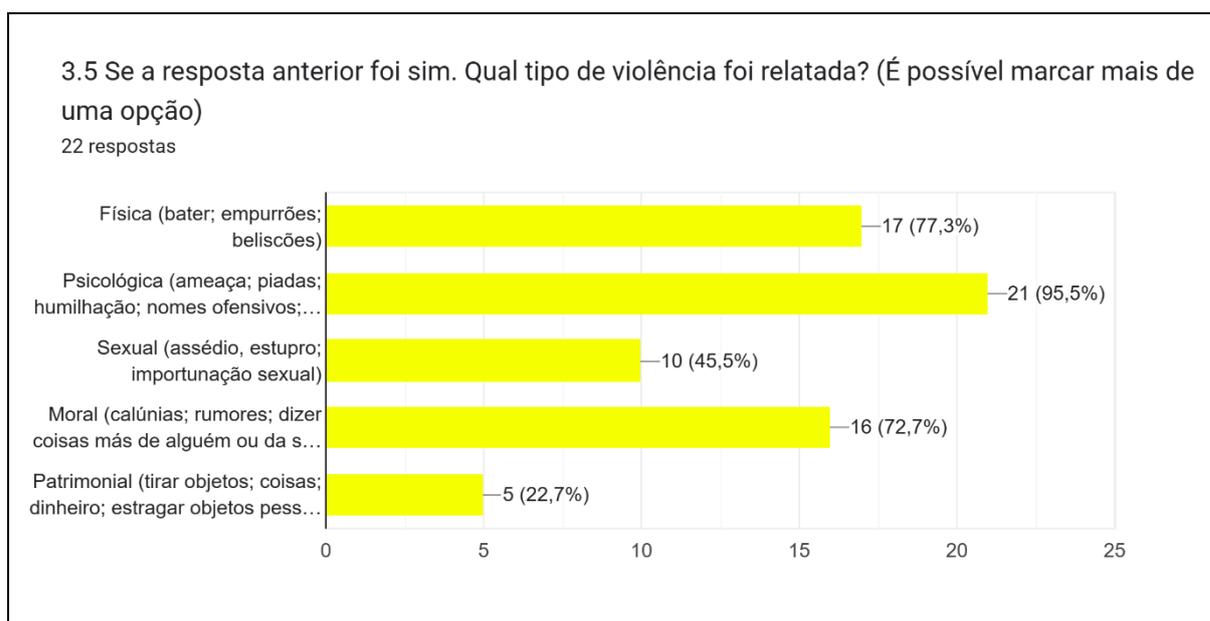
Figura 07 – Atividades de prevenção da violência



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

Na pergunta 3.4 “Alguma ALUNA/O já relatou para você ter sofrido algum tipo de violência de gênero no contexto familiar?”, (23) vinte e três professoras responderam que sim. Em seguida a questão 3.5 questionava-as quais foram os tipos de violências relatados. Como podemos ver no quadro a seguir 95,5% das participantes indicaram que o principal tipo de violência foi a psicológica, seguida da física e moral.

Figura 08 –Tipos de violências relatadas pelas/os alunas/os



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

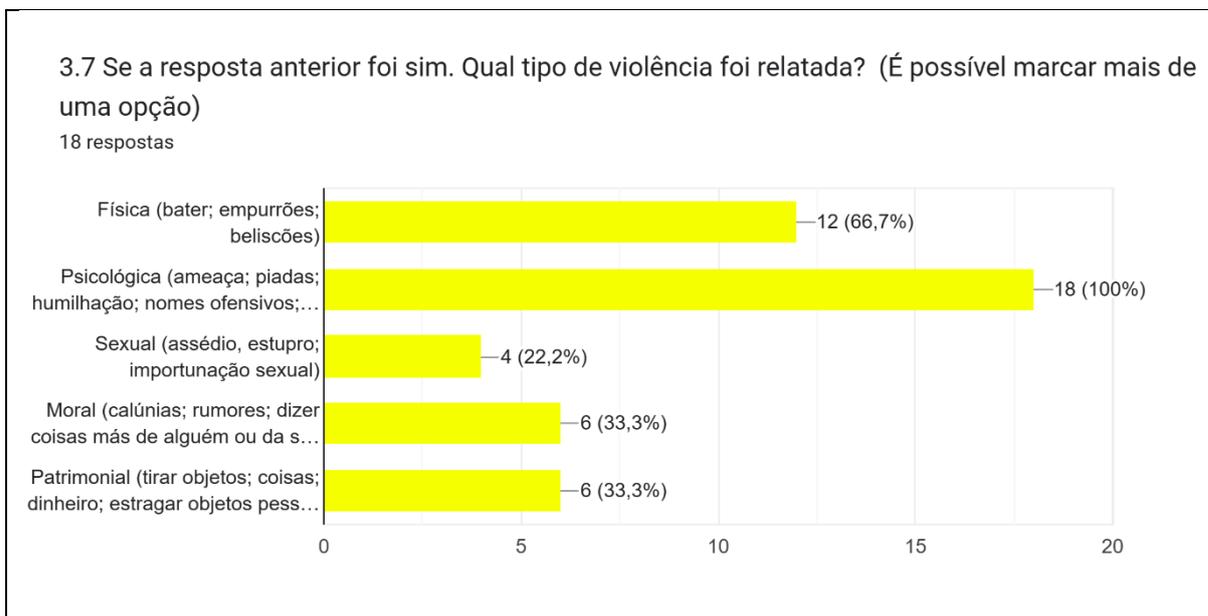
As próximas questões estão direcionadas para casos de violência de gênero vivenciadas pelas professoras. Sendo assim, a partir da pergunta 3.6 até a última 4.5, tentaremos responder ao questionamento da problemática mencionada anteriormente “*Quais são as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar?*”.

4.5 PROFESSORAS E A VIOLÊNCIA DE GÊNERO

Esta subseção está relacionada diretamente com o objetivo “b) **Identificar o número de professoras da rede estadual, que denunciam ou passam por violência doméstica em Lages**”.

A primeira análise, parte das respostas da pergunta 3.6 (explicitada no quadro 03). Perguntamos para as professoras se alguma colega delas já relatou sofrer violência doméstica. Entre as (30) trinta participantes (18) dezoito responderam que sim, ou seja 60% delas afirmaram, conhecer relatos de professoras que passam ou passaram por violência doméstica e familiar. Em seguida elas foram direcionadas para a questão 3.7, que solicitava a classificação da violência que foi relatada. Como pode ser visto na figura a seguir a violência psicológica e a física são as mais citadas.

Figura 09 –Tipos de violências relatadas pelas/os colegas

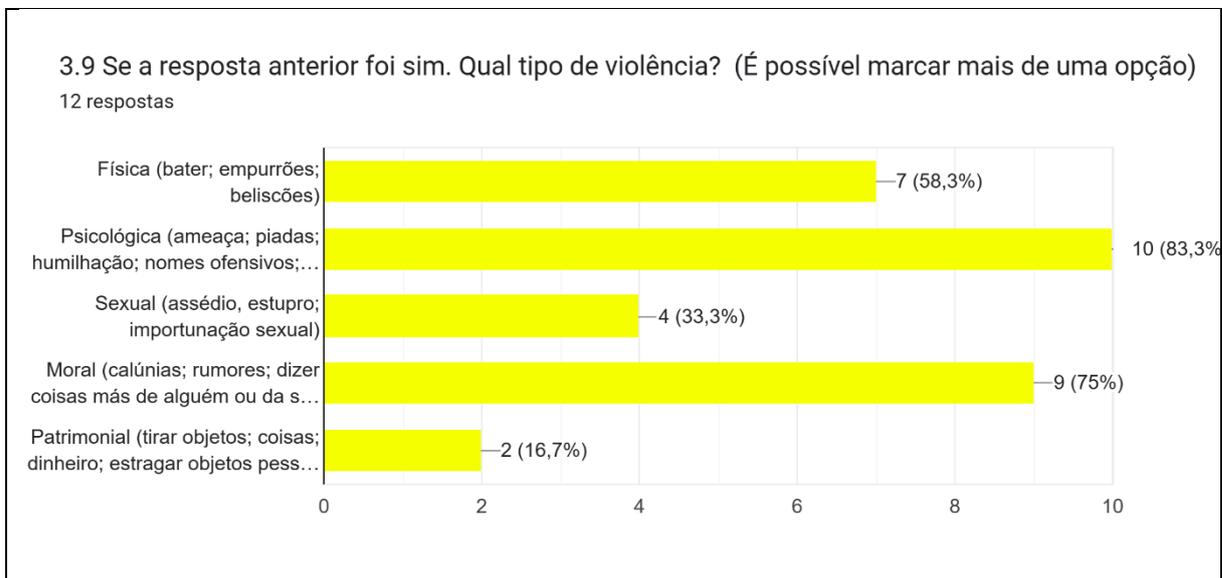


Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

Contextualizando com a questão anterior, a pergunta 3.8, direcionava-as a mencionar se elas já haviam sofrido algum tipo de violência doméstica. As respostas, expostas no quadro 03, trazem a informação de que (18) dezoito professoras nunca passaram por isso (isso indica uma certa naturalização⁵¹ das violências), entretanto (12) doze delas indicaram que já vivenciaram algum tipo de violência doméstica. Ao serem direcionadas para a próxima questão, que objetiva conhecer os tipos de violência pela qual elas passaram, observa-se que novamente a violência psicológica permanece em destaque seguida pela moral e a física.

⁵¹ A naturalização da violência por vezes se faz presente em diversos espaços, sejam eles familiares ou não. É muito comum tanto homens quanto mulheres não perceberem que passam ou já passaram por momentos de violência e/ou opressão. Para ler mais sobre a naturalização das violências sugerimos: COLLING, A. M. Violência contra as mulheres – Herança cruel do patriarcado. Revista Diversidade e Educação, v.8, n.Especial, p.171-194, 2020.

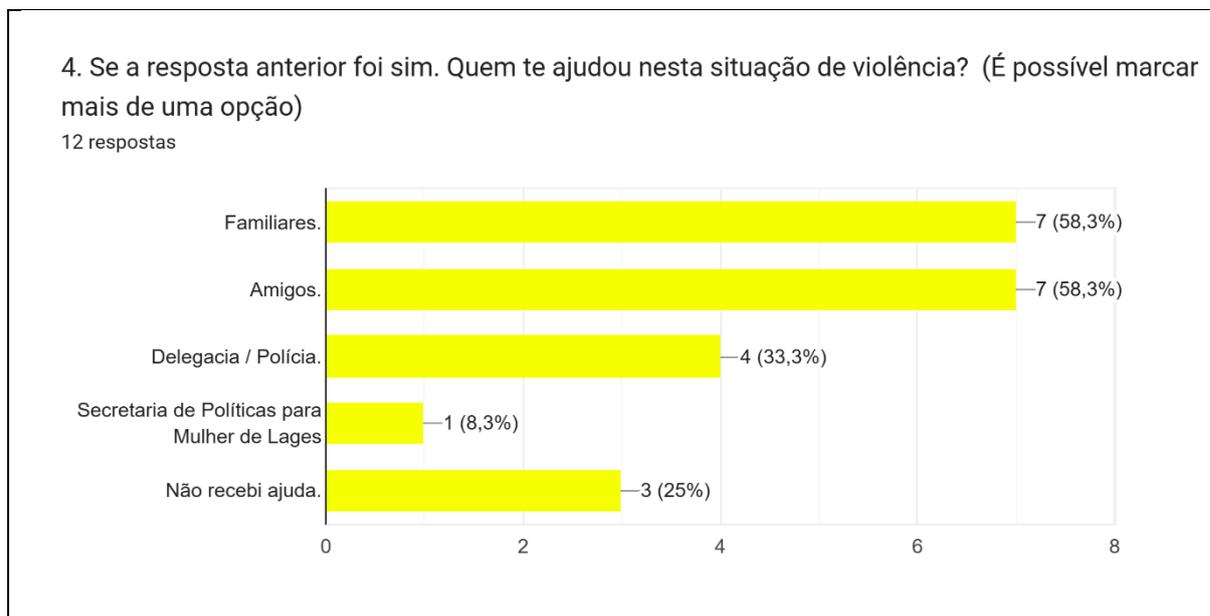
Figura 10 – Tipos de violências relatadas pelas professoras



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

A pergunta seguinte 4.0, solicitava que elas informassem quem as ajudou quando passaram por esta situação. Fica perceptível o quanto os familiares e amigos são os mais procurados, porém o que mais chama a atenção é que essas mulheres não buscaram ajuda em instituições oficiais, como a Secretaria da mulher, e (3) três delas ainda, dizem não ter recebido ajuda de ninguém. Podemos verificar ainda, que ao não procurarem ajuda nas delegacias, ou outras secretarias esses casos de violência de gênero familiar ficam subnotificados dentro do sistema.

Figura 11 – Quem ajudou em situação de violência



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

A pergunta 4.1, exposta no quadro 03 as questionava se hoje, elas ainda passavam por algum tipo de violência de gênero. Das (12) doze professoras, que haviam afirmado ter sofrido violência familiar, (2) duas delas afirmaram que ainda passam por essa situação. Como o questionário foi desenvolvido para que elas pudessem manter o anonimato, estas professoras preferiram não se identificar.

O próximo questionamento para elas era livre para que ficassem à vontade se quisessem ou não responder. A pergunta 4.2 corresponde ao objetivo geral desta pesquisa: **“Analisar as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar”**. Das (12) doze professoras que haviam afirmado ter sofrido violência familiar, (5) cinco delas responderam à questão: *“Caso já tenha sofrido algum tipo de violência familiar e sinta-se tranquila para falar sobre isso, poderia escrever resumidamente seus sentimentos a cerca dessa situação?”*. Para garantir o anonimato destas professoras as respostas seguem de acordo com o pseudônimo já escolhido anteriormente para elas.

Quadro 04 – Relatos de violência

NOMES	RESPOSTAS
SAIPH	Me senti humilhada, me senti abandonada e não gosto de falar sobre o ocorrido. Não registrei BO , mas minha família fez a minha mudança pois estava sem forças para tomar atitudes

AYLA	A violência psicológica foi a pior , me sinto marcada para sempre, tenho autoestima baixa , me sinto incapaz de ter outro relacionamento, dificuldades em acreditar que sou uma mulher capaz de ser amada.
LIRA	Na primeira foi violência física. Fui na delegacia de mulheres eles me alertaram da possibilidade de meu ex me matar, mas não podiam fazer nada.
FÊNIX	No meu 1° casamento violências físicas (meu ex me batia com socos, pontapés), emocionais e psicológica (me humilhava perante outras pessoas e quando estávamos sozinhos, fui estuprada por ele... Prefiro não detalhar.
HADAR	Na época muito nova, eu achava que estava merecendo ser agredida. O sentimento era de culpa , desprezo na maioria das vezes. Enfim me sentia merecedora.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

A mulher precisa de coragem para compartilhar as situações de violência doméstica e familiar vivenciadas, e isso representa uma jornada marcada por desafios silenciados, onde as palavras se tornam os tijolos frágeis para construir a narrativa de sua própria libertação.

O relato dessas mulheres nos instiga a pensar, sobre o quanto essas situações afetaram suas vidas e as deixaram marcadas psicologicamente e fisicamente por tais atos. Por mais que (10) dez delas tenham afirmado não passarem mais por essas situações, não podemos esquecer que **(2) duas** dizem ainda vivenciar violências. O questionamento que segue ligado a esta indignação é: *Por que na opinião delas as mulheres sofrem violência doméstica e familiar*, pergunta esta que corresponde a 4.3. Todas as (30) trinta professoras responderam e suas respostas seguem no quadro a seguir.

Quadro 05 – Situações de violências de acordo com as participantes da pesquisa

NOMES	RESPOSTAS
SOL	Muitas vezes por medo . Por se sentir inferiorizada com relação ao companheiro.
SIRIUS	Vulnerabilidade social.
BELLATRIX	Medo, vergonha, submissão .
NAIR	Questão cultural machismo .
VEJA	Subjetivo. Nada justifica a violência, inexistente um motivo concreto.
CARINA	Condição financeira, escolaridade , cultura, preconceito .
MAIA	Cultura machista.
MIRA	Muitas vezes é por causa da dependência financeira .
ADHARA	As vezes por medo de se expor ou medo de sofrer retaliação do familiar. E sempre está na espera da melhora do agressor, porém esse nunca muda.
MIZAR	Submissão.
SAIPH	Pelo machismo e pela maneira que a sociedade trata as mulheres .
AYLA	Questão cultural que vem desde a trajetória da mulher na pré-história até hoje, o homem dominando pela força física, se sentindo o dono. A maternidade e dificuldade financeira dificulta muito a mulher ter coragem de sair de relacionamento tóxico,

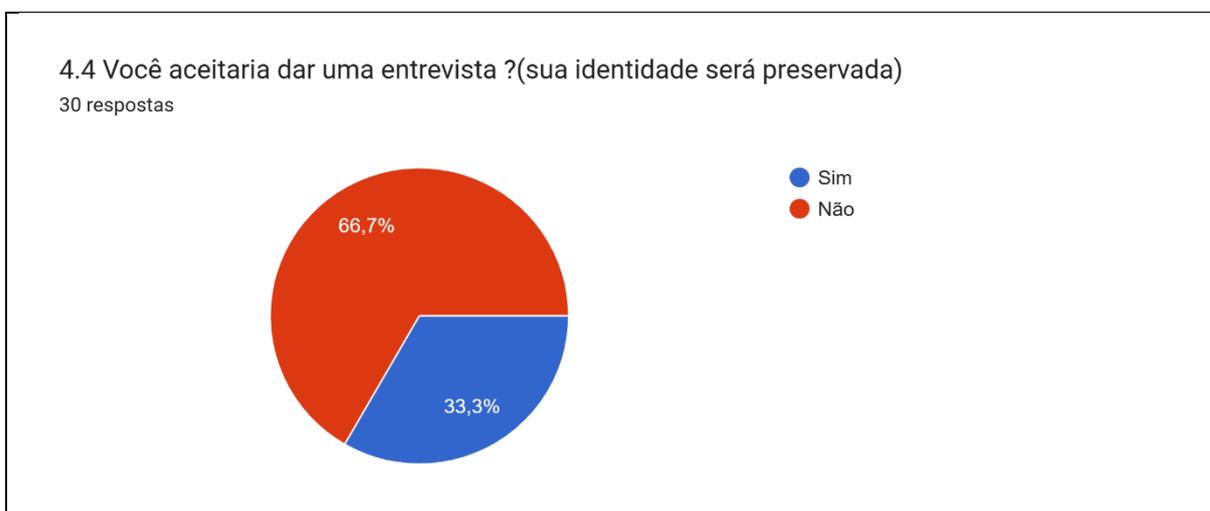
	acaba ficando pelos filhos e por medo de não conseguir sustentar o financeiro, e mesmo o psicológico sozinha.
TALITA	Cultura machista, uma sociedade com traços do modelo patriarcal , a qual não respeita as mulheres.
LIRA	Acho que é normal porque vem de famílias que existiam violência. Pena da pessoa porque são normalmente homens muito frágeis e desequilibrados.
IZAR	Por padrões comportamentais , conceitos e ideias que são repassados e cultivados em famílias, amizades.
FÊNIX	Porque elas ainda têm medo de tomar uma atitude para mudar suas vidas. Eu mudei minha vida, foi sofrido no começo, mas hoje é muito satisfatório ter paz.
ADHARA	São inúmeros fatores, por exemplo o ciúme e a dependência financeira
ALNAIR	Machismo e aspectos culturais.
ANKAA	Falta de informação , alcoolismo
ENIF	Vivemos em uma sociedade ainda machista.
CISNE	Questão cultural.
MERAK	A percepção de poder e domínio dentro de um núcleo familiar é comumente compreendida na mesma concepção do patriarcado, onde o homem tem total vantagem e soberania sobre os outros membros desse núcleo. No caso da família, o dito "chefe da casa" é sempre o homem, mesmo nos casos em que ele não mantém o grupo financeiramente, o que é, de certa forma, visto como a principal razão para essa forma de liderança em uma casa. A mulher, mesmo sendo o pilar familiar - em inúmeros aspectos e em grande parte das vezes - é diminuída e menosprezada por seu papel na família e na sociedade, é submetida a humilhações e agressões por sua imagem e pela falsa ideia de inferioridade dada a seu gênero .
ORION	Medo de se impor.
CAPH	Por que ainda é vista como alguém fragilizado e sem direito de ter opiniões ou escolhas.
TIAKI	Por ser mais frágil
NUNKI	Questões culturais e financeiras
HADAR	Pela nossa cultura machista em muitos momentos, e também pela falta de caráter do ser humano .
ÁGUIA	Na minha opinião é uma situação que se perpetua, de geração em geração. Mulheres foram feitas pra certas posições, mulheres podem fazer isso, ou não podem fazer aquilo...isto vem mudando, com muita luta, com muitas perdas de vidas. Em todas as esferas da sociedade a mulher vem conquistando seu espaço. Ainda há um longo caminho, porém a coragem em denunciar a violência sofrida, a busca por direitos, nem sempre é compreendida, respeitada e aceita por uma parcela significativa da sociedade, no entanto pode ser sentida sensivelmente. Infelizmente ainda há mulheres que veem seus pedidos de socorro não serem ouvidos como deveriam, pelos órgãos competentes, e não são poucos os casos em que só se tornam visíveis tarde demais. Quando são assassinadas ou mutiladas, física ou psicologicamente por aqueles que deveriam ser seus pares, amigos ou companheiros. A mulher precisa acordar para uma realidade que é reconhecer qual seu potencial, quem ela é, e quem embala o berço. Precisa romper com esse ciclo vicioso de reproduzir educação preconceituosa e machista. Este é o tempo de empoderamento, isso não significa inverter os papéis, mas assumir o lugar de direito em todas as áreas da sociedade.
ATRIA	Homens que bebem e acabam praticando violência.
SHEDAR	Acredito que as crenças limitantes ainda muito presentes acabam por fazer com que se considere normal sofrer violência doméstica, e muitas vezes as mulheres não se sentem capazes de seguir em frente sem o parceiro e procurar ajuda

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2022)

De acordo com a análise das respostas, percebemos que alguns motivos se repetem. O medo, a cultura patriarcal, o machismo, desrespeito com as mulheres e a dependência financeira, constam em várias justificativas. Essa pode ter sido uma das perguntas mais difíceis de responder, porém de acordo com a participante Vega, podemos afirmar: “*Nada justifica a violência*”.

Nossa última pergunta, finalizando esta primeira etapa da pesquisa, é se elas aceitariam participar de uma entrevista. De acordo com o gráfico a seguir, (10) dez professoras aceitaram participar da próxima etapa, porém das respondentes que indicaram terem sofrido violência doméstica, apenas (3) três delas constam entre estas, representadas pelos pseudônimos Lira, Ayla e Hadar.

Figura 12 – – Professoras que aceitaram passar para a próxima etapa da pesquisa



Fonte: Google formulário enviado para as participantes (2022).

Observamos nesta última fase da pesquisa que muitas mulheres conhecem colegas professoras que passaram ou passam por violência doméstica, entretanto quando questionadas se elas já sofreram violência esse número reduz. A partir do momento que as solicitamos a escrever sobre suas vivências diante a esse problema social, poucas se sentem à vontade para comentar, mesmo que brevemente. Na última pergunta, questionadas sobre a possibilidade de conceder uma entrevista, de (12) doze professoras que informaram terem sofrido violência familiar, apenas (3) três aceitaram participar da próxima fase. Porém, (7) sete professoras, que no formulário responderam não terem passado por este problema se dispuseram a participar da entrevista. Chegamos à conclusão que falar sobre o tema é muito difícil, a maioria não se sente preparada ainda, entretanto algumas, mesmo que não tenham passado por isso querem falar sobre o assunto, e devem ser ouvidas também.

4.6 SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DOS DADOS DAS ENTREVISTAS

Na primeira etapa da pesquisa finalizamos com um número de dez professoras, que se disponibilizaram a conceder uma entrevista. Ao entrar em contato com todas elas, percebemos que (1) uma informou o telefone errado, e desta forma, não conseguimos contactá-la. Infelizmente, esta participante era uma das três que afirmaram ter sofrido violência doméstica e que aceitou falar sobre isso. Seguindo os contatos, uma das professoras não respondeu, três falaram não estar mais à vontade em falar sobre o assunto e uma alegou que não tinha mais disponibilidade, mesmo estando em férias. Finalizamos a segunda etapa da pesquisa de campo com quatro entrevistas⁵².

De acordo com Riessman (2008), contar histórias é uma das formas de comunicação oral em que o narrador conecta vários eventos em uma sequência, que é consequentemente direcionada para a ação dos significados que ele quer que os ouvintes tirem dessa história.

Dividiremos esta análise das narrativas em temas, conectando as histórias relatadas pelas participantes das entrevistas, conforme está representado na figura 13.

Figura 13 – Representação dos blocos



Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Nesta próxima etapa, optamos por manter o pseudônimo de cada uma, sendo assim, algumas informações podem se repetir, pois examinaremos as narrativas a partir das lembranças e de como elas se reproduzem com a mudança de abordagem. Como afirma Denzin (2001) uma

⁵² No início de cada entrevista, foi lido e explicado todas as informações que constavam no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), as participantes concordaram e assinaram.

história envolve uma organização de eventos, com um começo, meio e fim, incluindo ambiente, personagens e experiências, que são lembradas e representadas a partir de uma sequência lógica temporal.

4.6.1 Tema 1: dados sociodemográficos

As participantes mencionadas a seguir forneceram novamente informações sobre sua idade, religião, estado civil, número de filhos, formação acadêmica e experiência no magistério durante a entrevista. Embora tivessem respondido esses dados na primeira fase da pesquisa, a confidencialidade foi mantida, garantindo que suas identidades permanecessem anônimas. Dessa forma, não foi possível associar individualmente cada resposta, tornando essencial a realização deste levantamento novamente.

Quadro 06 – Perfil das participantes da entrevista narrativa

NOME	IDADE	RELIGIÃO	ESTADO CIVIL	Nº DE FILHOS	FORMAÇÃO	TEMPO DE MAGISTÉRIO
SHEDAR	26	Católica	Solteira	Não	Graduação	3 anos
IZAR	34	Católica	Solteira	não	Mestrado	10 anos
SOL	36	Cristã	Casada	não	Mestrado	8 anos
SIRIUS	35	Umbanda	união estável	não	Mestrado	12 anos

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Seguindo para a próxima temática: *Violência contra as mulheres*. Três das quatro participantes mencionaram já terem sofrido algum tipo de violência por ser mulher. No decorrer da entrevista, de acordo com a conversa, todas elas acabaram lembrando das mais diversas experiências permeadas por violências que vivenciaram, tanto em situações pessoais, quanto no local de trabalho.

4.6.2 Tema 2: violências contra as mulheres

Nesta subseção abordamos algumas narrativas das professoras sobre as violências contra as mulheres no contexto familiar.

Quadro 07 – Narrativas sobre violências contra a mulher

TEMA 2 - VOCÊ JÁ SOFREU VIOLÊNCIA POR SER MULHER?	
SHEDAR	Sim. Pelo meu pai de sangue . Não me faz bem falar sobre o assunto. Hoje eu moro com os meus avós e prefiro esquecer.

IZAR	Já. Vou externalizar na questão de assédio moral . Por ser solteira. Certos níveis de piadas abusivas, no sentido sexual , por saber que eu não tenho um parceiro, por saber que eu não tenho família comigo e pelo fato, talvez, de saber que sou submissa, por ser no local de trabalho. Porque dependo. Eu fiquei quieta. Não queria dar problema, causar confusão, mas diante de muitas coisas eu fiquei também sem reação. Por muito tempo eu também não entendia, pensava que podia ser minha culpa mesmo .
SOL	Não. Eu me vejo como uma pessoa privilegiada. Por um tempo eu acreditava que isso era algo que não existia, mas foi quando eu fui trabalhar na escola que percebi que eu era uma entre dez. Eu via colegas chegando machucadas , outra colega contar que ela se casou e a partir do momento que ela entrou pra dentro da casa ficou um ano sem falar com a família, porque o marido não a deixava . Ele mudou até o número do celular dela , para ela não ter contato com a família. Então, eu percebi que estava muito mais presente do que eu imaginava.
SIRIUS	Sim. Violência psicológica . Quando eu cheguei em Lages percebi que muitos homens me consideravam uma ameaça, pela minha postura, por falar o que penso . Foi difícil obter o respeito das pessoas, tanto no lado profissional quanto no lado pessoal, pois meu esposo começou a se comportar da mesma forma. As pessoas se incomodavam pelo fato de eu não ter filhos e sim cachorros .

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

Ao analisar todas as narrativas deste tema, percebe-se que a entrevistada - Shedar, não se sentiu à vontade para comentar sobre o tipo de violência que sofreu “pelo seu pai de sangue”, de forma respeitosa encerramos essa etapa do roteiro de entrevista, e partimos para a outra. Por mais que elas saibam que provavelmente entraríamos neste assunto é importante compreender a dificuldade da verbalização de algumas situações de violências.

Em uma cultura de dominação, todo mundo é socializado para enxergar a violência como meio aceitável de controle social. Grupos dominantes mantêm poder através da ameaça (aceita ou não) de que castigo abusivo, físico ou psicológico, será usado sempre que estruturas hierárquicas em exercício forem ameaçadas, quer seja em um relacionamento homem-mulher, quer seja na conexão entre pais ou mães e crianças (HOOKS, 2020, p. 99)

A segunda participante menciona nunca ter sofrido violência doméstica, porém, sem hesitar ela relata durante a entrevista para as formas de violência psicológica que se apresentaram dentro da escola, pela equipe pedagógica. Entretanto, ela afirma ter dúvidas se a violência era por ela ser mulher ou se seria igual com um homem. Essa dúvida explicita o medo que ela possuía em relatar esses acontecimentos para a direção da escola, com receio de ser mal interpretada, mesmo mencionando que o que ela passou poderia acontecer com outras pessoas também. Pois, por mais que as histórias sejam individuais elas podem apresentar uma experiência compartilhada (GIBBS, 2009). É importante ressaltar que no ano de 2021 foi

instaurado no Código Penal Brasileiro, o artigo 147 B, que trata a lei 14.132/2021 violência psicológica contra a mulher como crime. De acordo com a autora Isadora Vier Machado (2013, p. 178):

A identificação de uma situação de violência psicológica requer que o problema apresentado seja minuciosamente sondado. As agentes descreveram o sofrimento psicológico das mulheres como algo evidente, mas que, para elas mesmas, é imperceptível na maior parte do tempo.

A violência psicológica é uma das mais difíceis de se comprovar, pelo fato que não deixa marcas explícitas no corpo. Entretanto, foi somente neste ano (2023), que na cidade de Lages foi registrado o primeiro caso de violência psicológica, depois que a modalidade passou a ser tipificada como crime em 2021. Segundo o juiz que julgou esse caso, a violência psicológica consiste em ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz e insultos (TJSC, 2023).

A terceira entrevistada - Sol, também afirmou não ter sofrido violência dentro da sua casa, e ainda relatou, que por possuir uma boa convivência familiar, ficou por muito tempo sem perceber esses fenômenos na sociedade. Foi somente ao trabalhar na educação, e escutando outras mulheres que ela percebeu o quanto estava mais próximo do que ela imaginava, e isso a impressionava muito. De acordo com Bruner (1991), narrar histórias é uma das formas de realizar compreensão do mundo em que vivemos.

Uma das histórias relatadas por ela, sobre uma colega que sofreu violência doméstica, nos apresenta diversos dados desse fenômeno em um único evento. Quando ela menciona a seguinte frase: *“ela se casou e a partir do momento que ela entrou para dentro da casa, ficou um ano sem falar com a família, porque o marido não a deixava. Ele mudou até o número do celular dela[...]”*. Percebemos nesta frase que essa professora sofreu violência psicológica e provavelmente patrimonial, pois o seu companheiro retirou a forma de comunicação com a família.

A última participante - Sirius, foi a que mais se estendeu nas narrativas e também na entrevista como um todo. De acordo com Riessman (2008), o narrador seleciona, organiza e avalia, como significativos para o público, os eventos em uma sequência, que posteriormente reproduzem seus significados. Ela não é lageana e mudou-se para Lages há algum tempo, e esse fato trouxe na sua narrativa um ponto significativo sobre a cultura local. Ela mencionou, como a primeira violência, o fato de o patriarcado ser muito presente na cidade. Relatou que questionaram seu casamento e seus *pets*. É importante destacar que a sociedade impõe a mulher a maternidade, qualificando ou desqualificando-a neste cenário. Para conseguir compreender o comportamento de rejeição da maternidade pelas mulheres, é necessário entender que as tarefas

maternas não são objeto de valorização. São consideradas, na melhor das hipóteses, normais (BADINTER, 1985).

Entretanto, a mulher “ideal” será aquela que desenvolve o instinto materno e romantiza a maternidade.

Feita para sofrer e gostando disso, a mulher não pode encontrar melhor ocasião de exercer seus dons do que na maternidade. O papel de esposa, muito necessário, não bastará à plena realização de sua feminilidade. Para que uma mulher cumpra a sua vocação, é preciso que seja mãe, não como outrora, de maneira esporádica e irregular, mas constantemente, vinte quatro horas por dia (BADINTER, 1985, p.177)

A entrevistada expõe repetidas vezes, como as pessoas não respeitavam e questionavam seu comportamento, pela postura, por falar o que pensa e se expressar sem medo. Alega que as pessoas, tanto comunidade quanto local de trabalho a consideravam uma ameaça. Vale ressaltar que as cidades em que ela nasceu e morou são do Rio do Grande do Sul, que é do lado de Santa Catarina e também reconhecido como um estado conservador, mesmo assim, a participante achou diferença em como o patriarcado se apresenta na cidade de Lages- SC.

Segundo o Observatório de Violência contra a mulher, o estado de Santa Catarina registrou até 29 de maio de 2023, 9.647 medidas protetivas requeridas e 22 feminicídios entre janeiro a abril. Em Lages foram registrados seis processos de violência doméstica em janeiro, 16 em março e 28 em abril. Nota-se um crescimento entre os meses (SANTA CATARINA, 2023).

Neste contexto é importante a reflexão sobre os discursos construídos historicamente sobre a “menoridade” e incapacidade das mulheres na sociedade brasileiras. Segundo Ana Maria Colling “a cultura e as mentalidades incorporaram a violência contra a mulher como algo natural e transformaram a desqualificação do feminino em verdade, conservaram o estatuto da defesa da honra masculina” (2020, p. 190).

4.6.3 Tema 3: Tipos de violências

As protagonistas da pesquisa foram motivadas a narrar sobre as violências que vivenciam ou vivenciaram durante os seus relacionamentos amorosos. No quadro abaixo apresentamos uma breve síntese:

Quadro 08 – Relatos pessoais sobre violência contra a mulher

TEMA 3 – RELATOS SOBRE TIPOS DE VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES	
SHEDAR	A gente sabe que as mulheres já sofreram algum tipo de violência, e cada uma lida com isso da sua forma, né? Algumas procuram ajuda, outras não. Só que é necessário, porque eu acho que é como uma bomba ela vai ficar dentro de você e ela vai ficar crescendo, crescendo, crescendo, vai

	<p>chegar uma hora que isso vai explodir, só que você não sabe o momento que vai ser. Pode ser a qualquer hora, pode ser daqui a vinte anos. Mas ela nunca vai parar. E aquilo vai te prejudicando. Eu sei, porque isso aconteceu comigo. Te prejudica em várias outras áreas da tua vida que tipo, você não imagina que foi por causa daquela situação em específico. Poxa, mas não tem nada a ver, mas ainda te afeta. Então por mais que isso esteja bem resolvido, tem muitas situações que isso ainda me afeta, então é necessário pedir ajuda, é igual o curativo é preciso que tirar a banda com força, pra que você possa tratar aquilo ali. Não vai parar de doer se você não tirar o curativo. Eu acho que é um mal necessário. Às vezes, ir em uma palestra ou uma roda de conversa, que você não precise expor, que você passou por aquilo, mas que você ouça outra pessoa falando, e que você se identifique, e que você veja que aquela pessoa conseguiu seguir em frente, pode te ajudar a ir buscar de ajuda.</p>
IZAR	<p>Já sofri violência no meu relacionamento. Ser chamada de louca, violência no sentido de pressão psicológica. Em situações em que eu me questionava, e me culpava. Ficava abalada psicologicamente, era muito difícil e inclusive quando houve o rompimento, foram meses e meses de tristeza. De ficar ruim no processo de recuperação, era um relacionamento abusivo, no sentido de dependência emocional, da minha parte em relação à pessoa. E ele usava disso pra eu conseguir realizar as coisas que ele queria. E separar foi muito difícil, não era algo fácil. Tinha muita fala preconceituosa e machista na fala da pessoa. Naquela época eu não conseguia identificar que era uma violência, só fui conseguir fazer isso depois. Talvez dois anos depois.</p>
SOL	<p>Essas mulheres que sofrem violência, não tem como elas pegarem uma mala e guardar os problemas dela dentro, deixar na porta da escola e entrar sem os problemas. Ela sempre vai carregar junto com ela. A partir do momento que eu fui trabalhar na escola, pra mim, virou a chave, sabe? De várias situações, tipo da colega chegar com o braço todo machucado e dizer que bateu na porta, e a gente saber que não. Depois, a gente vai conversando, vai conversando e ela te conta, das situações que ela está vivendo. Sabe?! Ou você conversar com a colega lá, que ela é super alto astral e tudo mais, um dia ela chega pra você e conta que o marido dela é alcoólatra, que o marido dela bebia e batia nela. Tipo, como é que se vai aconselhar essa pessoa? Eu não sei o que falar às vezes! Eu nunca sofri violência, sabe?! Mas eu gostaria de saber como ajudar, como abordar, o que fazer, como aconselhar entendeu?! Às vezes, o que eu posso ter falado pode ter sido bom, mas talvez se eu pudesse ter abordado de uma outra forma; eu não tenho essa consciência. Falta atendimento psicológico para essas professoras, falta campanhas, folders. Pra onde ligar, o que fazer. A gente que trabalha na educação, a gente tem essas formações. Todo mês a gente tem formação na Secretaria de Educação, depois a gente tem Congresso da Educação. Então, por que não aproveitar esses momentos pra serem trabalhados também sobre violência contra a mulher? E tem muitas mulheres professoras. Muitas, não é a minoria é a maioria.</p>

SIRIUS	<p>No meu primeiro casamento, chegou um momento que ele não conseguia lidar com toda a liberdade que eu tinha, tanto que um dos comentários que ele fez no decorrer da relação, quando a coisa já não estava legal, foi que eu não precisava dele, era no quesito financeiro.</p> <p>[...] Ele disse que era muito fácil pra mim terminar a nossa relação porque nós não tínhamos filhos, no pensamento dele o que ele queria dar e entender era que não tinha nada que me prendesse a ele inclusive economicamente.</p> <p>Eu lembro o comentário que eu fiz na época pra ele, falei: “Não é porque eu não preciso do teu dinheiro que não precise de ti. Eu escolhi compartilhar a minha vida. Isso vai além de dinheiro, vai além de outras coisas.” Teve um período que ele tentou ser um pouquinho mais ríspido, mas como eu falei a minha postura ali, ele foi ríspido eu fui ríspida ao dobro. Até tem a questão da violência. Ele ergueu a mão, eu só olhei pra ele, ele deu a mão pra me dar um tapa no rosto e eu disse: “me bate que eu sei exatamente onde o teu joelho é quebrado. E eu tenho força pra te quebrar inteiro.”</p>
--------	--

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

O terceiro tema traz diversos relatos, próprios ou relatos narrados pelas colegas professoras, mas fica nítido que estas entrevistadas já tiveram contato com a violência de uma forma direta ou indireta.

A participante da pesquisa Shedar expôs sua opinião sobre as mulheres já terem sofrido algum tipo de violência, mas, não reconhecerem ou não aceitarem. Também, indica a necessidade da ajuda nesse processo, pois isso pode ser prejudicial em algum momento na vida dessas mulheres. A entrevistada compara o fato de não pedir ajuda a “**uma bomba que em um certo momento explodirá**” prejudicando outras áreas da vida. Mencionou outra metáfora, como um machucado em que devemos arrancar o curativo, por mais que doa e buscar meios de enfrentar as situações de violências, no início será difícil, mas depois é mais fácil.

A Organização Mundial de Saúde considera como problema de saúde pública, a Violência Contra a Mulher, pois as mulheres em situação de violência doméstica apresentam mais problemas de saúde e buscam, com mais frequência, os serviços hospitalares e de urgência. Além de ter consequências como lesões, problemas psicossociais, transtornos mentais, ansiedade e depressão, a violência doméstica pode levar à morte (BRASIL, 2023).

Ao analisar as histórias é possível perceber que os narradores constroem sentido a partir de suas experiências e partir delas, criam enredos, e impõem ordem a as experiências dando sentido a acontecimentos e ações em sua vida (RIESSMAN, 1993).

Izar indicou nas suas narrativas a violência psicológica⁵³ que sofreu em seu antigo relacionamento, dependência emocional e chantagens. Apenas após o término ela percebeu que esteve em uma relação abusiva, e comentou sobre as dificuldades que enfrentou para entender a situação, e que se sentia culpada e triste.

A entrevistada menciona o fato de ter sido chamada de “louca”, sabemos que quando uma mulher está brava ela sempre é questionada sobre a sua “histeria”, pode parecer insignificante, mas isso é muito comum, chamamos de *Gaslighting*⁵⁴, um problema grave, pois quando tachamos uma mulher de louca ou desequilibrada, além de ser uma acusação injusta, também é irresponsável acerca da saúde mental de alguém. Estamos deslegitimando o direito dessa mulher ficar com raiva (MANUS, 2022).

Um dos principais problemas do gaslighting é que de tanto ouvir que estão malucas – do companheiro, do chefe, do filho, do colega de trabalho, do desconhecido com quem se tem uma discussão no trânsito-, mulheres começam a se perguntar se estão efetivamente malucas. E, às vezes, decidem fazer um chá de camomila para acalmar. Depois tomam Maracugina. Depois vão para outros tipos de calmante. Quando percebem, já estão se automedicando para um suposto desequilíbrio não diagnosticado, calando manifestações que, em geral deveriam continuar sendo feitas (MANUS, 2022, p. 70 e 71).”

Sol mencionou que não lembrava de ter passado por alguma violência familiar, por este fato, considerava ser situações deslocadas, e não um problema social tão grande. Entretanto, quando ela iniciou seu trabalho na escola, ao se deparar com fatos, situações e histórias de outras colegas (que sentiram segurança em contar para ela), percebeu que a violência doméstica estava presente na vida de várias mulheres e que ela não imaginava. Ainda comentou sobre a dificuldade em aconselhar colegas professoras em situação de violências, e o fato da rede municipal de educação não disponibilizar psicólogos para atender essas professoras.

É importante destacarmos, que apesar desta professora não saber o que fazer, ou como aconselhar, hoje há a possibilidade de uma terceira pessoa realizar a denúncia de um caso de violência doméstica, a omissão também é um dado preocupante. A conscientização de que podemos e devemos ajudar uma mulher em situação de violência familiar faz parte do processo de solução do problema.

Outro ponto significativo que a entrevistada mencionou foi sobre a importância da inclusão da temática de prevenção às violências contra as mulheres na formação continuada e,

⁵³ No dia 28 de julho de 2021 foi instaurada no Brasil a lei 14.188 o tipo penal de violência psicológica contra a mulher (BRASIL, 2021).

⁵⁴ “O termo *gaslighting* vem do filme *Gaslight*, de 1944, com Ingrid Bergman, traduzido para o português como À meia-luz. No filme, a protagonista vai sendo, aos poucos convencida por seu marido de estar enlouquecendo. Na verdade, ele pretendia que ela, que era herdeira de uma fortuna, se julgasse inapta para administrar seu próprio patrimônio, cabendo a ele a gestão dos bens (MANUS, 2022, p. 70).”

convidar pessoas capacitadas para trabalhar essa temática. Ao narrar as experiências, a entrevistada foi construindo ativamente a realidade de um novo modo, ou melhor, à sua moda, e chegando à conclusão do que para ele é significativo dentre esta gama de fenômenos (RIESSMAN, 1993).

A última entrevistada Sirius, relatou um caso de violência por parte do seu ex-marido, ela fala do incômodo que era para ele o fato de ela não precisar dele, em nenhuma situação da vida, ou seja, nada prendia ela na relação, e ele não conseguiu dominá-la. Percebemos no relato de Sirius uma mulher que agiu diferente em relação ao ato de violência, quando ela menciona que ele tentou agredi-la a resposta a esse ato foi ameaçá-lo da mesma forma.

De acordo com Theophilos Rifiotis (2006) é possível identificarmos relações de poder e de violência em todos os lugares.

No nosso cotidiano, referimo-nos à violência no esporte, no trânsito, nas ruas, nas prisões [...] as relações de força, as tensões, as hierarquias, as desigualdades sociais e as situações de conflito em geral. Diz-se que tudo está contaminado por esta peste, que é preciso eliminá-la, antes que se torne incontrolável e domine a tudo e a todos (RIFIOTIS, 2006, p.06)

Para a próximo tema priorizamos o questionamento sobre a Lei 14.164 de 10 de junho de 2021 que instituiu a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher, a ser realizada anualmente, no mês de março, em todas as instituições públicas e privadas de ensino da educação básica. Objetivamos aqui conhecer as experiências delas sobre o tema e qual as suas opiniões sobre o desenvolvimento deste assunto no espaço escolar.

Quadro 09 – Narrativas sobre violência doméstica na escola

TEMA 3 – VIOLÊNCIA NA ESCOLA	
SHEDAR	<p>Para trabalhar esse assunto na escola precisa ter “tato”, porque não será bem aceito, os pais acham que tudo é militância dos professores, mas eu acho necessário. A gente percebe nos alunos desde cedo o quanto o machismo é presente, na forma que eles tratam as namoradas, as meninas na sala e até as mães. Mas, será difícil a cidade, o governo, as escolas, ninguém quer que seja tocado nesse assunto. Eu acho que você tem que plantar a sementinha, eu faço um pouco disso nas minhas aulas. Uma coisinha ou outra você vai inserindo pra eles de que aquilo não pode, de que aquilo não é legal, de como deve ser, só que sempre de uma maneira muito sutil. Porém, muitos professores têm essas atitudes machistas, agressivas. Neste caso para trabalhar esse assunto precisa saber: “Quem vai falar”, porque, a gente que tá ali na frente é espelho, se agirmos ao contrário do que falamos como é que a gente vai esperar outras coisas deles também?! Claro que não é porque você é um espelho negativo que você vai refletir negativamente, não é mas é o que acontece normalmente.</p>

IZAR	Na escola que eu trabalho nunca foi mencionado essa lei, nem trabalhado esse assunto. É um assunto delicado, irão tocar em feridas. Eu acho que conseguiria trabalhar com os alunos sobre isso, mas os professores homens não. Não que eles não tenham direito de falar, mas nesse sentido, sendo bem feminista, não dá para eles falarem.
SOL	Nas escolas que eu trabalho não foi feito esse projeto. Para falar desse assunto tem que ter muita responsabilidade, na escola pública eu conseguiria, até falo nas aulas às vezes, mas na privada eu tenho receio dos pais. Mesmo assim, algumas professoras não conseguiriam falar e os professores homens, eu não sei dizer, acho que eles não poderiam falar, eles não entendem a gravidade do problema, ainda colocariam a mulher como culpada no final.
SIRIUS	Na escola pública foi trabalhado, na verdade é trabalhado constantemente. Nas duas privadas que eu trabalho não foi. Nós trabalhamos de forma multidisciplinar, todos os professores, principalmente de humanas. De forma responsável eu sei que nem todos conseguem trabalhar, até porque acabamos trazendo o nosso posicionamento particular.

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2023)

No dia 10 de junho de 2021, foi alterada a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para incluir nos currículos da educação básica conteúdos sobre a prevenção da violência contra a mulher, e então instituir a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher (BRASIL, 2021).

Neste documento fica estabelecido, no mês de março, o trabalho deste projeto, em todas as instituições de ensino (públicas e privadas), conciliando com a data comemorativa do dia 08/03- Dia Internacional da Mulher.

Os objetivos, priorizados e mencionados na lei são:

I - contribuir para o conhecimento das disposições da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha); II - impulsionar a reflexão crítica entre estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar sobre a prevenção e o combate à violência contra a mulher; III - integrar a comunidade escolar no desenvolvimento de estratégias para o enfrentamento das diversas formas de violência, notadamente contra a mulher; IV - abordar os mecanismos de assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar, seus instrumentos protetivos e os meios para o registro de denúncias; V - capacitar educadores e conscientizar a comunidade sobre violência nas relações afetivas; VI - promover a igualdade entre homens e mulheres, de modo a prevenir e a coibir a violência contra a mulher; e VII - promover a produção e a distribuição de materiais educativos relativos ao combate da violência contra a mulher nas instituições de ensino (BRASIL, 2021).

A autora Ana Maria Colling defende que a “escola, desde seus primeiros anos deve se preocupar em desnaturalizar a violência, desconstruir este discurso e as estas relações que duram séculos”. (2020, p. 192).

Ao serem questionadas sobre os diversos tipos de violência que se apresentam nas escolas e também na possibilidade de inserir este assunto nas aulas, percebemos que as

entrevistadas têm medo e preocupação de tratar sobre esse tema em sala de aula, com os alunos, além de mencionarem que a maioria das escolas negam a importância do desenvolvimento deste conteúdo e outras nem pensam em trabalhar. Apresentamos três pontos, mencionados pelas participantes da entrevista, que são destaque:

- 1- Responsabilidade no direcionamento do conteúdo;
- 2- Receio e medo dos pais;
- 3- “Quem vai falar?” – não aceitação de professores homens trabalharem este assunto.

Seguindo estes questionamentos das participantes, percebe-se o quanto inserir este trabalho nas escolas exige responsabilidade, sobre quem vai falar e o que será falado. Infelizmente, não serão muitos que conseguirão trabalhar um conteúdo como este, mas visto que todos somos sujeitos, não é inteligente de nossa parte excluirmos pessoas de trabalharem e aprenderem com o tema, apenas pelo seu gênero. Os homens também precisam discutir sobre as políticas de masculinidades.

Em momento algum acreditei que o movimento feminista devesse ser, e que fosse, um movimento só de mulheres. No mais íntimo do meu ser, sabia que nunca teríamos um movimento feminista bem-sucedido se não conseguíssemos incentivar todo mundo, pessoas femininas e masculinas, mulheres e homens, meninas e meninos, a se aproximar do feminismo” (HOOKS, 2020, p,10).

De acordo com bell hooks, finalizamos este tema, concordando com as narrativas das protagonistas da pesquisa, no direcionamento responsável para o trabalho da violência contra as mulheres nas escolas, considerando a narrativa da participante Sol, que demonstrou a preocupação se seria um professor homem a trabalhar essa temática e se este “*ainda colocaria a mulher como culpada no final.*”

Neste contexto, é importante lembrar que estamos em uma cidade supostamente “conservadora e machista” e que não devemos apenas nos preocupar com a questão: será professor homem que trabalhará essa temática da prevenção e combate das violências nas escolas, pois frequentemente “ouvimos” relatos com narrativas “machistas proferidas por professores homens que atuam nos cotidianos escolares. Portanto, nossa preocupação deve ser em não mais permitir discursos machistas, misóginos, o assédio moral e sexual cometido por professores homens contra estudantes e colegas professoras.

Precisamos, urgentemente rever nas escolas quais violências ainda são permitidas e naturalizadas. Precisamos de professoras mulheres e professores homens feministas e engajados na luta e no enfrentamento de todas as formas de violências cometidas contra as meninas e as mulheres, contra todas/os estudantes.

É necessário capacitar toda a comunidade escolar sobre a prevenção e o enfrentamento das violências e não apenas um gênero ou outro, pois não são apenas os homens que são machistas, há mulheres machistas que não compreendem a importância do assunto, o patriarcado só existe por participação das mulheres também⁵⁵.

⁵⁵ “O sistema patriarcal só funciona com a cooperação das mulheres, adquirida por intermédio da doutrinação, privação da educação, da negação das mulheres sobre a sua história, da divisão das mulheres entre respeitáveis e não respeitáveis, da coerção, da discriminação no acesso a recursos econômicos e poder político, e da recompensa por privilégios de classe dada às mulheres que se conformam. As mulheres participam no processo de subordinação porque internalizaram a ideia de sua inferioridade (LERNER, 2019, p. 21).”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para poder pensar sobre as considerações finais deste trabalho, me permito refletir que não chegamos nem perto do fim desta pesquisa. Este é apenas um recorte espacial e temporal sobre um problema social muito maior.

No caminho do mestrado compreendi que além de encontrar algumas reflexões para o problema em questão, devíamos considerar todo o processo como uma possível resposta, pois havia a probabilidade de finalizarmos com mais questionamentos do que encontrarmos uma resposta para o tema. Todas as oportunidades de aprendizados, juntamente com a participação no Grupo de estudos Gênero, Educação e Cidadania na América Latina (GECAL), foram primordiais para a construção das percepções e superação de desafios presentes nesta pesquisa, mas principalmente para a reconstrução e desconstrução dos saberes da pesquisadora.

A violência contra as mulheres é um problema social, mascarado pela comunidade lageana há muito tempo, porém desde que as pesquisas escancararam esse assunto, o município vem tomando providências e tentando amenizar a situação da comunidade perante outros municípios catarinenses.

Compactuando dessa vontade de expor cada vez mais esse problema e também me preocupando não só como mulher e professora, mais como mãe também, percebo essa pesquisa como forma de superação de um medo, este que deve permear a vida de diversas mulheres.

Como professora, percebo o quanto a educação pode contribuir na construção de uma comunidade mais atenta aos sinais de violências de gênero contra as mulheres, entretanto para possibilitar esse processo de conscientização da comunidade, necessitamos perceber como esse fenômeno se apresenta na vida, nas experiências e vivências das pessoas, buscando desnaturalizar algumas ações e atitudes que, muitas vezes, não são identificadas como violências.

Na perspectiva de respondermos à problemática da pesquisa: **“Quais são as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar?”** apresentaremos uma síntese dos principais resultados elaborados durante a realização deste estudo.

Durante o percurso de bibliográfico, buscamos elencar um resumo da trajetória cronológica sobre a história das mulheres na sociedade, suas principais lutas e desafios, desta forma dialogamos brevemente com autoras mulheres incríveis que fizeram parte de todo esse

caminho. Ser mulher hoje em dia não é fácil, mas seria muito pior sem a luta dessas representantes feministas, se temos um pouco de direitos na sociedade, significa que muitas de nossas antepassadas se dispuseram a lutar por isso, sejamos gratas a elas.

Os movimentos feministas, seguindo a próxima seção, destacam a história contada por vozes femininas, sendo grandes responsáveis pela luta contra patriarcado, enquanto um sistema político impregnado nas relações de poder. Percebe-se que este, é um problema antigo e que ainda permanece nas relações sociais. Por ser cultural, muitos e muitas ainda cooperam pela sua permanência na sociedade e mesmo assim, apesar de todos e todas participarmos da disseminação desse sistema, de forma geral o homem ainda permanece no topo da hierarquia social. Por serem os que mais se beneficiam, e por medo de abrir mão destes benefícios, é exigido que estes dominem as mulheres, explorem e oprimam, fazendo uso da violência se necessário (HOOKS, 2020).

Visto isso, chegamos à conclusão de que provavelmente a cultura de fazenda, enraizada no patriarcado é o principal motivo das violências contra as mulheres serem presentes na cidade de Lages-SC, pois é na cultura de fazenda que se desenvolveram relações de poder, e o modelo predominante de família é o homem enquanto chefe e provedor geral, quem detém a última palavra, pairando sobre seu comando a mulher e filhas/os (LOOKS, 2016).

Ao chegarmos nas políticas públicas, percebemos que um grande processo foi necessário para garantirmos um mínimo de apoio e dignidade para essas mulheres vítimas de violência. Mesmo compreendendo que todos somos sujeitos dentro das relações, é muito comum percebemos a violência familiar, além de outros tipos de violências serem prejudiciais somente as mulheres.

Nessa perspectiva, a pesquisa de campo realizada nas duas escolas estaduais de Lages-SC nos possibilitou, por meio das narrativas, contextualizar os referenciais teóricos com as histórias das professoras, nos permitindo responder a problemática, pois todas elas contribuíram com as suas narrativas para verificarmos que o problema está sólido dentro da comunidade escolar e que geralmente pouco é feito para solucioná-lo. Sendo mencionado por elas a falta de informação, mas, principalmente falta de apoio psicológico a professoras e alunas.

No início desta pesquisa nosso objetivo geral centralizava-se em **analisar as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar**. O propósito era determinar apenas as violências domésticas sofridas por professoras, entretanto com as respostas da 1ª etapa, do formulário, e com as entrevistas, ficou perceptível que todas elas já passaram por diversos tipos de violência, sendo para umas mais fácil de falar do que outras, porém várias das entrevistadas citaram que fora de casa a violência

contra mulher, também é muito presente, deixando explícito que o espaço escolar e a comunidade também são grandes responsáveis por fortalecer essas práticas violentas.

Para analisar estes casos de violência foram elencados três temas principais: a) violência contra às mulheres; b) tipos de violências e c) violência na escola. Os resultados da pesquisa, indicaram, com relação as violências de gênero presenciadas na escola ou relatadas por alunas/os e colegas, que a maioria das participantes presenciou ou soube de casos, destacando a violência psicológica e a física como principais, entretanto quando questionadas se elas já sofreram com violência familiar, esse número reduziu significativamente. Nas entrevistas, as quatro participantes dialogaram sobre suas experiências e, por fim percebemos que inicialmente é difícil para elas relatarem, muitas vezes, negando os casos de violência, mas no decorrer da conversa, elas se sentiram seguras e afirmam já terem vivenciado diversas situações de violência contra as mulheres.

As protagonistas desta pesquisa, nas suas entrevistas, deixam evidente o quanto a violência se manifesta em diferentes contextos e momentos da vida de uma mulher, desde o espaço familiar e profissional, até na comunidade.

As violências e o desrespeito às mulheres se configuram como uma violação de direitos humanos e um problema de saúde pública, mas também político, social e econômico, atingindo todas as mulheres, independentemente da idade, raça/etnia e classe social. Sabemos que há um equívoco persistente em associar a violência doméstica exclusivamente às mulheres negras e de baixa renda, percebemos com os dados levantados, que há uma necessidade urgente de dismantelar estereótipos arraigados e reconhecer que a violência de gênero não conhece fronteiras socioeconômicas e étnicas.

A sombra do medo, o peso da vergonha, a culpabilização, além da insegurança, construída ao longo do tempo, dentro de um labirinto emocional, manteve as mulheres reféns do silêncio, impedindo-as de denunciar aqueles que as afligem. Todas essas narrativas se fizeram presentes nos relatos das participantes da pesquisa.

Analisando as histórias e seus pontos de vista chegamos à conclusão que apesar de a cidade de Lages-SC contar hoje com inúmeras formas de enfrentamento as violências contra as mulheres, como por exemplo a Delegacia de Proteção à Criança, ao Adolescente, à Mulher e ao Idoso, o Conselho Municipal dos direitos da mulher, a Secretaria de Políticas para a Mulher, Estatuto dos Direitos e das Políticas Municipais para as Mulheres Lageanas, falta apoio e maior atenção nos espaços escolares para acolher as professoras em situação de violência contra as mulheres. De forma geral, ainda é possível desenvolver muitas estratégias de prevenção e enfrentamento às violências contra as mulheres como formas de fomentar a comunicação, a

escuta e o apoio entre as mulheres e nos espaços de trabalho. Estabelecer um vínculo entre a rede de atendimento e a escola, pode facilitar esse processo, pois é necessária uma resposta multisetorial para resolver este problema, e também os problemas que surgem a partir dele.

É visto que quase todas conhecem alguém que passa ou passou por violência, mas nunca consideram fazer parte desses números. Nas entrevistas, ficou nítido que algumas só se deram conta que já passaram por algum tipo de violência quando foram estimuladas a falar sobre, e então chegaram à conclusão de que também sofreram violências de gênero contra as mulheres.

Como uma das entrevistadas mencionou “as professoras são a maioria”, pois no campo da educação básica encontramos mais mulheres do que homens. Portanto, é importante que as instituições de ensino observem também, que para continuarmos na luta pela prevenção e pelo enfrentamento das violências de gênero contra às mulheres, precisamos transformar relatos em dados, investir em formação continuada sobre essa temática, realizar projetos de intervenção sobre a identificação das violências e formas possíveis de prevenção e enfrentamento das violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar e escolar.

REFERÊNCIAS

ARRUZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99% um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019. 127 p. Tradução: Heci Regina Candiani.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor Conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. 268 p. Tradução: Waltensir Dutra.

BARCELLA, Laura; LOPES, Fernanda. **Lute como uma garota: 60 feministas que mudaram o mundo**. São Paulo: Cultrix, 2018. 463 p. Tradução: Isa Mara Lando.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 495 p. Tradução de Sérgio Milliet. capa de Fernando Lemos.

BORTOLINI, Alexandre. Pode falar sobre gênero na escola? PINHEIRO, Diógenes; REIS, Cristina (orgs). In: Quando LGBTQs invadem a escola e o mundo do trabalho. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2020

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996.

BRASIL. Lei Nº 14.188, de 28 de julho de 2021. **Tipo penal violência psicológica contra a mulher**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. Lei Nº 14.164, de 10 de junho de 2021. **Dispõe sobre a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Por uma cultura da paz, a promoção da saúde e a prevenção da violência** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 2009.

BRASIL. BIBLIOTECA VIRTUAL EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. (org.). **Violência doméstica**. 2023. Disponível em: <https://bvsmms.saude.gov.br/violencia-domestica-8/>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Presidência da República **Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.. Brasília- DF, Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm. Acesso em: 12 março 2022.

BRUM, Daniela Moraes. **Feminismo pra quem?** para todas as mulheres, inclusive, para aquelas que julgam não precisar dele. São Paulo: Astral Cultural, 2020. 108 p.

BRUNER, J. The narrative construction of reality. **Critical Inquiry**, v.18, p. 1-21, 1991.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 21ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 287 p. Tradução: Renato Aguiar.

CARNEIRO, Maria Elizabeth Ribeiro. Feminismo. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 251 a 254.

COELHO, Elza Berger Salema Coelho [et al] (orgs.). **Políticas públicas no enfrentamento da violência** [recurso eletrônico] —. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, / Universidade Federal de Santa Catarina; 2014. 51 p.

COLLING, Ana Maria. Violência contra as mulheres-: herança cruel do patriarcado. **Diversidade e Educação**, [s. l], v. 8, n. p. 171-194, jan. 2020.

COLLING, Ana Maria. **A Cidadania da Mulher Brasileira: Uma genealogia**. São Leopoldo: Oikos, 2021.

COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019. 748 p.

COLLING, Leandro; NOGUEIRA, Gilmaro, Homofobia, Heterossexismo, Heterossexualidade compulsória, Heteronormatividade. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 390 a 395.

13º CONGRESSO MUNDOS DE MULHERES (MM) & FAZENDO GÊNERO 11, 13., 2017, Florianópolis. **O Conhecimento Feminista na era digital: Grupos de discussão do facebook como uma nova epistemologia do conhecimento**. Florianópolis: Crv, 2017. 14 p.

DALMÁS, Giovana; MÉNDEZ, Natália Pietra, Beauvoir Simone. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p.68 a 74.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. 1ª.ed. São Pulo:Boitempo,2016. 244 p. Tradução: Heci Regina Candiani.

DENZIN, N. K. **Interpretative interacionism**. 2. Ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2001

FARIAS MONTEIRO, K.; GRUBBA, L. S. A luta das mulheres pelo espaço público na primeira onda do feminismo: de sufragettes às sufragistas. **Direito e Desenvolvimento**, v. 8, n. 2, p. 261-278, 7 dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.unipe.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/563/441>. Acesso em: 17 dez. 2021

FARIA, Helena Omena Lopes de; MELO, Mônica de. **Instrumentos internacionais de proteção dos direitos humanos: convenção sobre a eliminação de todas as formas de**

discriminação contra a mulher e convenção para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher. Convenção Sobre a Eliminação de todas as formas de discriminação contra a Mulher e Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher. 1996. Disponível em: <http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/direitos/tratado9>. htm. Acesso em: 12 jun. 2022.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução: Joice Elias Costa. 3ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GELEDÉS (Brasil). **Lista: as seis mulheres reunidas na série ‘Filósofas brasileiras’**. 2022. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/lista-as-seis-mulheres-reunidas-na-serie-filosofas-brasileiras-2/> Acesso em: 12 março 2022

GELEDÉS (Brasil). **Olympe de Gouges, a pioneira do feminismo que foi parar na guilhotina**. 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/pioneira-do-feminismo-que-foi-parar-na-guilhotina/> Acesso em: 09 junho 2022

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS. Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. - 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GRAUPE, Mareli Eliane. **Pedagogia da Equidade: Gênero e diversidade no contexto escolar**. In: Políticas e fronteiras. Desafios feministas. Tubarão, v 2. Ed. Copiart, 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. **Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas, v. 5, no. Especial, 1994. pp. 473-483.

HISTÓRIA FM 025: História do feminismo: história, vertentes e objetivos de um movimento. Entrevistador: Icles Rodrigues. Entrevistada: Joana Maria Pedro. [s.l.] Leitura Obrigatória, 6 abr. 2020. *Podcast*. Disponível em : <https://open.spotify.com/episode/5Gw7nxNDXAo8FmdqalXTWI>. Acesso em: 19 jun.2021.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. 14. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020. 175 p. Tradução: Bhuvi Libanio.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019. 254 p. Tradução: Rainer Patriota.

HOUAISS, Antônio. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Brasil: Instituto Antônio Houaiss, Editora Objetiva, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <www.ibge.org.br>. Acessado em: 19 març. 2023.

JENAINATI, Cathia; GROVES, Judy. **Feminismo: um guia gráfico**. Rio de Janeiro: Sextante, 2020. 175 p. Tradução: Beatriz Medina.

JUNIOR, Neurivaldo Campos Pedroso; SANTOS, Alexandra Pinheiro dos, Virgínia Woolf In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 736 a 740.

KARAWEJCZYK, Mônica, Sufragismo/ Sufragetes. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 676 a 680.

KYRILLOS, Gabriela M. “Uma Análise Crítica sobre os Antecedentes da Interseccionalidade”. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 28, n. 1, e56509, 2020.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LIMA, Lana Lage da Gama; SOUZA, Suellen André de. Patriarcado. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 578 a 582.

LISBOA, Teresa Kleba. Igualdade ou equivalência de direitos frente às situações que discriminam as mulheres. In: MINELLA, Luzinete Simões; ASSIS, Gláucia de Oliveira; FUNCK, Susana Bornéo (orgs). **Políticas e fronteiras. Desafios feministas**. Tubarão, v 2. Ed. Copiart, 2014, p. 253-280.

LUANA AMORIM (Santa Catarina). Nd+. **O ano dos feminicídios: a cada seis dias, uma mulher foi morta em SC em 2020**: em 2020 Santa Catarina registrou um feminicídio a mais do que no ano anterior. os crimes mais recentes foram praticados no último dia do ano, em Lages. Disponível em: <https://ndmais.com.br/seguranca/policia/femicidios-a-cada-seis-dias-uma-mulher-e-morta-em-sc/> .Acesso em: 05 jan. 2022.

LOCKS, Geraldo Augusto. Uma análise antropológica da formação social e do desenvolvimento socioeconômico de Lages e da Serra Catarinense In: YAMAGUCHI, Cristina Keiko (org.). **Visão contemporânea e sustentável da Serra Satarinense**. 2. ed. Lages: Uniplac, 2016. p. 19-42.

MACHADO, Isadora Vier. **DA DOR NO CORPO À DOR NA ALMA: uma leitura do conceito de violência psicológica da lei maria da penha**. 2013. 282 f. Tese (Doutorado) - Curso de Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2013

MANUS, Ruth. **Guia prático Anti Machismo: para pessoas de todos os gêneros**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022. 143 p.

MARIA DA PENHA (Fortaleza). Órgão Não Governamental. **IMP: Instituto Maria da Penha**. Instituto Maria da Penha. 2009. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2022.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2017. 333 p. Tradução: Luciano Cavini Martorano.

NOGUEIRA, Conceição. Interseccionalidade e Psicologia Feminista. Bahia: Devires, 2017, 130 p.

PAZ, Juliano Benatti Machado; SOARES, Ana Carolina Coelho, Mary Wollstonecraft. In: COLLING, Ana Maria; TEDESCHI, Losandro Antonio (org.). **Dicionário Crítico de Gênero**. 2. ed. Dourados, Ms: Ufgd, 2019, p. 740 a 742.

PENHA, Maria. **Sobrevivi...Posso contar**. 2ª. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura. 2014.210 p.

PIEIDADE, Vilma. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PORTUGUÊS À LETRA (org.). Português à Letra: linguagem coloquial. Linguagem Coloquial. 2023. Disponível em: <https://portuguesalettra.com/gramatica/linguagem-coloquial/>. Acesso em: 07 fev. 2023.

RIBEIRO, Raisia D. **Feminismos**: o que as feministas querem. Copyright, 2021. 127p.

RIESSMAN, C. K. **Narrative Methods for the Human Sciences**. California: Sage Publication, 2008. 251p.

RIESSMAN, C. K. (2002). **Analysis of Personal Narratives**. In Gubrium, J.F. & Holstein, J.A. (Eds.), *Handbook of Interview Research: Context and Method* (pp. 695---710). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

RIESSMAN, Catherine Kohler. **Narrative analysis**. Sage, 1993.

RIFIOTIS, Theophilos. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

RIFIOTIS, Theophilos. Dilemas éticos no campo da violência. **Comunicação & Educação**, n. 13, p. 26-32, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth IB. Violência contra a mulher e violência doméstica. **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora, v. 34, 2002.

SANTA CATARINA. SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER. (org.). **Observatório da Violência Contra a Mulher: Santa Catarina**. Santa Catarina. Disponível em: <https://ovm.alesc.sc.gov.br/>. Acesso em: 29 maio 2023.

SANTA CATARINA. Daniele Mendes de Melo. Prefeitura Municipal de Lages. **Estatísticas recentes traçam o perfil da violência contra a mulher em Santa Catarina e em Lages**. 2021. Disponível em: <https://www.lages.sc.gov.br/noticia-descricao/2430/estatisticas-recentes-tracam-o-perfil-da-violencia-contra-a-mulher-em-santa-catarina-e-em-lages->. Acesso em: 20 dez. 2021.

SANTA CATARINA. TJSC. Processos de Violência Doméstica em andamento - dezembro de 2021. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/web/violencia-contra-a-mulher/relatorios>. Acesso em: 15 março 2022.

SARDENBERG, Cecília; TAVARES, Márcia (Orgs). **Violência de gênero contra mulheres: suas diferentes faces e estratégias de enfrentamento e monitoramento.** Salvador: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2016. (Coleção Bahianas, v. 19)

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Revista Educação e Realidade, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v. 20. n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Jacilene Maria. **Feminismo e Identidade de Gênero:** considerações com base no pensamento de Judith Butler. Recife: Independently Published, 2018

SILVA, Jacilene Maria. Feminismo na atualidade: a formação da quarta onda. Recife: Independently Published, 2019. 45 p.

WASELFISZ, J. J. (2012- 2015). **Mapa da Violência: Homicídio de mulheres no Brasil.** Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/>. Acesso em: 12 março. 2022.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

(Resolução 510/2016 CNS/CONEP)

Você está sendo convidado(a) a participar do projeto de pesquisa intitulado “*As Violências de gênero contra as mulheres: Narrativas das professoras*”. O objetivo deste trabalho é conhecer as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar. Para realizar o estudo será necessário que se disponibilize a participar Professoras da Rede estadual de ensino previamente agendadas a sua conveniência. Para a instituição e para sociedade, esta pesquisa servirá como parâmetro para avaliar: Quais são as narrativas das professoras da rede estadual sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar? De acordo com a resolução 510/2016. “Toda pesquisa com seres humanos envolve risco em tipos e gradações variados”. A sua participação terá risco mínimo, podendo ocorrer algum tipo de constrangimento no momento de responder a entrevista e se estes ocorrerem serão solucionados/minimizados para o encaminhamento do pesquisado para a clínica escola de psicologia da UNIPLAC, para atendimento de forma gratuita. Em virtude das informações coletadas serem utilizadas unicamente com fins científicos, sendo garantidos o total sigilo e confidencialidade, através da assinatura deste termo, o qual receberá uma cópia. Mesmo após assinar este documento o participante tem o direito de pleitear indenização por reparação de danos que apresente nexos causal com a pesquisa.

Os benefícios da pesquisa são de ser “voz” e “amparo” a todas as professoras que podem estar inseridas neste cenário.

Você terá o direito e a liberdade de negar-se a participar desta pesquisa total ou parcialmente ou dela retirar-se a qualquer momento, sem que isto lhe traga qualquer prejuízo com relação ao seu atendimento nesta instituição, de acordo com a Resolução CNS nº 510/2016 e complementares.

Para qualquer esclarecimento no decorrer da sua participação, estarei disponível através dos telefones: 49-999332983, ou pelo endereço: Rua: Padre Feijó, nº 256, Bairro: Santa Rita. Se necessário também poderá entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade do Planalto Catarinense UNIPLAC, Av. Castelo Branco, 170, bloco 1, sala 1226, Lages SC, (49) 32511086, e-mail: cep@uniplaclages.edu.br. Desde já agradecemos!

Eu _____ CPF: (_____) declaro que após ter sido esclarecida pela pesquisadora, lido o presente termo, e entendido tudo o que me foi explicado, concordo em participar da Pesquisa.

(nome e assinatura do sujeito da pesquisa e/ou responsável legal)

Lages, ____ de _____ de _____

Responsável pelo projeto: Jennifer de Lima Cardozo Dias

Endereço para contato: Rua: Padre Feijó, nº 256 , Bairro: Santa Rita.

Telefone para contato: 49-999332983

E-mail: jeniffercardozo@uniplaclages.edu.br

ANEXO A – PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ESCOLA A

[documento original transcrito, escaneado ou fotocopiado]

ANEXO B – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL

Eu Jennifer de Lima Cardozo Dias, Pesquisador Responsável do Projeto de Pesquisa “*As Violências de gênero contra as mulheres: Narrativas das professoras*”. declaro o meu compromisso em anexar os resultados da pesquisa na Plataforma Brasil, assegurando a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e a não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou de aspectos econômico-financeiros (Resolução 510/2016- CNS).

Lages/SC 14 de junho de 2023.



Assinatura. do Pesquisador Responsável
Jennifer de Lima Cardozo Dias

Assinatura. do Pesquisador Assistente
Prof. Dra. Mareli Eliane Graupe



UNIVERSIDADE DO PLANALTO CATARINENSE

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES
ENVOLVIDAS

data:

Com objetivo de atender às exigências para obtenção do parecer do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP – UNIPLAC, os representantes legais das instituições envolvidos no projeto intitulado “Professoras e as Violências de gênero contra as mulheres: desafios e enfrentamentos”, declaram estarem cientes e de acordo com seu desenvolvimento nos termos propostos, lembrando aos pesquisadores que na execução do referido projeto de pesquisa serão cumpridos os termos da Resolução 510/16 do Conselho Nacional de Saúde.

Jennifer de Lima C. Dias

Assinatura do Pesquisador Responsável

(Nome por extenso)


KAIO HENRIQUE C. DO AMARANTE
Reitor da UNIPLAC

Assinatura do Responsável pela Instituição Proponente

(Kaio Henrique Coelho do Amarante - Reitor)

M. B. Ogliari

Assinatura do Responsável da Instituição Co-Participante

Maria de Fátima Dabóit Costa Ogliari
COORDENADORA REGIONAL DE EDUCAÇÃO INFÂNCIA
ATO Nº 1179/2021
C.O. Nº 23.525 DE 20/04/2021
MATRÍCULA Nº 159.255.1-06

Av. Castelo Branco, 170 – Universitário – Lages.SC [(49) 3251.1022 - www.uniplac.net

APÊNDICE A - ROTEIRO DO GOOGLE FORMS:

Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC

Mestrado em educação – PPGE

Pesquisador responsável: Jennifer de Lima Cardozo Dias

Orientador da pesquisa: Mareli Eliane Graupe

AS VIOLÊNCIAS DE GÊNERO CONTRA AS MULHERES: NARRATIVAS DAS PROFESSORAS

Cara professora.

Agradecemos a sua disponibilidade de participação. Solicitamos a leitura atenta das orientações a seguir para prosseguir:

Este formulário faz parte de uma pesquisa intitulada: *“As Violências de gênero contra as mulheres: Narrativas das professoras”*. O objetivo desta proposta, é analisar as narrativas das professoras, da rede estadual, sobre as violências de gênero contra as mulheres no contexto familiar. Os benefícios relacionados à sua participação nesta pesquisa consistem em ser “voz” e “amparo” a todas as professoras que podem estar inseridas neste cenário. Os riscos de participação estão relacionados à possibilidade de sentir cansaço ou aborrecimento ao responder o questionário ou de sentir desconforto em tratar da temática da pesquisa. Os resultados desta pesquisa serão utilizados estritamente para finalidades acadêmicas. Informamos que você poderá desistir em qualquer momento do preenchimento do questionário, ele é totalmente sigiloso e seu anonimato será garantido, sem lhe causar prejuízo. O tempo para a realização do será entre 05 a 15 minutos.

Após ler com atenção este documento e ser esclarecido/a sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, você precisará confirmar este aceite ao final do documento e, então, será direcionado/a para o preenchimento de um questionário sobre a temática.

Em caso de dúvidas, segue os e-mails das coordenadoras: jenniferlima214@gmail.com; prof.mareli@uniplaclages.edu.br.

Seção 1 de 3:

1. Você aceita participar da pesquisa?*

- a) Aceito
- b) Não aceito

Seção 2 de 3:

Do perfil da professora – profissional e pessoal

Nesta seção gostaríamos de conhecê-las melhor.

2. Qual é a sua idade?*

- Texto de resposta curta-

2.1 Como você se identifica?*

- a) Branco
- b) Pardo
- c) Preto
- d) Amarela
- e) Indígena
- f) Outro_____

2.2 Qual sua formação?*

- a) Ensino Médio- Magistério
- b) Graduação
- c) Especialização
- d) Mestrado
- e) Doutorado

2.3 Há quanto tempo você leciona?*

- a) 1 ano ou menos
- b) 2 a 5 anos
- c) 6 a 9 anos
- d) 10 a 20 anos
- e) Mais de 20 anos

2.4 Qual sua carga horária semanal?*

- a) 10 horas
- b) 20 horas
- c) 30 horas
- d) 40 horas
- e) Mais de 40 horas

2.5 O que a motivou seguir a área da licenciatura? (É possível marcar mais de uma opção)*

- a) Gosto pela profissão
- b) Incentivo familiar
- c) Financeiramente viável
- d) Facilidade de emprego
- e) Outro

2.6 Você possui outro trabalho com remuneração além da sua função enquanto professora? *

- a) Sim
- b) Não

2.7 Você tem filhos? *

- a) Sim
- b) Não

2.8 Se a resposta anterior foi sim – quantos filhos?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) Mais de 3 filhos

2.9 Quem é responsável pelos cuidados dos seus filhos? (tarefas, reuniões e assuntos escolares)

- a) Somente eu
- b) Somente o pai da(s) criança(s)
- c) Eu e o pai da criança
- d) Eu e meu companheiro
- e) Outros responsáveis (avós, tios, etc)
- f) Todos os citados acima

3 Quem é o provedor financeiro da sua casa? *

- a) Somente eu
- b) Eu e meu companheiro/a
- c) Meus pais ou sogros
- d) Outros

Seção 3 de 3

Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher

“No dia 10 de junho de 2021 foi aprovada a lei 14.164 – que inclui conteúdo sobre a prevenção da violência contra a mulher nos currículos da educação básica, e institui a Semana Escolar de Combate à Violência contra a Mulher”.

3.1 Você já presenciou algum tipo de violência de gênero na escola? *

- a) Sim
- b) Não

3.2 Você considera importante trabalhar com os alunos a violência de gênero? *

- a) Sim
- b) Sim, mas não me sinto capacitada.
- c) Não devemos explorar esse conteúdo em sala.

3.3 O que poderia ser trabalhado na escola sobre Prevenção da Violência contra as meninas e mulheres? (É possível marcar mais de uma opção)

- a) Palestras com estudantes e famílias;
- b) Oficinas de estudo;
- c) Vídeos e outros materiais (artigos, obras, entrevistas, etc...);
- d) Distribuição de cartilhas;

- e) Promoção de Campanhas educativas/publicitárias sobre o tema;
- f) Realização de Projetos Pedagógicos.

3.4 Alguma ALUNA/O já relatou para você ter sofrido algum tipo de violência de gênero no contexto familiar?

- a) Sim
- b) Não

3.5 Se a resposta anterior foi sim. Qual tipo de violência foi relatada? (É possível marcar mais de uma opção)

- a) Física (bater; empurrões; beliscões)
- b) Psicológica (ameaça; piadas; humilhação; nomes ofensivos; palavrões)
- c) Sexual (assédio, estupro; importunação sexual)
- d) Moral (calúnias; rumores; dizer coisas más de alguém ou da sua família)
- e) Patrimonial (tirar objetos; coisas; dinheiro; estragar objetos pessoais ou vestuário de propósito)

3.6 Alguma COLEGA sua já relatou sofrer de violência doméstica? *

- a) Sim.
- b) Não.

3.7 Se a resposta anterior foi sim. Qual tipo de violência foi relatada? (É possível marcar mais de uma opção)

- a) Física (bater; empurrões; beliscões)
- b) Psicológica (ameaça; piadas; humilhação; nomes ofensivos; palavrões)
- c) Sexual (assédio, estupro; importunação sexual)
- d) Moral (calúnias; rumores; dizer coisas más de alguém ou da sua família)
- e) Patrimonial (tirar objetos; coisas; dinheiro; estragar objetos pessoais ou vestuário de propósito)

3.8 VOCÊ já sofreu algum tipo de violência de doméstica? *

- a) Sim.
- b) Não.

3.9 Se a resposta anterior foi sim. Qual tipo de violência? (É possível marcar mais de uma opção)

- a) Física (bater; empurrões; beliscões)
- b) Psicológica (ameaça; piadas; humilhação; nomes ofensivos; palavrões)
- c) Sexual (assédio, estupro; importunação sexual)
- d) Moral (calúnias; rumores; dizer coisas más de alguém ou da sua família)
- e) Patrimonial (tirar objetos; coisas; dinheiro; estragar objetos pessoais ou vestuário de propósito)

4. Se a resposta anterior foi sim. Quem te ajudou nesta situação de violência? (É possível marcar mais de uma opção)

- a) Familiares.
- b) Amigos.
- c) Delegacia/ Polícia.
- d) Secretaria de Políticas para Mulheres de Lages.
- e) Não recebi ajuda.

4.1 Atualmente você ainda sofre alguma situação de violência?

- a) Sim
- b) Não

4.2 Caso já tenha sofrido algum tipo de violência familiar e sinta-se tranquila para falar sobre isso, poderia escrever resumidamente seus sentimentos a cerca dessa situação? (Seu anonimato é garantido)

Parágrafo longo

4.3 Na sua opinião, por que a mulher sofre violência doméstica e familiar?*

Parágrafo longo

4.4 Você aceitaria dar uma entrevista? (Sua identidade será preservada)

- a) Sim.

b) Não.

4.5 Se a resposta anterior foi afirmativa, deixe seu telefone para contato.

Obrigada pela participação.

APÊNCIDE B - ROTEIRO ENTREVISTAS

Roteiro da Entrevista:

A. Dados sociodemográficos

1. NOME:
2. IDADE:
3. Religião
4. Estado civil:
5. Possui filhos? Quantos:
6. Formação:
7. Quanto tempo trabalha como professora?

B. Informações sobre relacionamento familiar:

8. Em que momento da sua vida você conheceu seu companheiro?
9. Poderia relatar como foi o início da relação de vocês?
10. Como é o relacionamento de vocês hoje? Aconteceram algumas mudanças no que se refere aos sentimentos/convivência?

C. SE HOUVER FILHOS:

11. Como era/é a relação do seu companheiro com os filhos?
12. Como as crianças reagem diante das situações de violência?
13. Hoje em dia como é a relação deles com o pai/ padrasto/companheiro?

D) SE NÃO HOUVER FILHOS:

14. Alguma vez você cogitou ter filhos do seu companheiro?
15. Como você acha que ele agiria com os filhos?

16. Você gostaria de mencionar outras situações sobre a relação de vocês?

E) Informações sobre violências de gênero contra as mulheres:

17. Você tem noção de quando surgiram as primeiras desavenças entre vocês?

18. No início dos desentendimentos quais eram as reações do seu companheiro?

19. Você consegue relatar os tipos de violência que você sofreu praticadas por ele?

20. Atualmente como está a relação de vocês dois? Alguma violência ainda persiste?